

# BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 5 | Maio 2009



Gabinete de Estratégia e Estudos  
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI  
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais  
Ministério das Finanças e da Administração Pública

## **Ficha Técnica**

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** Maio de 2009

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de Maio.

### **Editores**

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

## Índice

<b>Conjuntura</b>	<b>1</b>
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	19
<b>Destaques</b>	<b>25</b>
Relatório de Orientação da Política Orçamental	27
Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª Notificação de 2009	30
Previsões Macroeconómicas da Comissão Europeia e do FMI - Primavera de 2009	33
<b>Artigos</b>	<b>37</b>
Em Análise	38
O Preço da Energia e o Défice da Balança Energética em Portugal	38
Evolução recente das exportações portuguesas por agrupamentos de mercadorias	43
Ensaios	52
Avaliação da Fiabilidade Estatística do <i>Ease of Doing Business</i>	52
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>65</b>
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>73</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* Os dados relativos ao 1.º trimestre do ano para a generalidade das economias mundiais são extremamente negativos, designadamente para as economias avançadas. Assim, o PIB dos EUA, da UE27 e do Japão registaram quebras de 2,6%, 4,4% e 9,1%, respectivamente (-1,8%, -1,4% e -4,5%, no 4.º trimestre).
- \* Nos EUA, os indicadores de confiança disponíveis para Abril melhoraram, mas os dados quantitativos continuam a apresentar uma evolução desfavorável, nomeadamente no que se refere às vendas do comércio a retalho e à produção. Em Março, a taxa de desemprego subiu para 8,9% e a taxa de inflação registou uma variação homóloga negativa de 0,7 (8,5% e -0,4% em Março, respectivamente).
- \* Os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) referentes ao mês de Abril melhoraram, interrompendo a tendência, desfavorável, que se vem a verificar desde o início de 2008. A taxa de desemprego da área do euro voltou a aumentar em Março para 8,9% (8,7% no mês precedente), e a taxa de inflação estabilizou em 0,6% em Abril.
- \* As taxas de juro a 3 meses diminuíram quer na área do euro quer nos EUA. No dia 7 de Maio, o BCE reduziu as suas taxas de juro de referência para 1%, correspondendo a uma diminuição de 25 pontos base.
- \* O preço *spot* do petróleo *Brent* apresentou uma subida, face ao final de Abril, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 19 de Maio, apresentado um valor de 57 USD/bbl (42€/bbl).

### Conjuntura Nacional

- \* No 1.º trimestre de 2009, de acordo com a Estimativa Rápida do INE, o PIB registou uma quebra homóloga real de 3,7%, influenciada, sobretudo, pela forte deterioração das exportações de bens e serviços e do investimento. Estima-se que o Consumo Privado tenha dado um contributo negativo para a evolução do PIB.
- \* Os dados quantitativos referentes ao 1.º trimestre, apontam para o acentuar da quebra da produção na generalidade dos sectores.
- \* Ainda de acordo com os dados do INE, no 1.º trimestre de 2009 a taxa de desemprego aumentou para 8,9% (7,8% no 4º trimestre), e o emprego total caiu 1,8% (-0,2% no trimestre anterior).
- \* O indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, no trimestre terminado em Abril, voltou a cair, reflectindo uma deterioração da confiança dos empresários da indústria, enquanto a confiança dos empresários da construção, dos serviços e os consumidores estabilizou, face ao mês anterior.
- \* Em Abril, registou-se uma ligeira melhoria nos dados do Investimento, mas ainda apresentando valores muito negativos, enquanto o Consumo Privado terá mantido uma evolução desfavorável.

- \* A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor foi de -0,6% em Abril, situando-se 1,1p.p. abaixo do verificado na área do euro. A inflação subjacente foi de 0,9% (valor idêntico ao mês anterior).
- \* No primeiro quadrimestre de 2009, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 4852,2 milhões de euros, 2542,3 milhões de euros acima do verificado no mês homólogo do ano anterior. O défice primário foi de 3745,3 milhões de euros, representando um agravamento de 2757,9 milhões de euros face ao verificado no mesmo período de 2008.
- \* A Segurança Social apresentou um excedente orçamental de 884,4 milhões de euros, diminuindo 461 milhões de euros face ao quadrimestre homólogo de 2008. No mesmo período, a Caixa Geral de Aposentações registou um excedente orçamental de 38,7 milhões de euros, o qual compara com um défice de 125 milhões de euros no mesmo período do ano anterior e os Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) registaram um excedente de 785,1 milhões de euros, uma diminuição de 137,7 milhões de euros face ao período homólogo de 2008. Relativamente ao Serviço Nacional de Saúde integrado nos serviços da administração pública, o excedente global foi de 280,2 milhões de euros, observando-se uma diminuição de 205,9 milhões de euros face ao registado no mesmo período do ano anterior.
- \* No 1.º trimestre de 2009 o excedente da execução orçamental da Administração Local foi de 27,3 milhões de euros, menos 44,5 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior, considerando o mesmo universo. Nos primeiros três meses de 2009, o excedente orçamental da Administração Regional foi de 10,6 milhões de euros, reflectindo uma diminuição de 18,5 milhões de euros face ao período homólogo de 2008.

## Comércio Internacional

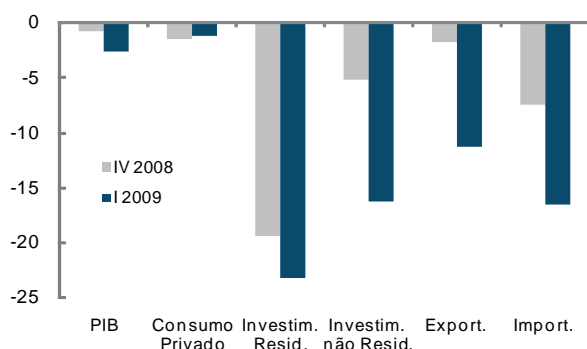
- \* Nos *últimos 12 meses a terminar em Fevereiro*, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias decresceram 6,7%, e as entradas 3,0%. Nos últimos 3 meses (Dezembro a Fevereiro), excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram uma descida de 23,8%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma diminuição de 19,8% face ao período homólogo anterior.
- \* Segundo dados já disponíveis para o *período de Janeiro a Março de 2009* relativos ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros, nos *últimos 12 meses*, terão aumentado 4,8% e as importações decrescido 1,4%. Nos *últimos 3 meses*, as exportações terão decrescido 21,9% e as importações 38,4%.
- \* Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos *últimos 12 meses* (-6,0%), em termos de mercados de destino, couberam a Angola (1,5 p.p.). Marrocos contribuiu com 0,2 p.p. e, na ordem de 0,1 p.p., assinalam-se os contributos do Brasil, Suíça, Cabo Verde e Rússia.
- \* Nos *últimos 12 meses a terminar em Fevereiro*, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 3,3% em termos homólogos, resultado para o qual os Serviços contribuíram positivamente (0,7 p.p.), a par de um contributo negativo por parte dos Bens (-4,0 p.p.).
- \* No mesmo período, as quatro rubricas que revelaram maiores contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços (-3,3 p.p.) foram os serviços de “Transportes” (0,5 p.p.), o grupo de produtos “Agro-alimentares” (0,5 p.p.), os serviços de “Outros fornecimentos por empresas” (0,4 p.p.) e o grupo de produtos “Energéticos” (0,2 p.p.).

## 1. Enquadramento Internacional

### Actividade Económica Extra-UE

No 1º trimestre, assistiu-se a um aprofundamento da quebra da actividade económica mundial. A taxa de inflação prosseguiu a tendência de diminuição associada à redução dos preços das matérias-primas e à fraqueza da procura mundial. Nos **EUA**, o PIB diminuiu 2,6% em termos homólogos reais (-0,8% no 4º trimestre de 2008) em resultado da evolução negativa do investimento privado e das exportações.

**Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em volume nos EUA (VH, em %)**



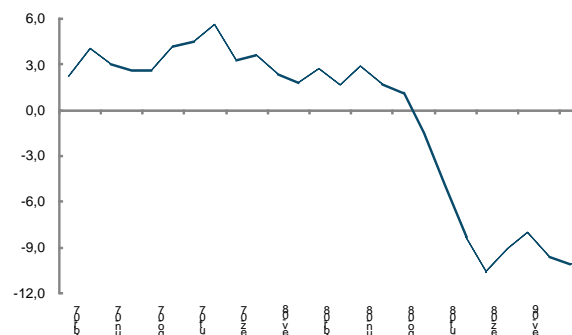
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Mais recentemente, presenciou-se a melhoria dos indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores, embora os dados quantitativos continuassem a revelar-se fortemente negativos. Em Abril, em termos homólogos:

- as vendas a retalho diminuíram 10,1% em termos nominais (-9,6% em Março).
- a produção industrial caiu 12,8%, mantendo um decréscimo idêntico ao mês de Março e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria continuou a regredir, situando-se em 69,1%, (79,7% no trimestre homólogo de 2008).

Também em Abril, a taxa de desemprego aumentou para 8,9% (8,5% em Março) e a taxa de inflação homóloga registou uma variação negativa de -0,7% (-0,4% em Março), para a qual contribuiu essencialmente a descida dos preços de energia.

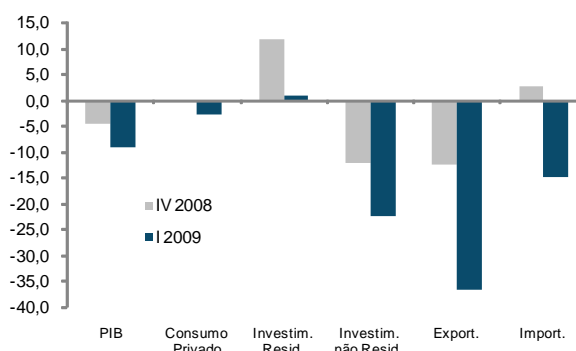
**Figura 1.2. Vendas a Retalho dos EUA (VH nominal, em %)**



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para a economia da **China** em Abril indicam o prosseguimento da quebra das exportações, pelo 6º mês consecutivo. No entanto, a procura interna manteve-se robusta associada sobretudo ao impacto das medidas de relançamento económico. No 1º trimestre, o PIB do Japão teve uma quebra de 9,1% em termos homólogos reais (-4,5% no 4º trimestre de 2008). Para esta evolução contribuiu essencialmente a forte diminuição das exportações e do investimento privado não residencial.

**Figura 1.3. PIB e Componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)**



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

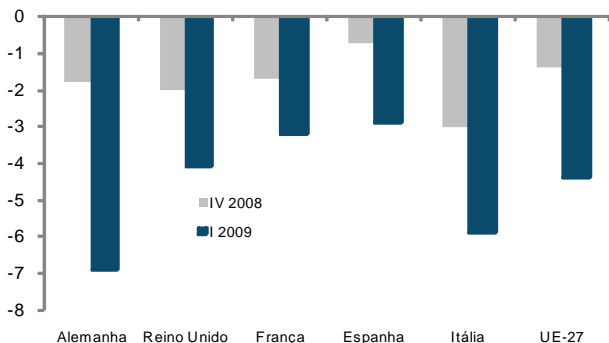
**Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
EUA – PIB real	VH	BEA	1,1	2,5	2,1	0,7	-0,8	-2,6	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-2,0	1,8	0,2	-3,0	-6,9	-11,8	-10,9	-11,5	-12,8	-12,8
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	45,5	49,5	49,1	47,4	36,1	35,9	35,6	35,8	36,3	40,1
Índice ISM dos Serviços	%	"	47,4	48,4	51,6	50,8	38,9	42,8	44,2	40,2	44,1	45,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	63,8	72,9	59,6	64,8	57,7	58,3	61,2	56,3	57,3	65,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,8	4,9	5,4	6,1	6,9	8,1	7,6	8,1	8,5	8,9
China – PIB real	VH	NBSC	9,0	10,6	10,1	9,0	6,8	6,1	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	17,2	21,2	22,5	23,2	4,7	-20,1	-17,5	-25,7	-17,1	-22,6
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	1,3	0,6	-0,2	-4,5	-9,1	-	-	-	-

**Actividade Económica da UE**

No 1º trimestre, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) teve uma quebra de 4,4% e de 4,6% em termos homólogos reais (-1,4% no 4.º trimestre de 2008, quer na AE quer na UE), comportamento que se estendeu a todos os países para os quais existem dados disponíveis, com excepção do Chipre.

**Figura 1.4. PIB**  
(VH real, em %)

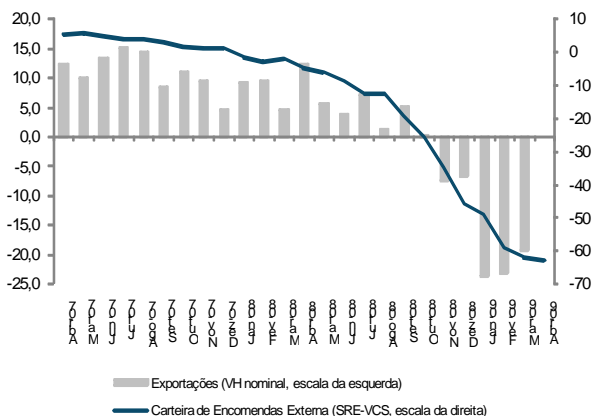


Fonte: Eurostat.

De facto, para a área do euro, no 1º trimestre e, em termos homólogos:

- as exportações diminuirão 22% em termos nominais (-4,7% no 4º trimestre de 2008);
- a produção industrial registou uma quebra acentuada, de 17,9% (-9,4% no 4º trimestre de 2008);

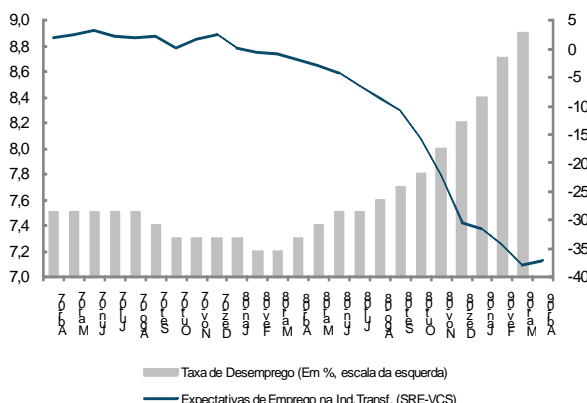
**Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externa da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

- as vendas a retalho diminuirão 3,1% em termos reais (-1,8% no 4º trimestre de 2008);
- a taxa de desemprego subiu para 8,7% (8% no 4º trimestre de 2008) com destaque para o agravamento em Espanha e Irlanda, situando-se em 16,5% e 10% (13,9% e 8,2% no 4º trimestre de 2008, respectivamente).

**Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Abril, o indicador de sentimento económico subiu tanto na UE como na AE, interrompendo a tendência de queda verificada desde Abril e Junho de 2008, respectivamente. Para este resultado, contribuiu sobretudo a melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da indústria transformadora e dos consumidores. Convém referir que as expectativas dos empresários da indústria transformadora quanto à criação de emprego melhoraram ligeiramente em Abril, comportamento que não se verificava desde Dezembro de 2007.

Em Abril, a taxa de inflação da área do euro manteve-se em 0,6% em termos homólogos e desceu para 2,5% em termos de variação média dos últimos 12 meses (2,7% em Março). Para esta evolução contribuiu sobretudo a quebra homóloga registada nos preços de energia, de -8,1% em Março para -8,8% em Abril.

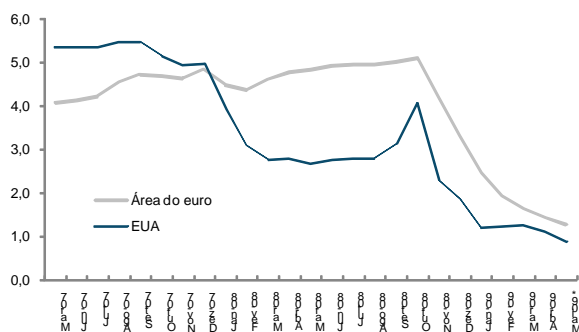
**Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	0,9	2,4	1,7	0,7	-1,4	-4,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,7	102,8	97,9	88,7	73,3	61,5	63,2	60,9	60,4	63,9
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	0,8	2,1	1,5	0,6	-1,4	-4,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,1	101,4	97,5	89,9	75,8	65,7	67,2	65,3	64,7	67,2
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-1,8	3,3	1,2	-2,3	-9,4	-17,9	-16,0	-18,4	-19,5	-
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,2	1,1	0,5	-0,6	-1,8	-3,1	-3,0	-3,0	-3,4	-
Taxa de Desemprego	%	"	7,6	7,2	7,4	7,6	8,0	8,7	8,4	8,7	8,9	-
IHPC	VH	"	3,3	3,4	3,6	3,8	2,3	1,0	1,1	1,2	0,6	0,6

## Mercados Financeiros e Matérias-Primas

A redução das expectativas de inflação, a persistência da crise financeira internacional e a desaceleração da economia mundial levaram o BCE, no dia 7 de Maio, a reduzir as suas taxas de juro de referência para 1,0%, correspondendo a uma diminuição de 25 pontos base. As taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir em Maio na área do euro e nos EUA, situando-se em 1,2% e em 0,7%, respectivamente, no dia 20.

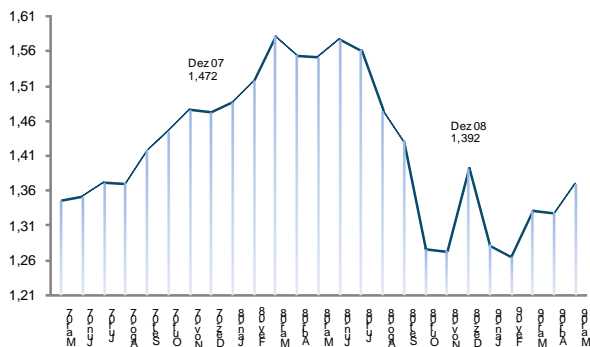
**Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário** (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. \* Média até ao dia 20.

Em Abril, as taxas de juro de longo prazo subiram ligeiramente nos EUA, podendo ser o resultado de alguma melhoria do sentimento dos operadores do mercado relacionada com os activos de maior risco. Enquanto na área do euro, as taxas de juro mantiveram o mesmo valor do mês precedente.

**Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar** (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Maio, o valor é do dia 20.

### Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

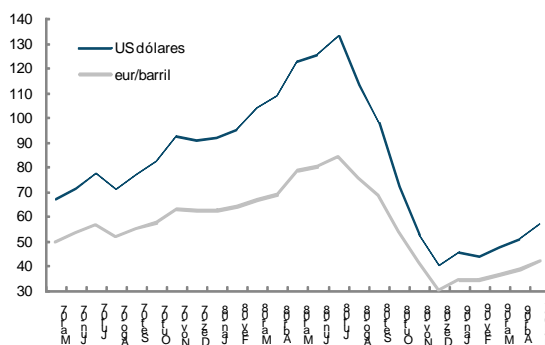
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	2,93	4,73	4,95	5,28	2,93	1,51	2,09	1,83	1,51	1,37
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,65	3,65	3,87	3,85	3,24	2,72	2,49	2,86	2,81	2,90
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,30	4,12	4,50	4,55	4,04	3,87	3,86	3,91	3,83	3,83
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,392	1,581	1,576	1,430	1,392	1,331	1,282	1,264	1,331	1,328
Dow Jones*	VC	Yahoo	-33,8	-7,6	-7,4	-4,4	-19,1	-13,3	-8,8	-11,7	7,7	7,3
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-44,4	-17,5	-7,6	-9,4	-19,4	-15,4	-8,6	-11,7	4,8	14,7
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	96,43	96,91	119,07	114,80	54,93	45,73	45,73	43,97	47,50	50,86
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	32,9	67,8	73,1	53,1	-38,1	-52,8	-50,3	-53,7	-54,2	-53,4
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	22,7	46,6	49,5	39,5	-31,8	-45,6	-44,7	-46,6	-45,5	-44,3
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	67,5	64,5	77,1	76,4	41,7	33,4	28,3	32,6	39,3	38,5

\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal (sempre que não haja deflator, utiliza-se o último deflator conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 corresponde à média diária do IGCP.

Após uma quase estabilização do euro face ao dólar em Abril, assistiu-se a uma evolução ascendente no decurso do mês de Maio, tendo atingido o valor de 1,37 no dia 20, representando uma apreciação de 3,1% face ao final do mês de Abril.

Em Maio e até dia 20, o preço do petróleo Brent subiu para cerca de 57 USD/bbl (42 €/bbl), prosseguindo a tendência dos dois meses precedentes.

**Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent** (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 20.

Em Abril, o índice de preços relativo do petróleo importado desceu para 38,5 (por memória, atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979).

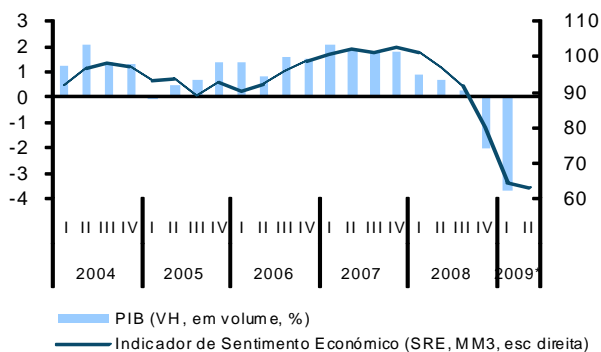
O preço das matérias-primas não energéticas registou uma quebra de 31% em termos homólogos em Abril (-35% em Março). Para esta diminuição menos acentuada contribuiu sobretudo alguma aceleração dos preços dos metais, a qual se encontra associada ao aumento da procura proveniente da China.

## 2. Conjuntura Nacional

### Actividade Económica e Oferta

No 1.º trimestre, a estimativa rápida do INE aponta para uma queda real do PIB de 3,7% em termos homólogos. Nos três meses terminados em Abril, o indicador de sentimento económico evoluiu de forma igualmente negativa.

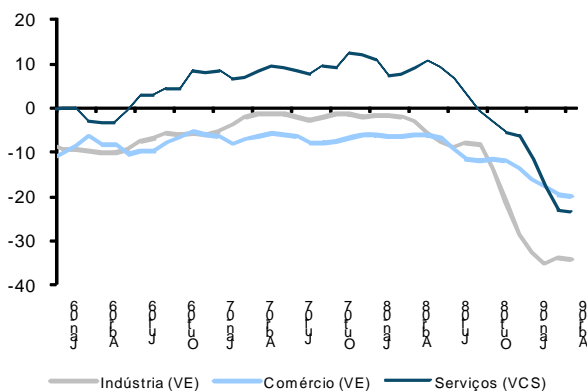
Figura 2.1. PIB e Sentimento Económico



Fontes: INE e Comissão Europeia. \* dados do 2.º trimestre 2009 são até Abril.

Assim, neste período, a confiança dos empresários estabilizou em níveis negativos na generalidade dos sectores de actividade.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



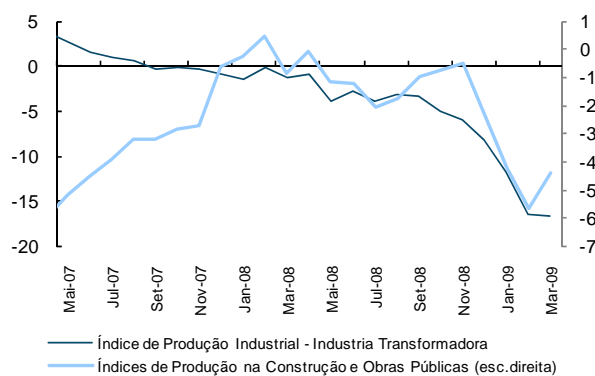
Fonte: INE.

Em Março e em termos homólogos, os dados quantitativos disponíveis indicam que:

- na indústria transformadora os índices de produção e de volume de negócios apresentaram quebras de 11,6% e 19,5%, respectivamente (-20,8% e -27,5% em Fevereiro);
- o índice de produção na construção e obras públicas caiu 1,2% (-6,1% em Fevereiro);
- nos serviços, os índices de volume de negócios dos serviços e do comércio a retalho, registaram variações negativas de 10,9% e 8,2%, respectivamente (-16,9% e -7,3% em Fevereiro).

Figura 2.3. Índice de Produção

(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

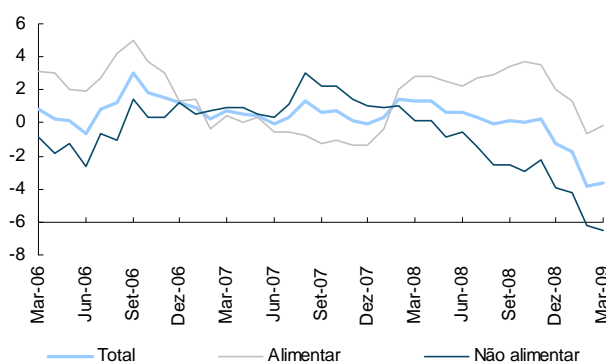
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009				
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar	Abr
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,0	0,9	0,7	0,3	-2,0	-3,7	-	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	101,2	96,5	91,9	77,1	64,5	65,8	61,2	66,5	61,4	61,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-16	-2	-8	-8	-29	-34	-35	-36	-30	-37	-37
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-9	-6	-9	-12	-16	-20	-18	-21	-20	-17	-17
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	-7	8	9	-1	-6	-23	-21	-25	-23	-22	-22
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-52	-38	-37	41	-46	-49	-48	-49	-49	-50	-50
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,3	-1,3	-2,9	-3,3	-8,3	-16,7	-17,5	-20,8	-11,6	-	-
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	2,9	4,3	4,9	5,0	-9,8	-24,0	-24,5	-27,5	-19,9	-	-
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,4	4,1	2,4	1,9	-6,8	-14,1	-14,8	-16,9	-10,9	-	-

## Consumo Privado

No 1.º trimestre de 2009, a variação homóloga do índice de volume de negócios do comércio a retalho foi de -3,7%, menos 2,4p.p. que no 4.º trimestre de 2008. Este resultado é motivado, sobretudo, pelo agravamento da variação homóloga na categoria dos bens não alimentares (-6,5%, face a -3,9% no 4.º trimestre de 2008), mas também pela evolução observada na componente de bens alimentares, em que o índice inverteu o comportamento positivo de 2008 e apresentou uma quebra homóloga de 0,1%.

**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)**

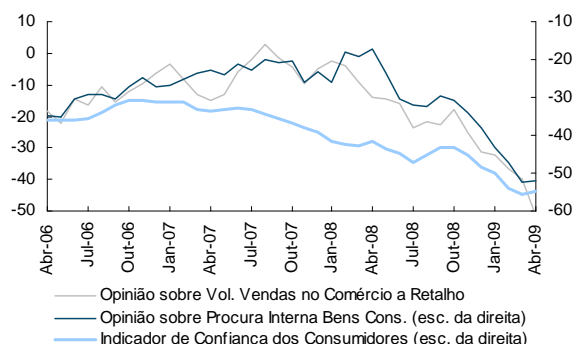


Fonte: INE.

A confiança dos consumidores exibiu uma ligeira subida no mês de Abril, motivada por uma melhoria das perspectivas para a evolução da situação económica do país, do desemprego e da situação financeira das famílias. Esta evolução positiva, que conduziu à interrupção da tendência descendente que o indicador de confiança vinha exibindo desde Outubro de 2008, não se estendeu contudo às perspectivas sobre a capacidade de poupança das famílias, que se mantiveram inalteradas face ao mês precedente.

O mês de Abril foi também caracterizado por uma deterioração significativa da apreciação que os empresários fazem ao volume de vendas no sector do comércio a retalho, verificando-se, por outro lado, uma melhoria ténue das opiniões acerca da evolução da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria transformadora.

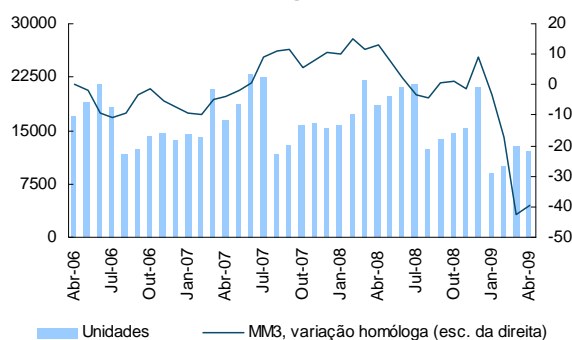
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

Em Abril as vendas de automóveis ligeiros de passageiros registaram uma variação homóloga de -33,9%, atenuando ligeiramente o comportamento negativo observado no 1.º trimestre do ano (-42,5%). Ainda assim, o número de unidades vendidas neste mercado durante os primeiros quatro meses do 2009 foi 40,3% inferior ao que se registou em igual período do ano anterior.

**Figura 2.6. Venda de automóveis ligeiros de passageiros**



Fonte: ACAP.

## Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,6	2,1	1,0	2,4	1,1	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-45	-43	-45	-43	-48	-56	-54	-60	-53	-51
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-20	-9	-16	-22	-31	-40	-21	-47	-51	-56
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	0,2	1,3	0,7	0,1	-1,3	-3,7	-0,8	-4,9	-5,2	:
Bens alimentares	VH	"	2,6	2,8	2,2	3,5	2,0	-0,1	3,2	-2,1	-1,5	:
Bens não alimentares	VH	"	-1,7	0,1	-0,6	-2,5	-3,9	-6,5	-4,1	-7,2	-8,3	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	5,7	11,7	1,9	0,9	9,1	-42,5	-43,2	-42,1	-42,1	-33,9
Importações de bens de consumo***	VH	INE	3,8	4,2	3,6	5,4	2,2	:	-6,6	-9,4	:	:

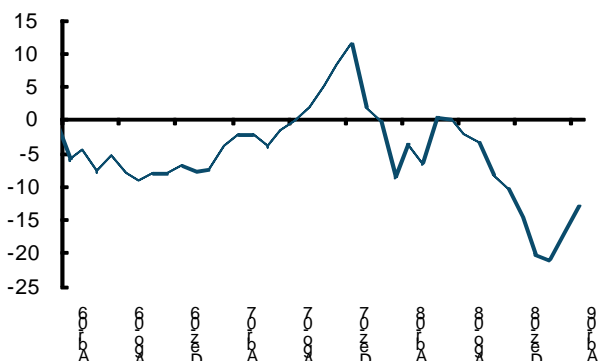
\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

**Investimento**

Os dados disponíveis para Abril, apesar de permanecerem negativos, apresentaram uma ligeira melhoria face aos meses anteriores. Este comportamento reflecte uma evolução menos desfavorável em todas as componentes do investimento. Assim:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 13,4%, em termos homólogos (-16,9% no 1.º trimestre);

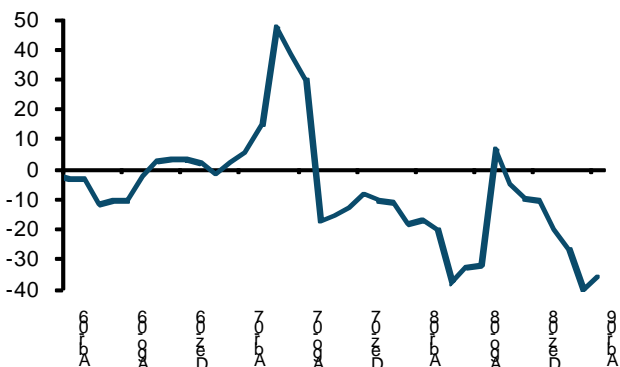
**Figura 2.7. Vendas de Cimento**  
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação homóloga de -32,7% (-40,5% no 1.º trimestre);

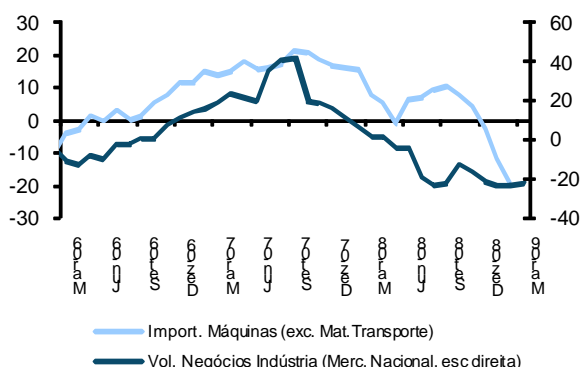
**Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento menos desfavorável face ao mês anterior.

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No 1.º trimestre, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou uma quebra em termos homólogos de 22,4% (-20,6% no 4º trimestre).

Para os meses de Janeiro e Fevereiro, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra, em termos médios homólogos nominais, de 26,1% (-2,5% no 4º trimestre).

**Quadro 2.3 Indicadores de Investimento**

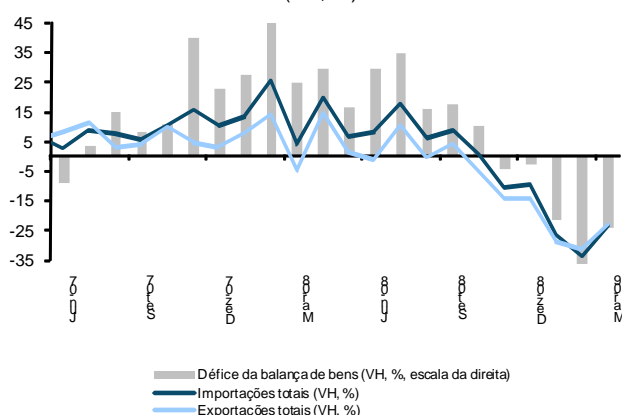
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-11	3,3	2,4	-10	-8,6	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-6,6	-8,7	0,5	-3,4	-14,7	-16,9	-25,0	-23,4	-2,4	-13,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-19,0	-18,3	-38,0	6,6	-10,2	-40,5	-45,8	-38,3	-38,0	-32,7
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-1,8	21,3	5,7	-3,5	-23,0	-38,9	-24,4	-42,1	-51,8	-54,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-18	-4	-18	-21	-30	-37	-29	-42	-40	-22
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-30,4	-19,4	-18,3	-37,8	-47,6	-49,5	-58,6	-52,0	-32,6	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	5,2	7,6	6,7	10,6	-2,5	:	-26,7	-25,6	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-12,2	2,0	-3,9	-21,6	-20,6	-22,4	-23,7	-25,2	-18,6	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* excepto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado nacional

## Contas Externas

Em Março, a informação preliminar divulgada pelo INE no âmbito do SDDS indica que tanto as exportações como as importações de bens registaram quebras homólogas nominais de 23,2% e 23,4%, respectivamente. Dessa evolução, à semelhança com o que ocorre desde Novembro de 2008, resultou uma quebra homóloga de 25,2% do défice da balança de bens.

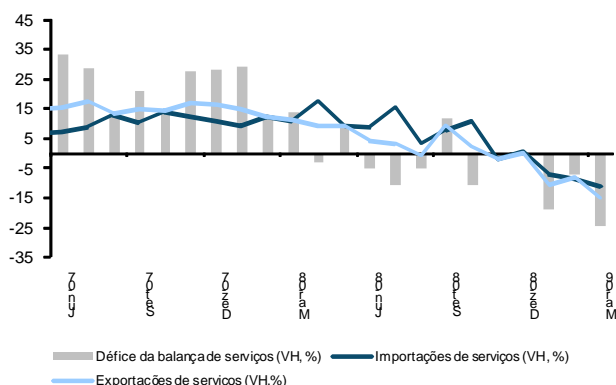
**Figura 2.10. Fluxos e Défice da Balança de Bens**  
(VH, %)



Fonte: INE. Nota: Em Fevereiro incorpora informação do SDDS.

No 1.º trimestre o défice da balança de bens caiu 28,4%.

**Figura 2.11. Fluxos e Défice da Balança de Serviços**  
(VH, %)



Fonte: Banco de Portugal.

### Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T		1T	Dez	Jan	Fev
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,5	4,1	2,2	0,8	-8,9	-	-	-	-	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	2,1	7,2	4,2	3,2	-5,9	-	-	-	-	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-9,4	-9,2	-9,2	-10,4	-8,8	-	-	-	-	
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-10,6	-9,5	-10,6	-12,2	-10,0	-	-	-	-	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-7,2	5,2	4,6	5,4	-11,0	-27,8	-14,3	-28,9	-31,4	-23,2
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-2,9	14,0	11,4	11,3	-6,4	-28,1	-9,4	-26,4	-34,1	-23,4

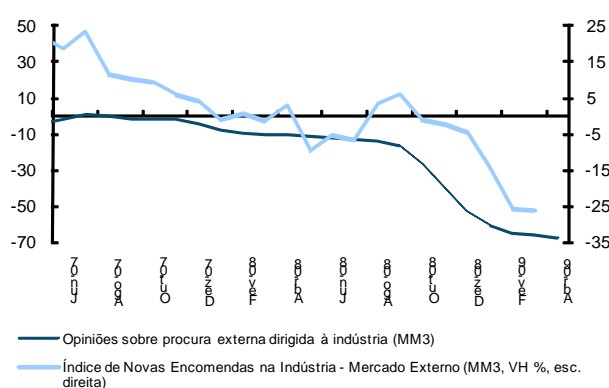
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009		
				Mar	Jan-Mar	Mar	Jan-Mar	Var. Ac.
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-174 16	-1 424	-3 910	-1 264	-3 227	-17,5%
Saldo Balança de Bens	"	"	-212 55	-1 642	-4 907	-1 228	-3 513	-28,4%
Saldo Balança de Serviços	"	"	64 41	415	1 150	314	949	-17,5%
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-78 17	-571	-1 651	-534	-1 529	-7,4%
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	24 67	140	542	39	450	-17,0%

\* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Os fluxos de serviços sofreram igualmente uma apreciável quebra, ainda assim, inferior à observada nos fluxos de bens.

As opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria mantêm um comportamento negativo, sugerindo a continuação de uma evolução desfavorável da procura externa nos próximos meses.

**Figura 2.12. Opiniões sobre Procura Externa dirigida à Indústria**



Fonte: INE.

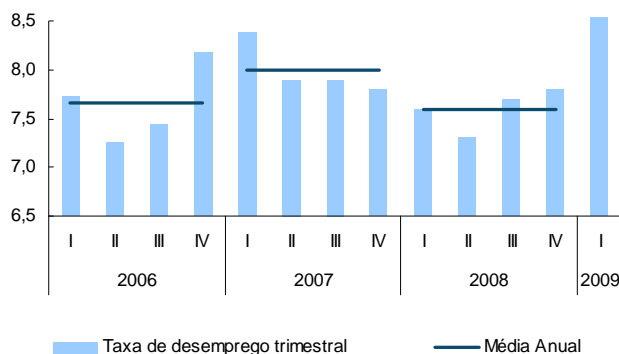
O défice acumulado da balança corrente caiu 25,1% em termos homólogos no 1º trimestre, sobretudo devido à queda do défice da balança de bens. O défice da balança de rendimentos, apesar da redução da taxa de juros observada neste período, registou uma quebra de 7,4%.

Neste período, as necessidades de financiamento da economia portuguesa medidas pelo saldo conjunto das Balanças Corrente e de Capital diminuíram 17,5%, em termos homólogos.

## Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do INE, no 1.º trimestre de 2009 a taxa de desemprego foi de 8,9%, aumentando significativamente face ao valor registado no trimestre precedente (7,8%).

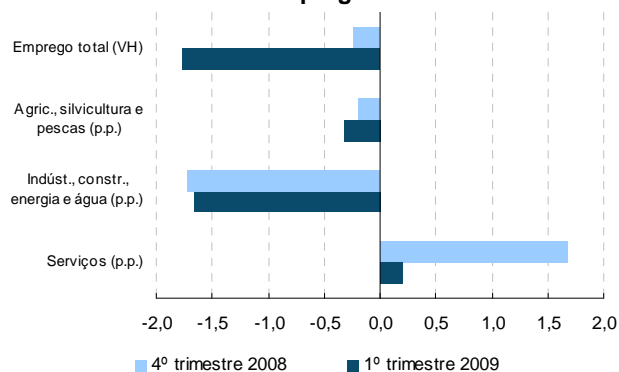
**Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)**



Fonte: INE.

O comportamento do emprego total exibiu também um agravamento no mesmo período, registando uma variação homóloga de -1,8%, 1,6p.p. abaixo do valor registado no 4.º trimestre de 2008. Esta evolução foi motivada principalmente pelo comportamento do emprego no sector dos serviços, cujo crescimento homólogo desacelerou de forma acentuada nos primeiros três meses de 2009 (0,3%, que compara com 2,9% no 4.º trimestre de 2008).

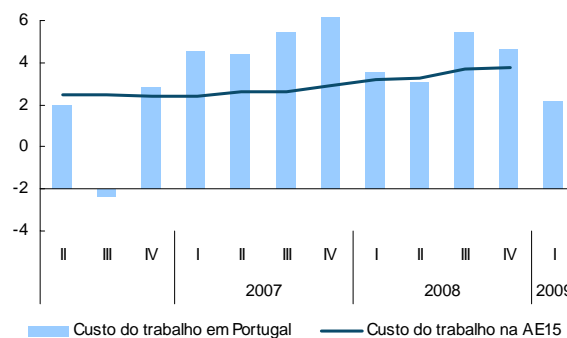
**Figura 2.14. Contributos para o Crescimento do Emprego**



Fonte: INE.

O crescimento homólogo do índice do custo de trabalho exibiu uma tendência de moderação no 1.º trimestre de 2009, cifrando-se em 2,2% (4,6% no trimestre precedente). Para esta evolução contribuíram, sobretudo, as desacelerações observadas nas actividades financeiras, no comércio por grosso e a retalho, na educação e na construção.

**Figura 2.15. Índice do Custo do Trabalho (VH, %)**



Fontes: INE e Eurostat.

Em Abril o número de novos desempregados aumentou 26,2% em termos homólogos, exibindo uma desaceleração face ao mês anterior (52,9%). De acordo com os dados do IEFP, no final do período, o número de desempregados inscritos ascendia a cerca de 491 mil, o que representa um aumento de perto de 7 mil indivíduos face ao final do mês anterior e de 105 mil face a Abril de 2008.

As ofertas de emprego registaram, ao longo de Abril, uma variação homóloga de -12,5%, atenuando ligeiramente o comportamento desfavorável do 1º trimestre. As colocações apresentaram também uma variação homóloga negativa (-2,6%) durante o mesmo período, exibindo, no entanto, uma melhoria face ao resultado dos primeiros três meses de 2009 (-14,3%).

Até ao final de Abril, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT) registaram um crescimento homólogo de 2,4%, tendo sido abrangidos cerca de 527 mil trabalhadores.

## Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

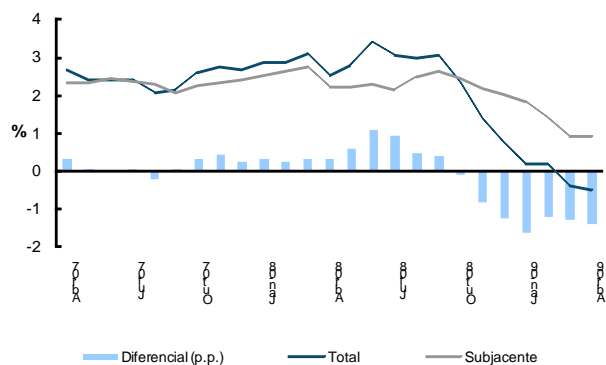
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008				2009	2009			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
Taxa de Desemprego	%	INE	7,6	7,6	7,3	7,7	7,8	8,9	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,5	1,1	1,4	-0,1	-0,2	-1,8	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	6,6	-11,4	-1,6	-0,7	6,6	23,8	12,1	17,7	23,8	27,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	11,1	-2,9	10,1	12,4	25,6	38,3	27,3	37,7	52,9	26,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	5,5	-0,4	-2,8	13,0	12,8	-14,1	-17,2	-26,2	1,1	-12,5
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	3,1	3,1	3,0	3,0	3,1	2,5	2,7	2,6	2,5	2,4
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	4,3	3,6	3,1	5,5	4,6	2,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE15	VH	Eurostat	3,5	3,2	3,3	3,7	3,8	:	-	-	-	-

\*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

## Preços

Em Abril, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) caiu para -0,5% (-0,4% em Fevereiro), atingindo valores historicamente baixos.

**Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC Total e Subjacente (VH, em %)**



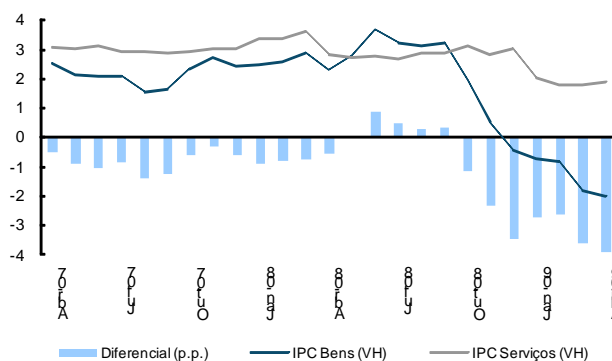
Fonte: INE.

Para a redução da taxa de variação homóloga do IPC contribuiu a queda dos preços na classe de Transportes (-4,9%) e, em menor grau, na classe dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (-1,4%). De salientar que metade das classes de produtos evoluíram a taxas negativas.

A inflação subjacente (IPC excluindo Bens Alimentares não Transformados e Energéticos) foi de 0,9%, estabilizando face ao mês anterior.

A taxa de variação homóloga do IPC de Bens caiu para -2%, 0,2 p.p. inferior ao valor registado em Março. Nos serviços, a taxa de variação homóloga subiu ligeiramente para 1,9% (1,8% em Março). O diferencial da taxa de variação entre o IPC de bens e o IPC de serviços aumentou para 3,9 pontos percentuais.

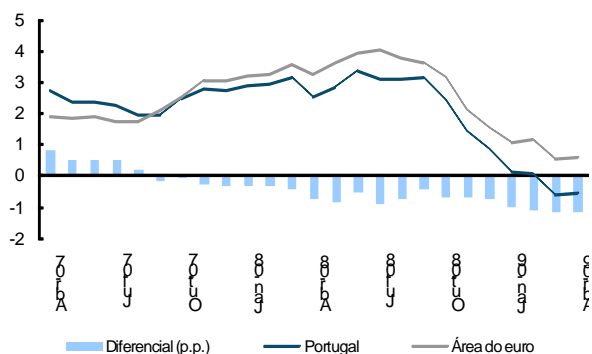
**Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC Bens e Serviços**



Fonte: INE.

A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) manteve-se em -0,6% no mês de Abril, 1,1 p.p. abaixo do verificado na área do Euro (0,6%). Esta taxa de variação é a segunda mais baixa da União Europeia (UE27) a seguir à Irlanda (-0,7%). Nos 12 meses terminados em Abril, a taxa de variação média do IHPC em Portugal é de 1,6%, a mais baixa da UE27.

**Figura 2.18. IHPC (VH, em %)**



Fontes: INE e Eurostat.

## Quadro 2.6. Indicadores de Preços

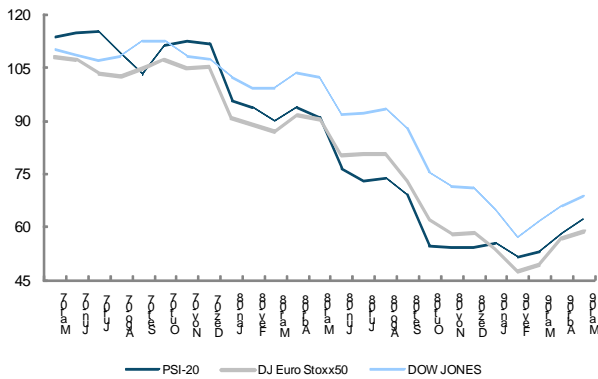
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008					2009			
			Abr	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Índice de Preços no Consumidor*	VC	INE	0,3	-0,5	0,5	-0,1	-0,7	-0,4	-0,7	0,0	0,8	0,2
Índice de Preços no Consumidor*	VH	"	2,5	-0,5	0,5	-0,1	-0,7	-0,4	0,2	0,2	-0,4	-0,5
Índice de Preços no Consumidor*	VM 12	"	2,6	3,0	3,1	2,3	1,4	0,8	2,4	2,1	1,9	1,6
IPC - Bens*	VH	"	2,3	2,8	2,9	2,9	2,7	2,6	-0,7	-0,8	-1,8	-2,0
IPC - Serviços*	"	"	2,8	3,1	3,2	1,9	0,5	-0,4	2,0	1,8	1,8	1,9
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos*	"	"	2,2	2,9	2,9	3,1	2,9	3,0	1,8	1,4	0,9	0,9
IHPC**	"	Eurostat	2,5	3,1	3,2	2,5	1,4	0,8	0,1	0,1	-0,6	-0,6
Diferencial IHPC vs. área do euro (VH)**	(p.p.)	Eurostat	-0,7	-0,7	-0,4	-0,7	-0,7	-0,7	-1,0	-1,1	-1,1	-1,1

\* Quebra de série em Janeiro de 2009 para ano base 2008; \*\* Valor preliminar

**Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro**

Em Maio e pelo 3.º mês consecutivo, registou-se alguma recuperação dos índices bolsistas internacionais. Em meados de Maio (no dia 19), os índices *DJ Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 24% e 20%, respectivamente, face ao final do mês de Fevereiro.

**Figura 2.19. Índices Bolsistas**  
(Março 2007=100, fim do período)



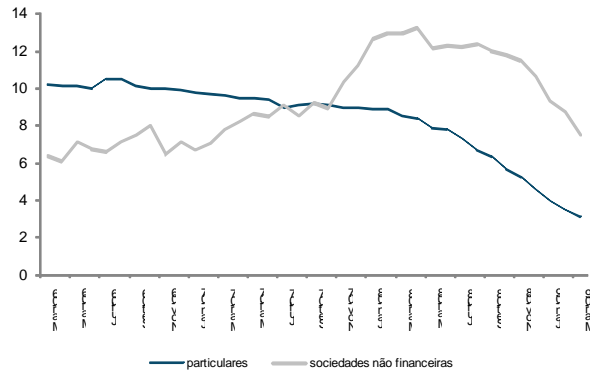
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para Maio, o valor é do dia 19.

Em linha com a evolução favorável dos índices bolsistas internacionais, em termos médios e até ao dia 19 de Maio, o índice PSI-20 subiu 21% face ao final de Fevereiro (mês em que atingiu o mínimo do ano). Em Abril, a capitalização bolsista total em Portugal registou um aumento de 6,2% face ao mês precedente, representando o valor mais positivo deste ano, devido sobretudo à forte subida registada no segmento accionista (28%).

Em Março, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu, em resultado do abrandamento do crédito destinado aos particulares para 3,1% (3,5% em Fevereiro) e às empresas para 7,5% (8,7% em Fevereiro).

Quanto ao crédito aos particulares, destaca-se a continuação da desaceleração do crédito à habitação e do crédito ao consumo.

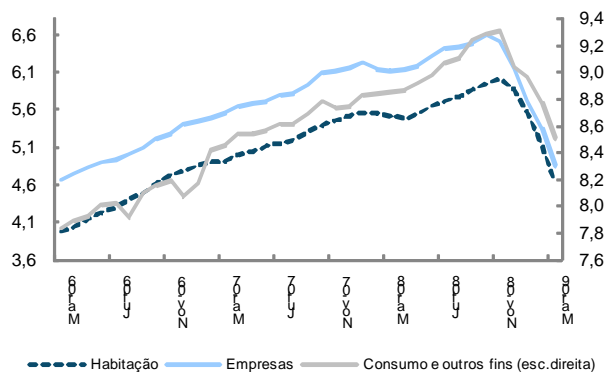
**Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado**  
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuiram para os particulares e para as empresas não financeiras, tendo sido particularmente acentuada para estas últimas tendo caído para 4,8% em Março (5,3% em Fevereiro).

**Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas** (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

**Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros**

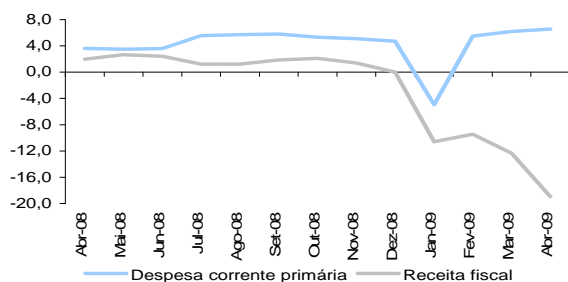
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008					2009			
				Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,7	4,7	4,7	4,0	4,0	4,6	4,8	4,5	4,3
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	103	49	71	91	77	103	128	173	155	114
PSI 20*	VC	CMVM	-51,3	1,2	-6,6	-20,8	-0,9	0,6	1,5	-6,7	2,8	9,4
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	4,3	6,2	5,8	5,2	4,8	4,3	3,8	3,5	3,2	:
- para consumo	va**	"	8,9	12,0	12,0	10,6	10,0	8,9	8,6	7,7	6,5	:
Empréstimos a empresas	va**	"	10,6	12,4	12,0	11,8	11,5	10,6	9,3	8,7	7,5	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,86	5,77	5,86	5,93	5,99	5,86	5,55	5,13	4,62	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,13	6,42	6,46	6,59	6,50	6,13	5,71	5,33	4,84	:

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

## Finanças Públicas – Estado

Até Abril, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 4852,2 milhões de euros, revelando um agravamento de 2542,3 milhões de euros quando comparado com o mesmo mês do ano anterior. O défice primário foi de 3745,3 milhões de euros, 2757,9 milhões de euros acima do verificado no mês homólogo de 2008.

**Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)



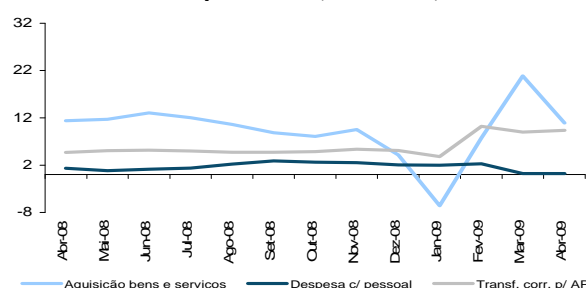
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2008, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita fiscal em 19%, tendo as receitas dos impostos directos e indirectos registado uma diminuição de 16,2% e 20,7%, respectivamente. Esta evolução é, fundamentalmente, explicada pelo decréscimo na receita dos impostos indirectos IVA, imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, e imposto sobre veículos e pela menor receita dos impostos directos, IRS e IRC. Este comportamento reflecte a contracção na actividade económica e o efeito de medidas de política. Descontando este último efeito – que inclui, em particular, a aceleração do processo de reembolsos do IRS e do IVA e a redução da taxa normal do IVA ocorrida em Julho de 2008 - a receita fiscal registaria um decréscimo de 8,3%; e
- um crescimento da despesa total em 4,4%, explicado pelos aumentos da despesa corrente primária em 6,6% e da despesa de capital em 7,4%.

Para o aumento da despesa corrente primária contribuíram, essencialmente, as transferências correntes, que em termos comparáveis aumentaram 8,3%, os subsídios (112,4%) e a aquisição de bens e serviços (10,9%). A redução na despesa com pessoal reflecte a reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA para transferências correntes, conforme previsto no OE para 2009. Corrigindo também deste efeito, a despesa com pessoal aumentou 0,2%. Os juros e outros encargos da dívida registaram um decréscimo de 16,3%.

**Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes** (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.  
Fonte: DGO e GPEARl.

Em 30 de Abril, a dívida directa do Estado situou-se nos 124,7 mil milhões de euros, registando um aumento de 2879 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, fundamentalmente, a emissão líquida positiva de Bilhetes do Tesouro, de Obrigações do Tesouro e de CEDIC; em sentido contrário, verificou-se uma diminuição do stock de Certificados de Aforro.

**Quadro 2.7. Movimento da Dívida do Estado**  
(milhões de euros)

	31-Mar-09	Abr-09			30-Abr-09
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	99 864	2 566	200	- 62	102 168
Bilhetes do Tesouro	12 557	1 497	0	0	14 054
Obrigações do Tesouro	86 882	1 069	0	- 69	87 882
Não Transaccionável	21 912	3 619	3 044	0	22 486
Certificados de Aforro	17 180	87	93	0	17 174
CEDIC	4 646	2 601	2 031	0	5 212
Total	121 777	6 185	3 244	- 62	124 656

Fonte: IGCP.

**Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado**

	2008	2009	2008		2009			
	Jan a Abr		Jan a Abr		Jan	Fev	Mar	Abr
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	11584	9657	29,2	23,3	-13,7	-8,9	-11,1	-16,6
Receita Corrente	11429	9444	29,1	23,3	-11,3	-8,2	-11,4	-17,4
Impostos Directos	3967	3325	26,9	21,8	-11,6	-7,3	-3,3	-16,2
Impostos Indirectos	6514	5168	30,1	23,7	-9,9	-10,5	-17,2	-20,7
Despesa Total	13894	14510	29,6	29,6	-5,1	3,7	4,9	4,4
Despesa Corrente Primária	11731	12500	30,2	31,8	-4,9	5,5	6,2	6,6
Despesa Corrente	13053	13607	29,8	30,2	-5,9	4,0	5,0	4,2
Despesa com Pessoal	4054	3257	29,0	30,5	-27,7	-23,9	-21,1	-19,7
Aquisição Bens e Serviços	286	317	17,6	21,9	-6,6	7,7	20,9	10,9
Subsídios	49	103	4,2	15,0	2320,9	36,3	172,2	112,4
Juros	1323	1107	26,2	19,4	-18,8	-21,7	-16,5	-16,3
Transferências corr. p/ AP	6154	7609	32,2	33,3	32,9	27,2	24,8	23,6
Saldo Global	-2310	-4852	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-987	-3745	-	-	-	-	-	-

Nota: \* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.  
Fonte: DGO

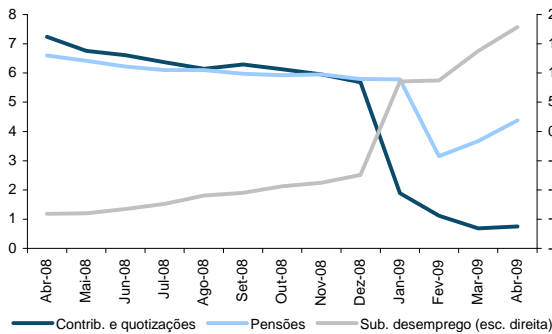
## Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Abril, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 884,4 milhões de euros, revelando uma redução de 461 milhões de euros face ao mesmo período de 2008.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao quadrimestre homólogo de 2008, caracterizou-se por:

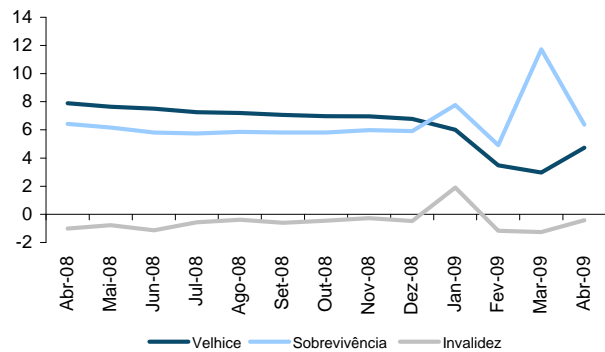
- um ligeiro aumento da receita corrente em 0,7% influenciada essencialmente pela evolução das transferências correntes da Administração Central (13,2%) e das contribuições (0,8%); por outro lado, as transferências correntes do Fundo social Europeu diminuíram 67,2%; e
- um aumento da despesa corrente em 8,7%. Para este resultado contribuiu, sobretudo, a subida da despesa em prestações sociais, designadamente, pensões (4,4%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (17,9%), subsídio familiar a crianças e a jovens (30%) e complemento solidário para idosos (196,6%). As acções de formação profissional aumentaram (4,2%), mas o suporte do Fundo Social Europeu diminuiu em 33,5%. Os aumentos nos subsídios de desemprego e por doença foram acompanhados por um aumento no respectivo número de beneficiários.

**Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social**  
(VHA, em %)



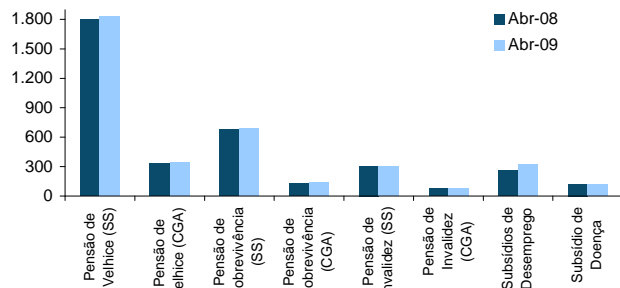
Fonte: MTSS.

**Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social**  
(VHA, em %)



Fonte: MTSS.

**Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos**  
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS e CGA.

Até Abril, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 38,7 milhões de euros, o qual compara com um défice de 125 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. A receita corrente apresentou um aumento de 15,1%, repercutindo o aumento das transferências correntes recebidas do Estado e das contribuições. A despesa corrente aumentou 6,7% traduzindo, no essencial, a despesa em pensões que registou um acréscimo de 6,6 por cento.

**Quadro 2.9. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações					
	2008			2009			2008			2009		
	Jan a Abr			Jan a Abr			Jan a Abr			Jan a Abr		
	10^6 euros	10^6 euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10^6 euros	10^6 euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10^6 euros	10^6 euros	VHA	Execução face ao OE (%)
Receita Total	7196	7235	0,5	32,5	30,5	2049	2359	15,1	27,8	31,0		
Contribuições e quotizações	4204	4236	0,8	32,3	30,5	1066	1098	3,0	26,8	29,0		
Transferências correntes da Adm. Central	2079	2353	13,2	32,6	34,6	955	1249	30,7	21,0	34,0		
Despesa Total	5850	6351	8,6	27,2	28,7	2174	2320	6,7	28,8	29,4		
Pensões	3648	3807	4,4	28,0	27,9	2159	2302	6,6	28,9	29,4		
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	527	622	17,9	29,6	39,4	-	-	-	-	-		
Prestações e Acção Social	1164	1351	16,0	29,1	32,8	-	-	-	-	-		
Saldo Global	1345	884	-	-	-	-125	39	-	-	-		

Fontes: DGO e GPEARl.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Abril, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 785,1 milhões de euros, denotando-se uma diminuição face ao período homólogo de 137,7 milhões de euros.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face ao período homólogo do ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 1,8%, reflectindo o crescimento da receita corrente em 3% e a diminuição da receita de capital. A composição da receita corrente está no entanto influenciada pela reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA de contribuições para transferências correntes recebidas de outros sectores da Administração Pública. Expurgando o efeito dessa reclassificação, as transferências correntes recebidas de outros subsectores aumentariam 7,5% e a receita de contribuições revelaria um crescimento de 13,8%, uma vez que os serviços integrados passaram a contribuir mensalmente para a CGA; e
- um aumento da despesa em 4,2%. A despesa corrente apresenta um aumento de 3,8%, justificado pelo acréscimo da aquisição de bens e serviços (14,7%), das outras despesas correntes (426,5%), que reflecte o crescimento das pensões e abonos da responsabilidade da CGA, e das transferências correntes (3,1%). Estes aumentos foram parcialmente compensados pela diminuição nas restantes componentes da despesa corrente, nomeadamente, nas despesas com pessoal (-22,7%), nos subsídios atribuídos (-27,8%) e, embora com menor peso, dos juros e outros encargos (29,8%). A despesa de capital registou um aumento de 10,4%, reflectindo o aumento das transferências de capital (30,7%).

### Serviço Nacional de Saúde

No primeiro quadrimestre de 2009, o excedente global do Serviço Nacional de Saúde, na componente integrada nos serviços da administração pública (SNS), foi de 280,2 milhões de euros, observando-se uma diminuição no excedente orçamental de 205,9 milhões de euros face ao registado no mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental do SNS, face ao período homólogo do ano anterior, caracterizou-se por:

- um crescimento de 3,2% na receita, devido maioritariamente aos aumentos verificados nas transferências correntes recebidas (3,2%) e, em menor grau, nas outras receitas correntes (25,9%); e
- um aumento da despesa em 13,1%, justificado, principalmente, pelo aumento da aquisição de bens e serviços (17,9%), com menor peso, das outras despesas correntes (330%), das transferências correntes (47,2%) e das transferências de capital. Contrariamente, observaram-se decréscimos na despesa com pessoal e nos juros e outros encargos. Este comportamento da despesa corrente reflecte, em parte, os efeitos das operações de empresarialização ocorridas em Setembro de 2008, as quais se consubstanciam numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

**Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos**

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2008	2009	2009		2008	2009	2009	
	Jan a Abr		Mar	Abr	Jan a Abr		Mar	Abr
	10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)		10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)	
Receita Total	7 356	7 487	5,2	1,8	2 726	2 813	3,2	3,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1 811	1 098	-44,6	-39,4	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	3 596	4 808	38,6	33,7	2 633	2 700	2,3	2,5
Despesa Total	6 433	6 702	3,9	4,2	2 240	2 533	13,0	13,1
Despesa com pessoal	1 045	808	-18,9	-22,7	470	236	-46,2	-49,8
Aquisição de bens e serviços	1 926	2 209	23,7	14,7	1 667	1 965	28,3	17,9
Transferências correntes	2 753	2 838	2,6	3,1	31	78	196,3	152,4
Saldo Global	923	785	-	-	486	280	-	-

Fonte: DGO.

## Administrações Local e Regional

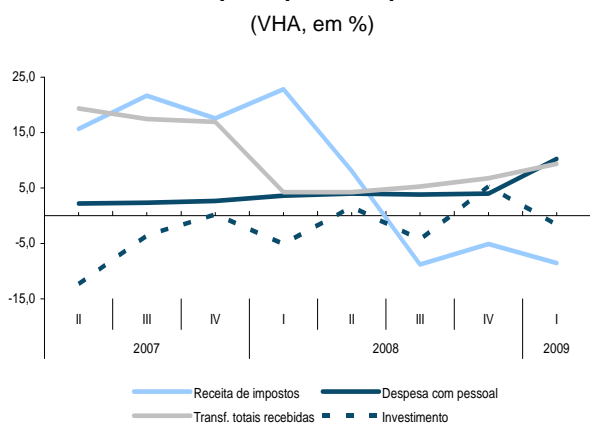
### Administração Local

No primeiro trimestre de 2009, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Administração Local foi de 27,3 milhões de euros, o que compara com um excedente de 71,8 milhões de euros registado no ano anterior, contemplando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face a 2008, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 3,1%, influenciada, principalmente, pelo aumento das transferências correntes e de capital recebidas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e das outras receitas de capital; em contrapartida, observa-se um decréscimo da receita fiscal, quer nos impostos directos, quer nos impostos indirectos; e
- um aumento da despesa total em 6,7%, repercutindo, sobretudo, o aumento das despesas com pessoal (10,3%), das despesas em aquisição de bens e serviços (10,6%), das transferências (15,2%), dos juros e outros encargos (13,5%) e dos subsídios (14%). O aumento da despesa com pessoal deve-se, fundamentalmente, à transferência efectiva de competências do Ministério da Educação para a Administração Local, especialmente no que diz respeito ao pessoal não docente.

**Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes**



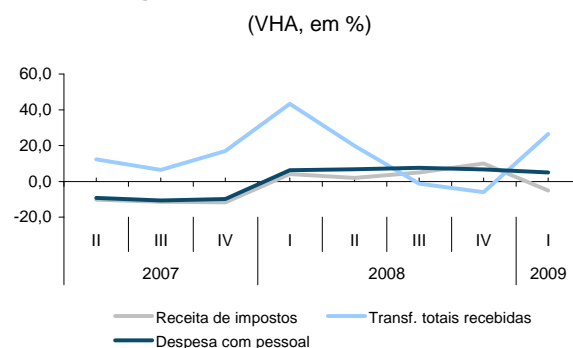
### Administração Regional

No primeiro trimestre de 2009, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Administração Regional situou-se nos 10,6 milhões de euros, que compara com um excedente de 29,1 milhões de euros no período homólogo do ano anterior.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2008, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 1,7%, reflectindo o comportamento negativo das receitas de capital (47,4%). Relativamente às receitas correntes constatou-se um aumento de 3,9%, traduzindo os crescimentos nas transferências correntes, e nos impostos directos; e
- um aumento da despesa total em 3,1%, que reflecte, essencialmente, um aumento das transferências correntes (25,2%), das despesas com pessoal (5%), dos juros e outros encargos (65,7%) e da aquisição de bens e serviços (9,7%). As despesas de capital registaram um decréscimo de 38,7%, traduzindo as quedas nas transferências e no investimento de 57,1% e 25,8, respectivamente.

**Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes**



**Quadro 2.11. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional**

	Administração Local*				Administração Regional			
	2008		2009		2008		2009	
	Jan a Mar		Dez	Mar	Jan a Mar		Dez	Mar
	10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)		10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)	
Receita total	1 401	1 445	0,8	3,1	404	398	-2,2	-1,7
Impostos	370	338	-5,1	-8,5	248	235	10,0	-5,1
Transferências correntes	468	512	6,8	9,4	94	118	-6,0	26,5
Despesa total	1 329	1 418	7,4	6,7	375	387	5,5	3,1
Pessoal	456	503	4,0	10,3	164	172	6,7	5,0
Aquisição de bens e serviços	307	339	9,6	10,6	38	41	14,5	9,7
Transferências correntes	97	112	5,4	15,2	77	96	-5,5	25,2
Investimento	296	291	5,3	-1,6	38	28	25,7	-25,8
Saldo global	72	27	-	-	29	11	-	-

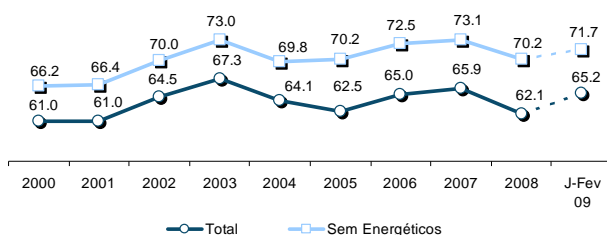
Fonte: DGO.

### 3. Comércio Internacional <sup>[1]</sup>

#### Evolução global <sup>[2]</sup>

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2009, as saídas <sup>[3]</sup> de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) decresceram 6,0% em termos homólogos, e as entradas 1,2% (Quadro 3.1).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)**



Excluindo os produtos energéticos, constata-se que no mesmo período as saídas decresceram 6,7% e as entradas 3,0%.

Nos últimos três meses (Dezembro a Fevereiro), excluindo os produtos energéticos, as saídas acusaram uma diminuição, face ao período homólogo do ano anterior, de 23,8%, tendo as entradas registado uma descida de 19,8%.

No período de Janeiro a Fevereiro de 2009, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 65,2% (71,7% excluindo energéticos) (Figura 3.1).

Segundo dados preliminares disponíveis para o período de Janeiro a Março de 2009, referentes ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros e as importações daí provenientes terão decrescido respectivamente 21,9% e 38,4% (Quadro 3.1).

**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial**

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Fevereiro			VH	
	2008	2009	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	6 706	4 685	-30.1	-25.6	-6.0
Entradas (cif)	10 320	7 186	-30.4	-23.9	-1.2
(fob)	9 853	6 861	-30.4	-23.9	-1.2
Saldo (fob-cif)	- 3 614	- 2 501	-30.8	-21.0	7.8
(fob-fob)	- 3 148	- 2 176	-30.9	-20.6	9.2
Cobertura (fob/cif)	65.0	65.2	-	-	-
(fob/fob)	68.1	68.3	-	-	-
<b>Sem energéticos:</b>					
Saídas (fob)	6 317	4 526	-28.4	-23.8	-6.7
Entradas (cif)	8 583	6 317	-26.4	-19.8	-3.0
(fob)	8 195	6 031	-26.4	-19.8	-3.0
Saldo (fob-cif)	- 2 266	- 1 791	-21.0	-9.7	6.6
(fob-fob)	- 1 878	- 1 505	-19.9	-7.8	8.5
Cobertura (fob/cif)	73.6	71.7	-	-	-
(fob/fob)	77.1	75.0	-	-	-
<b>Extra UE</b>					
(milhões de Euros)					
				Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	2 296	1 793	-21.9	-21.9	4.8
Importações (cif)	3 982	2 451	-38.4	-38.4	-1.4
(fob)	3 802	2 341	-38.4	-38.4	-1.4
Saldo (fob-cif)	- 1 686	- 659	-60.9	-60.9	-11.0
(fob-fob)	- 1 506	- 548	-63.6	-63.6	-12.2
Cobertura (fob/cif)	57.7	73.1	-	-	-
(fob/fob)	60.4	76.6	-	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Março, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro a Fevereiro.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado: 0.9548

**Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2008	2009	VH	2008	2009	VH
Janeiro	5 012	3 687	-26.4	3 330	2 368	-28.9
Fevereiro	5 308	3 499	-34.1	3 375	2 317	-31.4
Março	5 111			3 291		
Abril	5 462			3 383		
Maio	5 363			3 337		
Junho	5 202			3 309		
Julho	5 744			3 791		
Agosto	4 481			2 421		
Setembro	5 207			3 269		
Outubro	5 340			3 244		
Novembro	4 748			2 885		
Dezembro	4 197			2 325		
1º Trimestre	15 431			9 997		
2º Trimestre	16 027			10 030		
3º Trimestre	15 431			9 480		
4º Trimestre	14 285			8 454		

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional": [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt)

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Fevereiro de 2009 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Março de 2009, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2008, são os implícitos numa primeira versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 400 mil euros para as chegadas e 550 mil para as expedições, em 2009, o que corresponderá a uma taxa de cobertura do comércio Intracomunitário de 95% nas chegadas e de 97% nas expedições), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros.

### Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma descida de 6,0% (Quadro 3.3).

Neste período assinalam-se crescimentos nas saídas de "Agro-alimentares" (+7,3%) e de "Energéticos" (+6,7%).

Em todos os restantes grupos de produtos se registaram descidas: "Pele, Couros e Têxteis" (-11,9%), "Máquinas" (-9,6%), "Vestuário e Calçado" (-9,2%), "Material de transporte" (-8,8%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-8,1%), "Químicos" (-8,0%), "Minérios e Metais" (-6,6%), e "Produtos Acabados Diversos" (-3,5%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram uma descida de 3,0% na componente "calçado" e diminuições nas componentes "vestuário de malha" e "vestuário excepto de malha" respectivamente de 12,7% e 11,6%.

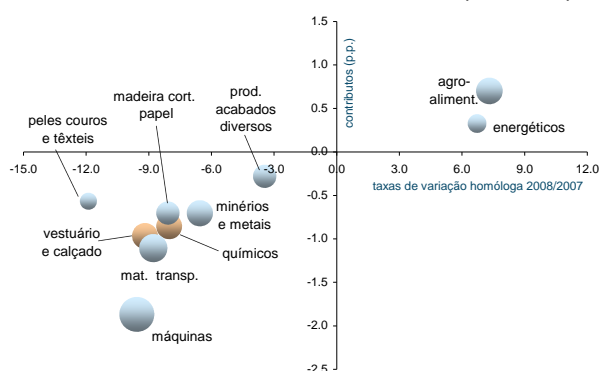
Para a acentuada redução das exportações de Energéticos, verificada no período de Janeiro a Fevereiro (-59,1%), terá contribuído a paralisação da refinaria da Galp de Sines na 2ª quinzena de Janeiro, na sequência de um incêndio. A refinaria voltou a funcionar nos últimos dias de Fevereiro

Ponderando os pesos no total, os contributos positivos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses (-6,0%) couberam aos grupos "Agro-alimentares" (0,7 p.p.) e "Energéticos" (0,3 p.p.) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

Contributos negativos deram os grupos "Máquinas" (-1,9 p.p.), "Material de transporte" (-1,1 p.p.), "Vestuário e Calçado" (-1,0 p.p.), Químicos (-0,9 p.p.), "Minérios e metais" (-0,7 p.p.), "Madeira, Cortiça e Papel" (-0,7 p.p.), "Pele, Couros e Têxteis" (-0,6 p.p.) e "Produtos acabados diversos" (-0,3 p.p.).

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)**

Últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2009 (Total: -6.0%)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 -primeira versão do ano; 2009 - versão preliminar.

**Quadro 3.3. Saídas \* de Mercadorias por Grupos de Produtos**

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos				
	Jan-Fev		Anual		Jan-Fev		média anual 03-08**	últimos 12 meses		Jan-Fev	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
<b>TOTAL DAS SAÍDAS</b>	<b>6 706</b>	<b>4 685</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>5.5</b>	<b>-6.0</b>	<b>-6.0</b>	<b>-30.1</b>	<b>-30.1</b>
000 Agro-Alimentares	628	550	7.8	10.4	9.4	11.7	12.0	7.3	0.7	-12.5	-1.2
100 Energéticos	389	159	2.4	6.1	5.8	3.4	26.6	6.7	0.3	-59.1	-3.4
200 Químicos	697	475	8.7	10.7	10.4	10.1	9.9	-8.0	-0.9	-31.9	-3.3
300 Madeira, Cortiça e Papel	569	428	9.6	8.4	8.5	9.1	2.8	-8.1	-0.7	-24.8	-2.1
400 Pele, Couros e Têxteis	292	212	6.1	4.4	4.4	4.5	-1.1	-11.9	-0.6	-27.6	-1.2
500 Vestuário e Calçado	769	623	15.7	9.7	11.5	13.3	-4.2	-9.2	-1.0	-19.0	-2.2
600 Minérios e Metais	683	443	6.6	10.7	10.2	9.5	16.3	-6.6	-0.7	-35.1	-3.6
700 Máquinas	1 281	776	19.7	19.3	19.1	16.6	5.1	-9.6	-1.9	-39.4	-7.5
800 Material de Transporte	855	589	15.3	12.6	12.8	12.6	1.4	-8.8	-1.1	-31.1	-4.0
900 Produtos Acabados Diversos	544	432	8.0	7.7	8.1	9.2	4.6	-3.5	-0.3	-20.6	-1.7

Por memória:

Total sem energéticos	6 317	4 526	97.6	93.9	94.2	96.6	4.7	-6.7	-6.3	-28.4	-26.7
-----------------------	-------	-------	------	------	------	------	-----	------	------	-------	-------

\* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

\*\* O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses, as expedições para o mercado comunitário decresceram 9,8%, cabendo uma redução de 10,3% aos países da UE-15 e um aumento de 3,9% aos 12 países do alargamento. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 6,3% (Quadro 3.4).

Neste período, destaca-se, entre os países terceiros, o incremento das exportações portuguesas para Angola (+33,0%), Marrocos (+31,8%), Brasil (+17,2%), Cabo Verde (+11,7%) e Suíça (+9,3%). Assinalam-se diminuições nas exportações para os EUA (-30,5%) e Malásia (-20,1%).

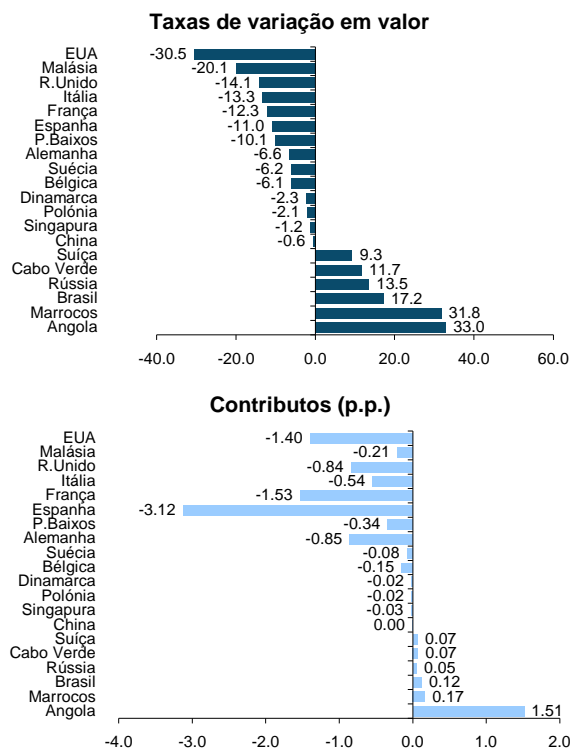
No contexto da UE-15 a descida foi generalizada a todos os principais mercados, tendo ocorrido os ritmos de redução mais significativos nas expedições para o Reino Unido (-14,1%), Itália (-13,3%), França (-12,3%) e Espanha (-11,0%). Descidas da ordem dos 6 a 7% verificaram-se na Alemanha, Suécia e Bélgica.

Ponderando os pesos no total, o maior contributo para o crescimento da taxa de variação das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino (-6,0 p.p.), couberam a Angola (1,5 p.p.). Marrocos contribuiu com 0,2 p.p. e, na ordem de 0,1 p.p., assinalam-se os contributos do Brasil, Suíça, Cabo Verde e Rússia (Figura 3.3 e Quadro 3.4).

Os países do alargamento, no seu conjunto, contribuíram com 0,1 p.p..

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos**

Últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2009



**Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados**

Destino	Jan-Fev		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
			anual		Jan-Fev		média anual 03-08*	12 meses [1]		Jan-Fev	
	2008	2009	2003	2008*	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
<b>TOTAL</b>	<b>6 706</b>	<b>4 685</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>5.5</b>	<b>-6.0</b>	<b>-6.0</b>	<b>-30.1</b>	<b>-30.1</b>
<b>Intra UE-27</b>	<b>5 157</b>	<b>3 525</b>	<b>81.0</b>	<b>72.9</b>	<b>76.9</b>	<b>75.2</b>	<b>3.3</b>	<b>-9.8</b>	<b>-7.5</b>	<b>-31.6</b>	<b>-24.3</b>
dos quais:											
<b>UE-15</b>	<b>4 984</b>	<b>3 405</b>	<b>79.4</b>	<b>70.2</b>	<b>74.3</b>	<b>72.7</b>	<b>3.0</b>	<b>-10.3</b>	<b>-7.6</b>	<b>-31.7</b>	<b>-23.5</b>
Espanha	1 924	1 249	23.8	26.4	28.7	26.7	7.7	-11.0	-3.1	-35.1	-10.1
Alemanha	896	641	14.8	13.1	13.4	13.7	3.0	-6.6	-0.9	-28.5	-3.8
França	851	603	13.2	11.5	12.7	12.9	2.6	-12.3	-1.5	-29.2	-3.7
R.Unido	370	240	10.3	5.5	5.5	5.1	-6.9	-14.1	-0.8	-35.0	-1.9
Itália	262	182	4.7	3.8	3.9	3.9	0.8	-13.3	-0.5	-30.3	-1.2
P.Baixos	230	148	3.8	3.2	3.4	3.2	2.4	-10.1	-0.3	-35.5	-1.2
Bélgica	160	118	4.4	2.5	2.4	2.5	-6.1	-6.1	-0.2	-26.0	-0.6
Suécia	81	70	1.3	1.2	1.2	1.5	3.5	-6.2	-0.1	-13.3	-0.2
Dinamarca	48	42	0.9	0.7	0.7	0.9	1.2	-2.3	0.0	-11.8	-0.1
<b>Alargamento</b>	<b>173</b>	<b>120</b>	<b>1.7</b>	<b>2.7</b>	<b>2.6</b>	<b>2.6</b>	<b>16.0</b>	<b>3.9</b>	<b>0.1</b>	<b>-30.6</b>	<b>-0.8</b>
Polónia	55	34	0.5	0.8	0.8	0.7	14.1	-2.1	0.0	-38.1	-0.3
<b>Extra UE-27</b>	<b>1 549</b>	<b>1 160</b>	<b>19.0</b>	<b>27.1</b>	<b>23.1</b>	<b>24.8</b>	<b>13.3</b>	<b>6.3</b>	<b>1.5</b>	<b>-25.1</b>	<b>-5.8</b>
dos quais:											
Angola	303	367	2.3	6.2	4.5	7.8	28.4	33.0	1.5	20.9	0.9
EUA	273	148	5.7	3.6	4.1	3.2	-3.5	-30.5	-1.4	-45.8	-1.9
Singapura	143	45	0.8	2.4	2.1	1.0	30.2	-1.2	0.0	-68.8	-1.5
Malásia	68	11	0.1	1.0	1.0	0.2	67.6	-20.1	-0.2	-83.4	-0.8
Brasil	44	33	0.5	0.9	0.7	0.7	19.9	17.2	0.1	-24.9	-0.2
Suíça	49	48	1.0	0.8	0.7	1.0	0.3	9.3	0.1	-0.6	0.0
Marrocos	31	25	0.5	0.7	0.5	0.5	16.2	31.8	0.2	-18.1	-0.1
Cabo Verde	36	30	0.5	0.7	0.5	0.6	13.6	11.7	0.1	-16.3	-0.1
Por memória:											
Rússia	32	15	0.1	0.5	0.5	0.3	37.0	13.5	0.1	-54.1	-0.3
China	27	20	0.5	0.5	0.4	0.4	4.1	-0.6	0.0	-26.3	-0.1
PALOP	365	422	3.1	7.3	5.4	9.0	25.0	28.4	1.6	15.7	0.9
EFTA	72	68	1.9	1.1	1.1	1.5	-4.9	6.2	0.1	-5.4	-0.1

\* O ano de 2008 na estrutura anual e na média anual 2003-2008 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com [1] (Mar 08-Fev 09) / (Mar 07-Fev 08) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

### Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2009, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma redução de 1,2% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os contributos positivos para este resultado incidiram nos grupos de produtos "Energéticos" (+1,4 p.p.), e "Agro-alimentares" (+0,5 p.p.).

Todos os restantes grupos apresentaram contributos negativos: "Material de transporte" (-1,0 p.p.), "Têxteis, Vestuário e Calçado" (-0,6 p.p.), "Minérios e metais" (-0,6 p.p.), "Máquinas" (-0,4 p.p.), "Peles, Madeira, Cortiça e Papel" (-0,4 p.p.), "Químicos" (-0,1%), e "Produtos acabados diversos" (-0,1 p.p.).

No período de Janeiro a Fevereiro de 2009, a UE-27 foi a origem de 79,1% das entradas de mercadorias, cabendo 76,7% aos países da UE-15 e 2,4% aos doze países do alargamento (Quadro 3.5).

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (32,7%), da Alemanha (13,1%) e de França (8,9%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 4,7% do total.

**Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	Jan-Fev		Anual		Jan-Fev		média anual 03-08**	12 meses [1]		Jan-Fev	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>10 320</b>	<b>7 186</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>7.1</b>	<b>-1.2</b>	<b>-1.2</b>	<b>-30.4</b>	<b>-30.4</b>
<b>Grupos de Produtos</b>											
000-Agro-Alimentares	1 272	1 051	13.0	13.0	12.3	14.6	7.0	3.9	0.5	-17.4	-2.1
100-Energéticos	1 737	869	10.1	17.5	16.8	12.1	19.5	9.5	1.4	-50.0	-8.4
200-Químicos	1 381	1 139	14.1	13.4	13.4	15.9	5.9	-0.5	-0.1	-17.5	-2.3
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	461	353	5.5	4.3	4.5	4.9	1.9	-7.9	-0.4	-23.5	-1.0
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	741	573	8.3	5.9	7.2	8.0	0.1	-8.5	-0.6	-22.7	-1.6
500-Minérios e Metais	982	611	8.7	9.9	9.5	8.5	9.9	-6.2	-0.6	-37.8	-3.6
600-Máquinas [3]	1 871	1 398	21.1	19.1	18.1	19.5	5.0	-2.0	-0.4	-25.2	-4.6
700-Material de Transporte [4]	1 330	727	13.1	11.7	12.9	10.1	4.6	-8.1	-1.0	-45.3	-5.8
800-Prod. Acabados Diversos	546	465	6.0	5.3	5.3	6.5	4.1	-1.1	-0.1	-14.8	-0.8
Total sem energéticos	8 583	6 317	89.9	82.5	83.2	87.9	5.2	-3.0	-2.6	-26.4	-22.0
<b>Mercados de origem</b>											
<b>Intra UE-27</b>	<b>7 595</b>	<b>5 682</b>	<b>79.4</b>	<b>72.4</b>	<b>73.6</b>	<b>79.1</b>	<b>5.1</b>	<b>-2.1</b>	<b>-1.6</b>	<b>-25.2</b>	<b>-18.5</b>
dos quais:											
<b>UE-15</b>	<b>7 416</b>	<b>5 511</b>	<b>77.7</b>	<b>70.5</b>	<b>71.9</b>	<b>76.7</b>	<b>5.0</b>	<b>-2.4</b>	<b>-1.8</b>	<b>-25.7</b>	<b>-18.5</b>
Espanha	3 133	2 351	30.0	30.1	30.4	32.7	7.1	-0.3	-0.1	-24.9	-7.6
Alemanha	1 251	945	14.6	12.1	12.1	13.1	3.1	-4.2	-0.5	-24.5	-3.0
França	1 001	643	9.8	8.3	9.7	8.9	3.6	-8.8	-0.8	-35.8	-3.5
Itália	524	408	6.4	5.1	5.1	5.7	2.3	-1.8	-0.1	-22.2	-1.1
P.Baixos	462	361	4.7	4.6	4.5	5.0	6.6	-1.0	0.0	-21.7	-1.0
R.Unido	326	240	4.9	3.2	3.2	3.3	-1.8	-6.0	-0.2	-26.2	-0.8
Bélgica	277	221	2.9	2.7	2.7	3.1	5.4	-6.5	-0.2	-20.3	-0.5
Suécia	140	110	1.2	1.3	1.4	1.5	8.8	10.4	0.1	-21.4	-0.3
<b>Alargamento</b>	<b>178</b>	<b>172</b>	<b>1.7</b>	<b>1.9</b>	<b>1.7</b>	<b>2.4</b>	<b>9.1</b>	<b>12.5</b>	<b>0.2</b>	<b>-3.8</b>	<b>-0.1</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>2 725</b>	<b>1 503</b>	<b>20.6</b>	<b>27.6</b>	<b>26.4</b>	<b>20.9</b>	<b>13.5</b>	<b>1.5</b>	<b>0.4</b>	<b>-44.8</b>	<b>-11.8</b>
dos quais:											
Nigéria	348	108	1.6	2.9	3.4	1.5	21.0	18.4	0.4	-69.1	-2.3
Brasil	203	69	1.6	2.3	2.0	1.0	15.6	-14.9	-0.4	-65.8	-1.3
China	202	199	0.9	2.3	2.0	2.8	29.3	19.6	0.4	-1.4	0.0
EUA	218	154	1.9	1.8	2.1	2.1	5.5	-3.6	-0.1	-29.7	-0.6
Líbia	183	36	0.9	1.7	1.8	0.5	22.4	-1.1	0.0	-80.2	-1.4
Argélia	130	34	0.5	1.2	1.3	0.5	26.5	-1.0	0.0	-73.8	-0.9
Noruega	81	63	1.3	1.2	0.8	0.9	5.0	4.8	0.1	-22.1	-0.2
Arábia Saud.	105	64	0.8	1.1	1.0	0.9	16.4	25.0	0.2	-38.7	-0.4
Japão	94	53	1.6	1.0	0.9	0.7	-2.5	-5.7	-0.1	-43.3	-0.4
Índia	91	46	0.4	0.8	0.9	0.6	24.5	9.1	0.1	-49.1	-0.4
Iraque	59	26	0.0	0.7	0.6	0.4	860.4	93.5	0.3	-55.5	-0.3
Angola	113	42	0.0	0.7	1.1	0.6	179.3	-15.9	-0.1	-62.9	-0.7
Rússia	124	41	1.2	0.7	1.2	0.6	-4.9	-47.6	-0.5	-66.6	-0.8
OPEP[5]	973	341	4.2	9.4	9.4	4.7	25.4	14.7	1.1	-65.0	-6.1
EFTA	139	109	2.3	1.9	1.3	1.5	3.4	1.3	0.0	-21.4	-0.3
PALOP	115	46	0.1	0.8	1.1	0.6	54.2	-12.1	-0.1	-59.9	-0.7

\* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

\*\* O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] (Mar 08-Fev 09) / (Mar 07-Fev 08) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas. [4] Inclui tractores agrícolas. [5] Inclui Angola.

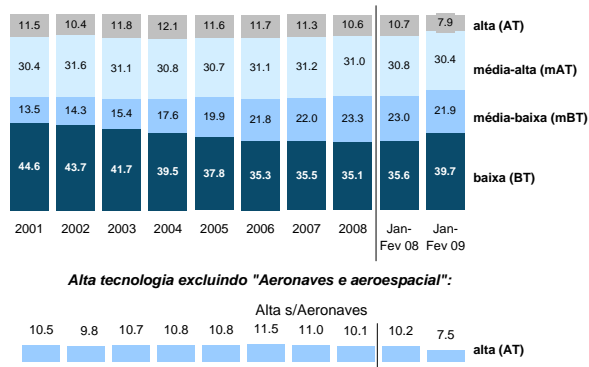
Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com dados de base declarados do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de Janeiro a Fevereiro de 2009, face ao mesmo período do ano anterior, assistiu-se a um decréscimo do peso das saídas dos produtos de média intensidade tecnológica (média baixa + média alta), de 53,8% para 52,3% (Figura 3.4 e Quadro 3.6).

**Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 1ª versão).

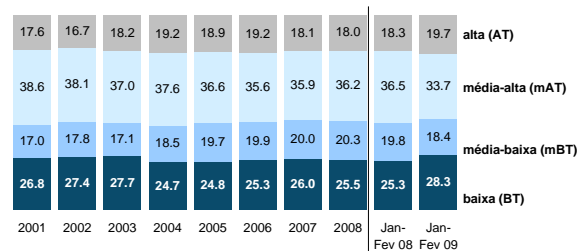
O peso das saídas de produtos de alta intensidade tecnológica desceu de 10,7% para 7,9%, reflectindo descidas de 2,4 p.p. no equipamento de rádio, TV e comunicações, e de 0,6 p.p. no equipamento de escritório e computação. Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de baixa intensidade tecnológica, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, subiu de 35,6% para 39,7%, a que corresponderam subidas de 2,1 p.p. nos produtos alimentares, bebidas e tabaco, de 1,3 p.p. na pasta de papel, papel e cartão, e de 1,1 p.p. nos têxteis, vestuário, couros e calçado.

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos.

Para maior detalhe, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 5/2009 em:

[www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt)

**Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 1ª versão).

## Quadro 3.6. Saídas e Entradas \* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2008	Janeiro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.			Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)		
		2008	2009	média 2003-08	2008/07	Jan 2009/08	2007	2008	Jan 2008	2009	2008	Jan 2009
<b>SAÍDAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>34 774 575</b>	<b>2 913 780</b>	<b>2 069 273</b>	<b>5.0</b>	<b>-0.7</b>	<b>-29.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>-0.7</b>	<b>-29.0</b>
Alta tecnologia	3 699 966	348 155	182 823	2.8	-6.3	-47.5	11.3	10.6	11.9	8.8	-0.7	-5.7
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 493 210	341 361	172 985	3.7	-9.2	-49.3	11.0	10.1	11.7	8.4	-1.0	-5.8
Média-alta tecnologia	10 765 189	943 418	630 811	5.0	-1.4	-33.1	31.2	31.0	32.4	30.5	-0.4	-10.7
Média-baixa tecnologia	8 092 199	604 308	439 086	14.1	5.2	-27.3	22.0	23.3	20.7	21.2	1.1	-5.7
Baixa tecnologia	12 217 220	1 017 899	816 553	1.5	-1.8	-19.8	35.5	35.1	34.9	39.5	-0.6	-6.9
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Saídas</b>	<b>36 751 049</b>	<b>3 050 501</b>	<b>2 141 706</b>	<b>5.5</b>	<b>0.0</b>	<b>-29.8</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>0.0</b>	<b>-29.8</b>
Residual	1 976 474	136 721	72 433	16.9	13.0	-47.0	4.8	5.4	4.5	3.4	0.6	-2.1
<b>ENTRADAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>46 991 204</b>	<b>3 568 260</b>	<b>2 673 441</b>	<b>5.5</b>	<b>1.8</b>	<b>-25.1</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>1.8</b>	<b>-25.1</b>
Alta tecnologia	8 472 101	658 599	544 805	5.3	1.6	-17.3	18.1	18.0	18.5	20.4	0.3	-3.2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 796 685	641 878	514 313	5.2	0.6	-19.9	17.0	16.8	18.1	19.5	0.1	-3.6
Média-alta tecnologia	17 007 091	1 230 886	881 445	5.0	2.6	-28.4	35.9	36.2	34.5	33.0	0.9	-9.8
Média-baixa tecnologia	9 528 973	740 755	474 820	9.1	3.3	-35.9	20.0	20.3	20.8	17.8	0.7	-7.5
Baixa tecnologia	11 983 039	938 021	772 372	3.8	-0.1	-17.7	26.0	25.5	26.3	28.9	0.0	-4.6
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Entradas</b>	<b>58 747 253</b>	<b>4 323 111</b>	<b>3 298 662</b>	<b>7.1</b>	<b>5.8</b>	<b>-23.7</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>5.8</b>	<b>-23.7</b>
Residual	11 756 048	754 851	625 221	15.5	25.6	-17.2	16.9	20.0	17.5	19.0	4.3	-3.0

\* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª; 2008 - 1ª versão do ano; 2009 - versão preliminar).

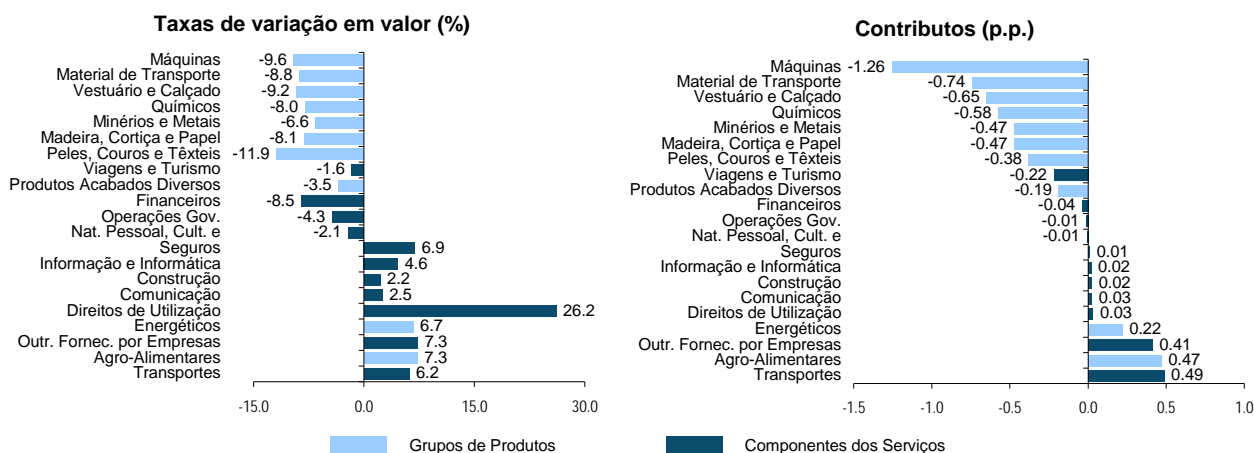
## Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o período de Janeiro a Fevereiro de 2009, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 32,2% do lado das "exportações" (crédito), e de 18,7% na vertente das "importações" (débito). Nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro, as "exportações" de Bens e Serviços diminuíram 3,3% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram positivamente os Serviços (0,7 p.p.), a par de um contributo negativo dos Bens (-4,0 p.p.) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "exportações" de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das "exportações" de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2009



Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Fevereiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [1]				
			Anual		Jan-Fev		média anual 03-08	12 meses [2]		Jan-Fev	
	2008	2009	2003	2008	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
<b>CRÉDITO ("Exportações")</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	9 220	6 975	100.0	100.0	100.0	100.0	7.4	-3.3	-3.3	-24.3	-24.3
<b>Bens</b>	6 738	4 729	72.2	68.1	73.1	67.8	6.1	-5.9	-4.0	-29.8	-21.8
<b>Serviços</b>	2 482	2 246	27.8	31.9	26.9	32.2	10.4	2.4	0.7	-9.5	-2.6
Transportes	720	641	5.4	8.5	7.8	9.2	17.7	6.2	0.5	-11.0	-0.9
Viagens e Turismo	822	719	14.9	13.3	8.9	10.3	4.9	-1.6	-0.2	-12.5	-1.1
Comunicação	99	88	0.8	1.1	1.1	1.3	14.3	2.5	0.0	-11.0	-0.1
Construção	99	83	0.7	1.2	1.1	1.2	19.0	2.2	0.0	-16.2	-0.2
Seguros	16	18	0.2	0.2	0.2	0.3	4.4	6.9	0.0	13.0	0.0
Financeiros	41	33	0.4	0.4	0.4	0.5	10.7	-8.5	0.0	-18.0	-0.1
Informação e Informática	47	40	0.2	0.5	0.5	0.6	22.9	4.6	0.0	-13.9	-0.1
Direitos de Utilização	9	43	0.1	0.1	0.1	0.6	11.4	26.2	0.0	383.4	0.4
Outr. Fornec. por Empresas	561	521	4.4	6.1	6.1	7.5	14.3	7.3	0.4	-7.0	-0.4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	41	33	0.3	0.4	0.4	0.5	11.4	-2.1	0.0	-19.1	-0.1
Operações Governamentais	28	26	0.4	0.3	0.3	0.4	3.3	-4.3	0.0	-7.5	0.0
<b>DÉBITO ("Importações" Fob)</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	11 751	8 609	100.0	100.0	100.0	100.0	8.0	0.2	0.2	-26.7	-26.7
<b>Bens</b>	10 003	6 999	84.8	84.0	85.1	81.3	7.8	-0.7	-0.6	-30.0	-25.6
<b>Serviços</b>	1 748	1 611	15.2	16.0	14.9	18.7	9.2	5.5	0.9	-7.8	-1.2
Transportes	554	425	4.6	4.9	4.7	4.9	9.6	0.5	0.0	-23.3	-1.1
Viagens e Turismo	430	407	4.4	4.1	3.7	4.7	6.6	0.8	0.0	-5.5	-0.2
Comunicação	73	73	0.5	0.8	0.6	0.8	17.9	8.8	0.1	-0.7	0.0
Construção	26	27	0.3	0.2	0.2	0.3	2.6	18.6	0.0	1.8	0.0
Seguros	39	35	0.3	0.3	0.3	0.4	5.6	4.5	0.0	-10.6	0.0
Financeiros	30	38	0.3	0.4	0.3	0.4	10.1	29.3	0.1	24.0	0.1
Informação e Informática	47	61	0.4	0.5	0.4	0.7	11.4	20.4	0.1	29.4	0.1
Direitos de Utilização	63	66	0.6	0.5	0.5	0.8	4.6	3.0	0.0	5.1	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	408	383	3.0	3.6	3.5	4.4	11.9	13.6	0.4	-6.2	-0.2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	51	75	0.5	0.6	0.4	0.9	12.0	20.0	0.1	46.5	0.2
Operações Governamentais	25	22	0.3	0.2	0.2	0.3	0.8	-20.5	-0.1	-11.9	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

**Destques**



## Relatório de Orientação da Política Orçamental

No dia 15 de Maio, o Governo entregou à Assembleia da República o Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO) de 2009, dando cumprimento ao definido no artigo 60.º da Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 48/2004 de 24 de Agosto).

No âmbito da elaboração do ROPO, o Governo procedeu a uma revisão do cenário macroeconómico para a para o ano de 2009, o qual revê em baixa as projecções apresentadas aquando da actualização de Janeiro de 2009 do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Esta revisão reflecte a evolução muito desfavorável do enquadramento económico mundial, muito em particular, dos nossos principais parceiros comerciais, a qual ser traduz numa acentuada deterioração da procura externa das exportações portuguesas a qual, associada à forte diminuição da confiança dos agentes económicos, tem vindo a influenciar, de forma expressiva, as decisões de investimento dos empresários portugueses. As previsões agora apresentadas apontam para uma quebra real do PIB de 3,4% em 2009 (representando uma revisão em baixa de 2,6 p.p., face às anteriores previsões) (Quadro 1).

**Quadro 1 – Indicadores Macroeconómicos**

	2008	ROPO	PEC	Diferenças face ao PEC (p.p.)
		Mai-09	Jan-09	
Taxas de variação real (em %)				
<b>PIB</b>	<b>0,0</b>	<b>-3,4</b>	<b>-0,8</b>	<b>-2,6</b>
Consumo Privado	1,6	-1,4	0,4	-1,9
Consumo Público	0,5	-0,6	0,2	-0,8
Investimento (FBCF)	-1,1	-14,1	-0,9	-13,2
Exportações	-0,4	-11,8	-4,4	-7,4
Importações	2,1	-11,1	-1,3	-9,8
Contributos para a taxa de crescimento do PIB (p.p.)				
Procura Interna	0,9	-4,1	0,2	-4,3
Procura Externa Líquida	-1,0	0,8	-0,9	1,7
Emprego total (taxa de variação, %)	0,4	-1,2	-0,7	-0,5
Taxa de desemprego (%)	7,6	8,8	8,5	0,2
Taxa de inflação (%) (a)	2,6	0,1	1,2	-1,1
Saldo Conjunto das Balanças Correntes e de Capital (% do PIB)	-10,2	-8,2	-9,2	1,0

Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Nota: (a) Medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor.

Esta revisão teve em conta a informação mais recente, quer para a economia internacional - designadamente os dados relativos ao preço do petróleo nos mercados internacionais, às taxa de juro e às taxa de câmbio, quer para a economia nacional.

Na actual projecção, a quebra do PIB é essencialmente justificada pela forte contracção da procura interna uma vez que se espera que a procura externa dê um contributo positivo para o crescimento do PIB. Assim, apesar da forte deterioração esperada das exportações, prevê-se que, em linha com o comportamento da procura global, as importações registem uma quebra acentuada.

A deterioração da actividade económica terá reflexos no mercado de trabalho, resultando num aumento da taxa de desemprego para 8,8% (7,6% em 2008) e numa diminuição do emprego de 1,2%, em termos homólogos (+0,4% em 2008).

A taxa de inflação foi revista em forte baixa para 0,1%, em resultado da forte quebra da cotação do petróleo nos mercados internacionais e da deterioração da procura global. Esta previsão configura, ainda assim, que a taxa de inflação portuguesa fique 0,3 p.p. abaixo da média da área do euro, neste ano.

Neste contexto prevê-se que as necessidades de financiamento da economia portuguesa face ao exterior diminuam, em 2009, para 8,2% do PIB (10,2% em 2008), beneficiando da melhoria de todas as componentes que constituem as balanças corrente e de capital.

A crise económica e financeira tem vindo a repercutir-se, de forma significativa, na evolução das finanças públicas. Em 2008, já se fizeram sentir esses efeitos, com a situação orçamental da generalidade dos países da União Europeia (UE) a deteriorar-se, interrompendo o processo de consolidação que vinha a ser seguido na maioria dos Estados-membros (Quadro 2). Com efeito, o défice orçamental para o conjunto dos países da UE atingiu de 2,3% do PIB, mais 1,5 p.p. do que em 2007 e o rácio da dívida pública situou-se nos 61,5% do PIB, 4,8 p.p. acima do registado no ano anterior. Esta deterioração reflecte o impacto da actual conjuntura sobre o saldo orçamental e, em particular, das medidas discricionárias de estabilização aplicadas pela maioria dos países da UE que, no caso de se tratarem de operações financeiras, apesar de não afectarem o saldo orçamental têm efeito directo sobre a dívida pública.

**Quadro 2. Finanças Públicas na União Europeia**

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
União Europeia	-2,4	-1,4	-0,8	-2,3	62,7	61,3	58,7	61,5
Área do euro	-2,5	-1,3	-0,6	-1,9	70	68,3	66	69,3

Fonte: Eurostat, Euroindicators, 22 Abril 2009.

Em Portugal, o défice global das Administrações Públicas, em 2008, situou-se nos 2,6% do PIB, mantendo o rácio face ao ano anterior e 0.4 p.p. acima do previsto na actualização de Janeiro do Programa de Estabilidade e Crescimento (Quadro 3). Por seu turno, ao défice estrutural atingiu os 2,9% do PIB, representando uma melhoria de 0,2 p.p. face a 2007, enquanto o saldo primário estrutural se apresentou equilibrado, registando uma melhoria de 0.3 p.p. do PIB face ao verificado no ano anterior. A dívida pública situou-se nos 66,4% do PIB, no final de 2008, 2.9 p.p. acima do valor do ano anterior, traduzindo essencialmente o efeito do diferencial da taxa de juro implícita na dívida face ao reduzido crescimento nominal do PIB. Outros factores contribuíram ainda para a variação positiva da dívida, como sejam as operações de regularização de dívidas comerciais, os aumentos de capital em empresas públicas e empréstimos concedidos pelas Administrações Públicas.

**Quadro 3. Perspectivas Orçamentais para Portugal (em % do PIB)**

	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Saldos Efectivos</b>					
Saldo Global	-6,1	-3,9	-2,6	-2,6	-5,9
Saldo Primário	-3,5	-1,2	0,2	0,3	-2,8
<b>Saldos Estruturais *</b>					
Saldo Global	-5,7	-3,8	-3,1	-2,9	-4,8
Saldo Primário	-3,1	-1,1	-0,3	0,0	-1,7
<b>Dívida Pública Consolidada</b>	63,6	64,7	63,5	66,4	74,6

Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Nota: \* Saldos ajustados do ciclo e excluindo medidas extraordinárias.

Para 2009, a previsão do défice orçamental das Administrações Públicas foi revista para 5,9% do PIB, 2 p.p. acima da previsão anteriormente apresentada. Este aumento é justificado pela deterioração da situação orçamental de partida e pelo agravamento das condições macroeconómicas face ao cenário então considerado. A actual conjuntura tem vindo a exercer um efeito considerável no saldo orçamental

pela via da actuação dos estabilizadores automáticos quer através da contracção da receita fiscal e contributiva quer pelo aumento das despesas públicas. De acordo com as previsões mais recentes, em 2009, a dívida pública deverá registar um aumento de 8,2 p.p. face ao ano anterior, situando-se nos 74,6% do PIB.

O contexto actual de crise económica e financeira coloca assim novos desafios para as finanças públicas, sendo necessário conciliar a maximização do impacto estabilizador dos recursos disponíveis com os objectivos de qualidade e sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas.

## Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª Notificação de 2009

De acordo com a primeira notificação de 2009 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), publicada pelo Instituto Nacional de Estatística a 27 de Março de 2009, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas relativos a 2008 situaram-se em 2,6% e 66,4% do PIB, respectivamente. Comparativamente com os valores reportados na última notificação 2008, verifica-se uma deterioração em ambas as variáveis de 0,4 p.p. e 2,9 p.p., respectivamente. Esta revisão resultou do agravamento do cenário macroeconómico e dos seus impactos nas contas públicas, nomeadamente o forte abrandamento da receita fiscal no último trimestre do ano e o aumento mais acentuado nas despesas de apoio social.

**Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE)**

	2005	2006	2007	2008
<b>Saldo Global</b>				
1. Notificação de Março de 2009	-6,1	-3,9	-2,6	-2,6
2. Notificação de Setembro de 2008	-6,1	-3,9	-2,6	-2,2
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-0,4
<b>Saldo Primário</b>				
1. Notificação de Março de 2009	-3,5	-1,2	0,2	0,3
2. Notificação de Setembro de 2008	-3,5	-1,2	0,2	0,7
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-0,4
<b>Dívida Pública</b>				
1. Notificação de Março de 2009	63,6	64,7	63,5	66,4
2. Notificação de Setembro de 2008	63,6	64,7	63,6	63,5
Diferença (1-2)	0,0	0,0	-0,1	2,9

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas – 29 de Setembro de 2008 e 27 de Março de 2009.

Analisando a evolução da conta as Administrações Públicas (Quadro 2), entre 2005 e 2007, verificam-se diminuições sucessivas na despesa corrente primária, demonstrando o esforço de consolidação orçamental alcançado. Contudo, em 2008, registou-se um aumento de 0,9 p.p. reflectindo, em particular, o aumento da despesa em prestações sociais que não espécie. A componente da despesa corrente que mais tem contribuído para o seu controlo é a despesa com pessoal apresentando uma trajectória decrescente em todo o período em análise.

**Quadro 2: Contas das Administrações Públicas**

	2005	2006	2007	2008
<b>Receita Total</b>	41,6	42,3	43,1	43,2
Receita Corrente	40,1	41,2	42,2	42,3
Receita Fiscal	23,4	24,2	24,8	24,5
Receita Contributiva	12,5	12,5	12,7	13,0
Outras receitas correntes	4,1	4,5	4,8	4,8
Receita de Capital	1,4	1,1	0,9	0,9
<b>Despesa Total</b>	47,7	46,3	45,7	45,9
Despesa Corrente	43,4	42,9	42,2	43,2
Despesas com pessoal	14,4	13,6	12,9	12,9
Prestações Sociais que não em espécie	14,9	15,1	15,1	15,6
Juros	2,6	2,7	2,8	2,9
Outras despesas correntes	11,4	11,4	11,4	11,8
Despesa de Capital	4,3	3,4	3,5	2,7
<b>Saldo Global</b>	-6,1	-3,9	-2,6	-2,6
<b>Saldo Primário</b>	-3,5	-1,2	0,2	0,3
<i>Em memória:</i>				
Despesa Total Primária	45,1	43,5	42,9	43,0
Despesa Corrente Primária	40,8	40,1	39,4	40,3

Fonte: INE.

Relativamente à receita, a receita contributiva registou aumentos sucessivos até 2008, o que está relacionado com o melhoramento da eficiência e eficácia da Segurança Social. Quanto à receita fiscal denotam-se sucessivos aumentos no período de 2005 a 2007, contudo, em 2008, apesar de se continuarem a registar ganhos de eficiência, registou-se uma quebra de 0,3 p.p. a qual está associada quer à evolução macroeconómica quer às medidas implementadas em matéria fiscal, ao longo de 2008, para minimizar os impactos da crise económica.

No conjunto da União Europeia, registou-se uma deterioração na situação orçamental em 2008 face a 2007, o que reflecte o abrandamento da actividade económica observado na generalidade das economias e as medidas de estímulo orçamental entretanto introduzidas. O défice orçamental da União Europeia aumentou de 0,8% do PIB, em 2007, para 2,3%, em 2008 (Quadro 3). No caso da área do euro, observou-se um aumento do défice de 0,6% para 1,9% do PIB. Apenas a Alemanha, Países Baixos, Áustria e Portugal e não registaram agravamentos nos respectivos saldos orçamentais neste ano. No conjunto da UE, apenas seis Estados-membros continuaram a apresentar um excedente orçamental: Finlândia, Dinamarca, Luxemburgo, Suécia, Bulgária e Chipre, enquanto os agravamentos mais significativos foram registados na Irlanda, Espanha, Estónia, Letónia, Roménia, Reino Unido e Malta.

### Quadro3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
União Europeia	-2,4	-1,4	-0,8	-2,3	62,7	61,3	58,7	61,5
Área do euro	-2,5	-1,3	-0,6	-1,9	70,0	68,3	66,0	69,3
Bélgica	-2,7	0,3	-0,2	-1,2	92,2	87,9	84,0	89,6
Alemanha	-3,3	-1,5	-0,2	-0,1	67,8	67,6	65,1	65,9
Irlanda	1,7	3,0	0,2	-7,1	27,5	24,9	25,0	43,2
Grécia	-5,1	-2,8	-3,6	-5,0	98,8	95,9	94,8	97,6
Espanha	1,0	2,0	2,2	-3,8	43,0	39,6	36,2	39,5
França	-2,9	-2,3	-2,7	-3,4	66,4	63,7	63,8	68,0
Itália	-4,3	-3,3	-1,5	-2,7	105,8	106,5	103,5	105,8
Chipre	-2,4	-1,2	3,4	0,9	69,1	64,6	59,4	49,1
Luxemburgo	0,0	1,4	3,6	2,6	6,1	6,7	6,9	14,7
Malta	-2,9	-2,6	-2,2	-4,7	69,8	63,7	62,1	64,1
Países Baixos	0,3	-0,5	-0,4	-0,4	51,8	47,4	45,6	58,2
Áustria	-1,6	-1,6	-0,5	-0,4	63,7	62,0	59,4	62,5
Portugal	-6,1	-3,9	-2,6	-2,6	63,6	64,7	63,5	66,4
Eslovénia	-1,4	-1,3	0,5	-0,9	27,0	26,7	23,4	22,8
Finlândia	2,8	4,0	5,2	4,2	41,4	39,2	35,1	33,4
Eslováquia	-2,8	-3,5	-1,9	-2,2	34,2	30,4	29,4	27,6
Bulgária	1,9	3,0	0,1	1,5	29,2	22,7	18,2	14,1
República Checa	-3,6	-2,6	-0,6	-1,5	29,8	29,6	28,9	29,8
Dinamarca	5,2	5,2	4,5	3,6	37,1	31,3	26,8	33,3
Estónia	1,5	2,9	2,7	-3,0	4,5	4,3	3,5	4,8
Letónia	-0,4	-0,5	-0,4	-4,0	12,4	10,7	9,0	19,5
Lituânia	-0,5	-0,4	-1,0	-3,2	18,4	18,0	17,0	15,6
Hungria	-7,8	-9,2	-4,9	-3,4	61,7	65,6	65,8	73,0
Polónia	-4,3	-3,9	-1,9	-3,9	47,1	47,7	44,9	47,1
Roménia	-1,2	-2,2	-2,5	-5,4	15,8	12,4	12,7	13,6
Suécia	2,3	2,5	3,8	2,5	51,0	45,9	40,5	38,0
Reuno Unido <sup>(a)</sup>	-3,4	-2,7	-2,7	-5,5	42,3	43,4	44,2	52,0

Fonte: Eurostat, Euroindicators, 22 Abril 2009.

Nota: <sup>(a)</sup> Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de Abril do ano X a 31 de Março do ano X+1).

A deterioração da situação orçamental na União Europeia reflectiu-se na dinâmica da dívida pública, aumentando o seu peso no PIB de 58,7% para 61,5% e, na área do euro, de 66,0% para 69,3%, no mesmo período. Os Estados-membros cujos rácios da dívida foram superiores ao valor de referência (60% do PIB) são a Itália, Grécia, Bélgica, Hungria, França, Portugal, Alemanha, Malta e Áustria.

## Previsões Macroeconómicas da Comissão Europeia e do FMI - Primavera de 2009

### 1. Economia mundial

A Comissão Europeia (CE) e o FMI divulgaram, em Abril e Maio, novas projecções macroeconómicas para 2009 e 2010. Face às previsões intercalares de Inverno de 2008, o crescimento do PIB mundial foi revisto em baixa. A maior parte das economias avançadas (EUA, Japão e todos os países da UE com excepção do Chipre) deve apresentar uma recessão em 2009, salientando-se uma desaceleração significativa do crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento, como a China, Rússia e Brasil. Para esta evolução contribuiu o agravamento da crise financeira internacional, uma forte quebra das trocas comerciais e as correcções em curso do mercado imobiliário, especialmente nos EUA; no Reino Unido; em Espanha e na Irlanda. Para 2010 é esperada uma retoma mundial associada, em parte, ao efeito dos planos de relançamento económico e das medidas de reforço de estabilidade do sistema financeiro.

	PIB					Desvios face a Janeiro de 2009, em p.p.			
	(variação anual, em %)								
	2008	2009		2010		2009		2010	
	CE	CE	FMI	CE	FMI	CE	FMI	CE	FMI
Economia Mundial	3,1	-1,4	-1,3	1,9	1,9	-1,9	-1,8	-0,9	-1,1
Economias Avançadas	0,9*	:	-3,8	:	0,0	:	-1,8	:	-1,1
EUA	1,1	-2,9	-2,8	0,9	0,0	-1,3	-1,2	-0,8	-1,6
Japão	-0,7	-5,3	-6,2	0,1	0,5	-2,9	-3,6	0,3	-0,1
União Europeia	0,9	-4,0	-4,0	-0,1	-0,3	-2,2	-2,2	-0,6	-0,8
Reino Unido	0,7	-3,8	-4,1	0,1	-0,4	-1,0	-1,3	-0,1	-0,6
Área do Euro	0,8	-4,0	-4,2	-0,1	-0,4	-2,1	-2,2	-0,5	-0,6
Alemanha	1,3	-5,4	-5,6	0,3	-1,0	-3,1	-3,1	-0,4	-1,1
França	0,7	-3,0	-3,0	-0,2	0,4	-1,2	-1,1	-0,6	-0,3
Itália	-1,0	-4,4	-4,4	0,1	-0,4	-2,4	-2,3	-0,2	-0,3
Espanha	1,2	-3,2	-3,0	-1,0	-0,7	-1,2	-1,3	-0,8	-0,6
<b>Portugal</b>	<b>0,0</b>	<b>-3,7</b>	<b>-4,1</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,5</b>	<b>-2,1</b>	<b>-4,2**</b>	<b>-0,6</b>	<b>:</b>
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6,1*	:	1,6	:	4,0	:	-1,7	:	-1,0
Rússia	5,6	-3,8	-6,0	1,5	0,5	-4,8	-5,3	-0,8	-0,8
China	9,0	6,1	6,5	7,8	7,5	-0,7	-0,2	-0,2	-0,5
Índia	7,2	4,3	4,5	5,0	5,6	-2,4**	-0,6	-2,0**	-0,9
Brasil	5,1	-1,4	-1,3	2,2	2,2	-4,7**	-3,1	-1,6**	-1,3

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, Maio 2009; FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2009. \* FMI. \*\* Desvios face a Outubro de 2008.

A quebra dos preços das matérias-primas e a deterioração das perspectivas económicas globais contribuíram para a revisão em baixa da taxa de inflação em 2009, estando previsto uma diminuição acentuada da taxa de inflação para o ano em curso.

### Taxa de Inflação e Preço das Matérias-Primas

	Taxa de Inflação					Preço das Matérias-Primas				
	(variação anual, em %)					Desvios face a Janeiro de 2009, em p.p.				
	2008	2009		2010		2009		2010		
	CE	CE	FMI	CE	FMI	CE	FMI	CE	FMI	
Economias Avançadas	3,4*	:	-0,2	:	0,3	:	-0,5	:	-0,5	
EUA	3,8	-0,7	-0,9	0,3	-0,1	-1,1	-2,7**	-0,4	:	
Japão	1,4	-1,0	-1,0	-0,5	-0,6	0,4	-1,9**	0,0	:	
União Europeia	3,7	0,9	0,8	1,3	0,8	-0,3	-1,6**	-0,6	:	
Reino Unido	3,6	1,0	1,5	1,3	0,8	0,9	-1,4**	0,2	:	
Área do Euro	3,3	0,4	0,4	1,2	0,6	-0,6	-1,5**	-0,6	:	
Alemanha	2,8	0,3	0,1	0,7	-0,4	-0,5	-1,3**	-0,7	:	
França	3,2	0,2	0,5	0,9	1,0	-0,6	-1,1**	-0,6	:	
Itália	3,5	0,8	0,7	1,8	0,6	-0,4	-1,2**	-0,4	:	
Espanha	4,1	-0,1	0,0	1,4	0,9	-0,7	-2,6**	-1,0	:	
<b>Portugal</b>	<b>2,7</b>	<b>-0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>1,7</b>	<b>1,0</b>	<b>-1,3</b>	<b>-1,7**</b>	<b>-0,3</b>	<b>:</b>	
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	9,3*	:	5,7	:	4,7	:	-0,1	:	-0,3	
Rússia	14,1	13,3	12,9	9,1	9,9	1,6**	0,9**	-1,3**	:	
China	5,9	:	0,1	:	0,7	:	-4,2**	:	:	
Índia	8,3*	:	6,3	:	4,0	:	-0,4**	:	:	
Brasil	5,7*	:	4,8	:	4,0	:	-0,3**	:	:	
<i>em memória:</i>										
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	98,5	52,9	52,0	63,5	62,5	0,8	2,0	1,8	2,5	
Preço das matérias primas excl. petróleo (taxa de variação, em %)	11,8	-20,6	-27,9	0,7	4,4	-0,5	1,2	-0,1	-2,9	

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2009; CE, *Economic Forecast*, Maio 2009. \* FMI. \*\* Desvios face a Outubro de 2008.

Ainda de acordo com as mesmas projecções, as componentes do PIB da UE mais afectadas deverão ser o investimento privado e as exportações, reflectindo as expectativas de abrandamento da procura interna e externa; um acentuado recuo da taxa de utilização da capacidade produtiva e a persistência de condições de financiamento mais restritivas. De facto, o investimento da UE deverá diminuir em torno de 10,5% e 2,9% em 2009 e 2010, respectivamente, invertendo a tendência de forte crescimento registado nos últimos anos. As exportações da UE também deverão registar uma quebra acentuada em 2009 (12,6%), em linha com a quebra do comércio mundial. Associado à desaceleração económica, o mercado de trabalho deve deteriorar-se, estando previsto uma subida da taxa de desemprego para 10,2%, em média, nestes dois anos.

As medidas destinadas a estabilizar o sistema financeiro; a utilização de uma política monetária mais acomodatória e a adopção de medidas no domínio da política orçamental e fiscal (reforço de maior investimento público e/ou redução de impostos) devem permitir uma recuperação económica, a partir do primeiro semestre de 2010. A implementação de medidas de relançamento das economias vai, entretanto, originar uma deterioração da situação das finanças públicas, estando previsto um défice de 5,9% do PIB, em média, na área do euro no conjunto dos anos de 2009 e 2010, interrompendo a melhoria registada entre 2004 e 2007. Igualmente, a dívida pública em percentagem do PIB aumenta para 80,8%, em média, nos anos de 2009 e 2010, tendo-se situado abaixo de 70% do PIB entre 2001 e 2008.

	<b>Taxa de Desemprego</b>					Desvios face a Janeiro de 2009, em p.p.		
	(Em % da População Activa)							
	2008	2009		2010		2009		2010
	CE	CE	FMI	CE	FMI	CE	FMI	CE
<b>Economias Avançadas</b>	5,8*	:	8,1	:	9,2	:	1,6**	:
EUA	5,8	8,9	8,9	10,2	10,1	1,4**	2,0**	2,1**
Japão	3,9	5,8	4,6	6,3	5,6	1,1**	0,1**	1,7**
União Europeia	7,0	9,4	:	10,9	:	0,7	:	1,4
Reino Unido	5,6	8,2	7,4	9,4	9,2	0,0	1,4**	1,3
Área do Euro	7,5	9,9	10,1	11,5	11,5	0,6	1,8**	1,3
Alemanha	7,3	8,6	9,0	10,4	10,8	0,9	1,0**	2,3
França	7,8	9,6	9,6	10,7	10,3	-0,2	1,3**	0,1
Itália	6,8	8,8	8,9	9,4	10,5	0,6	2,3**	0,7
Espanha	11,3	17,3	17,7	20,5	19,3	1,2	3,0**	1,8
<b>Portugal</b>	<b>7,7</b>	<b>9,1</b>	<b>9,6</b>	<b>9,8</b>	<b>11,0</b>	<b>0,3</b>	<b>1,8**</b>	<b>0,7</b>
<b>Algumas Economias Emergentes, entre as quais:</b>								
Rússia	5,9	9,5	:	8,4	:	3,9**	:	3,2**
China	4,0	4,6	:	4,7	:	0,5**	:	0,6**

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2009; CE, *Economic Forecast*, Maio 2009. \* FMI. \*\* Desvios face a Outono de 2008.

## 2. Portugal

As projecções divulgadas pela CE indicam que a economia portuguesa deve registar uma quebra abrupta, tal como as restantes economias europeias, influenciada pela deterioração do enquadramento internacional, com influência na quebra das exportações, e pelo agravamento da confiança dos agentes económicos, com impacto na deterioração do investimento privado.

### **Principais Indicadores Económicos para Portugal – Previsões da Comissão Europeia** (taxas de variação real para as componentes do PIB, em %)

	Primavera 2009			Desvios face a Janeiro de 2009 em p.p.	
	2008	2009	2010	2009	2010
Consumo Privado	1,6	-1,3	-0,4	-1,1	-0,5
Consumo Público	0,5	0,6	0,2	0,3	-0,2
FBCF	-1,1	-14,4	-8,0	-8,9	-4,2
Exportações	-0,5	-11,7	-0,1	-7,9	-0,9
Importações	2,1	-10,0	-2,3	-7,2	-1,9
<b>PIB</b>	0,0	-3,7	-0,8	-2,1	-0,6
IHPC (taxa de variação, em %)	2,7	-0,3	1,7	-1,3	-0,3
Emprego (taxa de variação, em %)	0,4	-1,4	-0,6	-0,5	-0,4
Taxa de Desemprego	7,7	9,1	9,8	0,3	0,7
Saldo das Administrações Públicas (em % do PIB)	-2,6	-6,5	-6,7	-1,9	-2,3
Dívida Pública das Administrações Públicas (Em % do PIB)	66,4	75,4	81,5	7,2	9,8
<b>Saldo da Balança Corrente (em % do PIB)</b>	<b>-11,9</b>	<b>-9,8</b>	<b>-9,5</b>	<b>-0,1</b>	<b>0,7</b>

Fonte: CE, *Economic Forecast*, Maio 2009.



**Artigos**

## Em Análise

### O Preço da Energia e o Défice da Balança Energética em Portugal

Miguel Lebre de Freitas<sup>1</sup>  
Susana Salvado  
Walter Marques

#### 1. Introdução

Sendo a economia Portuguesa uma das economias mais abertas da União Europeia, e tendo em consideração a sua elevada dependência energética face ao exterior, torna-se pertinente avaliar o impacto das recentes alterações do preço da energia no défice da Balança Energética. Este artigo apresenta um exercício simples, onde se procura avaliar em que medida a evolução do Défice Energético reflecte alterações de preço ou alterações na dependência energética. A secção 2 descreve a metodologia. Na secção 3 apresentam-se os índices de preços das importações e exportações de energia. Na secção 4 apresentam-se os resultados da análise. A Secção 5 conclui.

#### 2. Metodologia

Em cada momento do tempo, o défice da Balança Energética a preços correntes em percentagem do PIB pode ser descrito como:

$$e = (P_E E) / (P_Y Y) = \tau \varepsilon, \quad (1)$$

em que  $Y$  e  $E$  medem, respectivamente, o PIB e o défice da Balança Energética a preços constantes, e  $P_Y$  e  $P_E$  são os respectivos deflatores. Assim, poderemos interpretar  $\tau = P_E / P_Y$  como uma medida de “termos de troca” e  $\varepsilon = E / Y$  como uma medida da “dependência energética”, definida como a quantidade de energia que é necessário importar para produzir uma unidade de produto. Tomando as diferenças, a variação do défice da Balança Energética em percentagem do PIB a preços correntes fica:

$$\Delta e = \tau \Delta \varepsilon + \varepsilon \Delta \tau + \Delta \varepsilon \Delta \tau, \quad (2)$$

onde  $\tau \Delta \varepsilon$  representa o “efeito alteração da dependência energética”,  $\varepsilon \Delta \tau$  representa o “efeito termos de troca” e  $\Delta \varepsilon \Delta \tau$  representa o “efeito cruzado”.

#### 3. Deflator da Balança Energética

Neste exercício, o deflator da Balança Energética é calculado pelo rácio entre os valores do respectivo défice a preços correntes e a preços constantes. Foram calculados índices anuais de valor unitário, do tipo Paasche<sup>2</sup>, para as importações e exportações de “Energéticos”, a partir de dados de base “declarados” do INE, desagregados ao nível de 8 dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-8).

Os índices assim calculados foram depois utilizados para deflacionar os valores anuais “estimados” das importações e exportações de “Energéticos” a preços correntes (INE, capítulo 27 da Nomenclatura Combinada). A análise cobre o período de 1999 a 2008 (1999 a 2005 – últimas versões, com carácter definitivo; 2006 – 2ª versão; 2007 – 3ª versão; 2008 – 1ª versão) tal como descrito no Quadro 1. Em anexo é apresentado um quadro com o detalhe dos índices de valor, volume e preço para as exportações e importações de bens energéticos.

<sup>1</sup> Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.

<sup>2</sup> Índice de Volume = Índice de Valor / Índice de Preço

**Quadro 1**  
**Deflator Implícito da Balança Energética**  
(dados estimados<sup>[1]</sup>)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005[2]	2006	2007	2008
valores em 10 <sup>6</sup> Euros									
<b>Valores nominais</b>									
Déficit da Balança Energética (a)	3.766	3.792	3.551	3.537	4.176	5.923	6.215	6.271	8.073
Importações Energéticas	4.440	4.297	4.089	4.222	5.032	7.233	8.103	7.978	10.298
Exportações Energéticas	674	505	538	685	856	1.310	1.888	1.707	2.225
<b>Índices de Preços (2000=1)</b>									
Importações Energéticas	1,00	0,93	0,86	0,91	1,04	1,38	1,63	1,65	2,16
Exportações Energéticas	1,00	0,92	0,85	0,90	1,07	1,40	1,69	1,81	2,28
<b>Valores reais</b>									
Déficit da Balança Energética (b)	3.766	4.069	4.101	3.896	4.026	4.320	3.863	3.896	3.798
Importações Energéticas	4.440	4.617	4.735	4.655	4.822	5.258	4.977	4.841	4.773
Exportações Energéticas	674	549	634	759	796	938	1.114	944	975
<b>Deflator Implícito da Balança Energética [(a) / (b)]</b>	<b>1,00</b>	<b>0,93</b>	<b>0,87</b>	<b>0,91</b>	<b>1,04</b>	<b>1,37</b>	<b>1,61</b>	<b>1,61</b>	<b>2,13</b>

[1] Inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas.

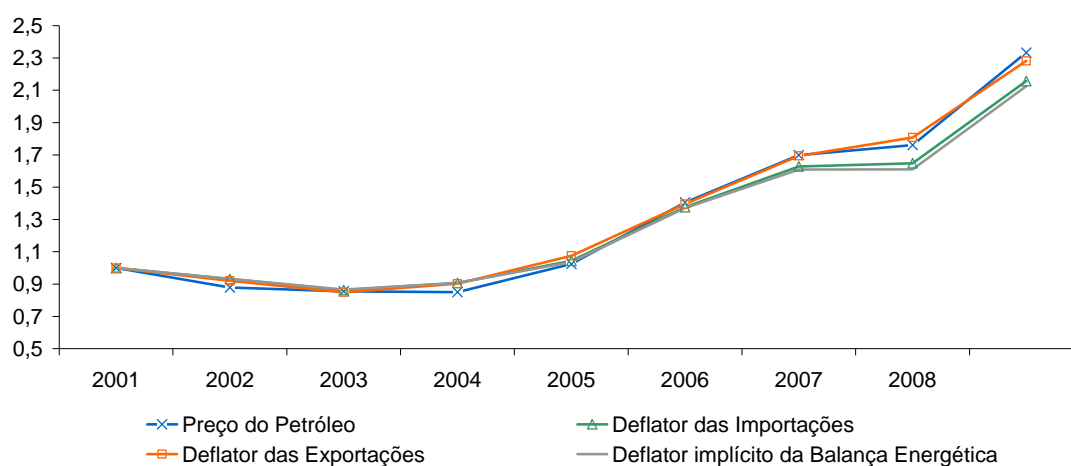
[2] A taxa de variação anual em valor para 2005 foi calculada com dados declarados nos dois anos.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2000 a 2004 - dados declarados; 2005 a 2009 - incluem valores estimados abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas, no comércio intracomunitário.

A figura 1 compara a evolução dos deflatores das exportações e importações de produtos energéticos ora calculados, bem como o deflator implícito da Balança Energética, com a série de preços do petróleo importado (em euros), calculada regularmente pelo GEE a partir de dados fornecidos pelo importador. Como seria de esperar, o deflator da Balança Energética acompanha mais de perto o deflator das importações de energia do que o deflator das exportações. Esse facto deve-se ao maior peso das importações no total da Balança Energética. Por outro lado, observa-se que o deflator das exportações acompanha de perto a série do preço do petróleo importado. Tal reflecte o facto de as exportações portuguesas de produtos energéticos serem, na sua maioria, constituídas por refinados de petróleo.

**Figura 1**

**Evolução dos deflatores das Exportações, das Importações e da Balança Energética e Preço de Importação do Petróleo (2000 = 1)**



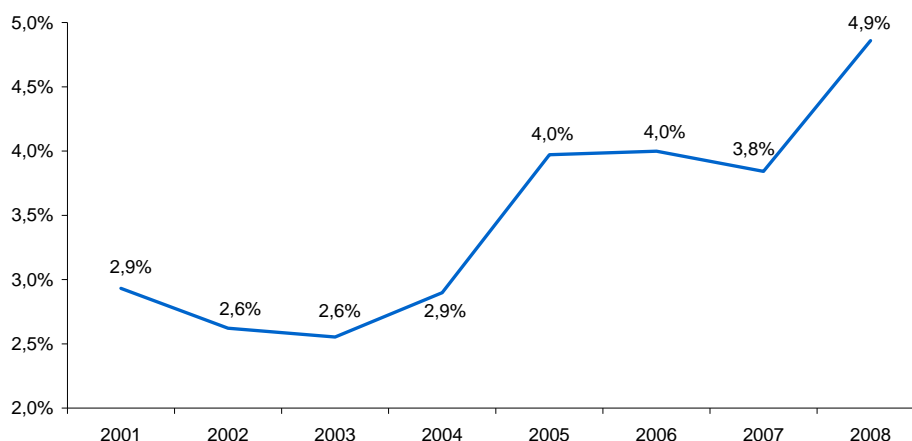
Fonte: INE, GALP, GEE

#### 4. Decomposição da Balança Energética

A figura 2 mostra a evolução recente do défice da Balança Energética em percentagem do PIB. Entre 2001 e 2008, o défice da Balança Energética aumentou de 2,9% do PIB para 4,9% do PIB.

Figura 2

## Défice da Balança Energética (% PIB)



Fonte: GEE com dados de base do INE

No quadro 2 e na figura 3 apresenta-se a decomposição da variação do déficit da Balança Energética, segundo a metodologia descrita na Secção 2. Em termos gerais, observa-se que o “efeito termos de troca” tem dominado enquanto explicativo da variação do déficit da Balança Energética, quer positivamente quer negativamente. Tal é um resultado esperado, dada a enorme volatilidade que os preços da energia têm registado nos últimos anos. No ano de 2008, por exemplo, o aumento de 1% no déficit da Balança Energética em percentagem do PIB explica-se essencialmente pela deterioração dos termos de troca (1,1%), apenas parcialmente compensada (-0,1%) por uma evolução favorável na dependência energética.

Atentando especificamente à componente “dependência energética”, observa-se que, invertendo a tendência anterior, esta se tem vindo a reduzir significativamente nos últimos anos. Após um aumento acumulado de 10% entre 2000 e 2005, a dependência energética baixou cerca de 15% entre 2005 e 2008. Tal esforço resultou numa poupança em importação de energia da ordem dos 0,6% do PIB (e uma poupança adicional de 0,3% por efeito cruzado), compensando parcialmente um efeito adverso de termos de troca da ordem dos 1,7% do PIB.

Quadro 2

	Unidade	Fonte	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Déficit da Balança Energética	% PIB	INE /GEE	2,9%	2,6%	2,6%	2,9%	4,0%	4,0%	3,8%	4,9%
Varição do déficit da B. Energética	var %	GEE	-0,1%	-0,3%	-0,1%	0,3%	1,1%	0,0%	-0,2%	1,0%
Do qual:										
Efeito Termos de troca (a)	%	GEE	-0,3%	-0,3%	0,0%	0,3%	0,8%	0,6%	-0,1%	1,1%
Efeito Dependência Energética	%	GEE	0,2%	0,0%	-0,1%	0,0%	0,2%	-0,5%	0,0%	-0,1%
Efeito Cruzado	%	GEE	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	-0,1%	0,0%	0,0%
Por memória:										
Termos de troca	var %	GEE	-10,1%	-10,6%	1,6%	11,5%	28,9%	14,1%	-2,9%	29,7%
Dependência Energética	var %	GEE	5,9%	0,0%	-4,2%	1,8%	6,3%	-11,8%	-1,0%	-2,5%
Termos de troca (b)	2000=1	GEE	0,899	0,804	0,817	0,911	1,174	1,340	1,301	1,688
Dependência Energética (Pr. Constantes)	2000=1	GEE	1,059	1,059	1,015	1,033	1,098	0,969	0,959	0,935

Notas:

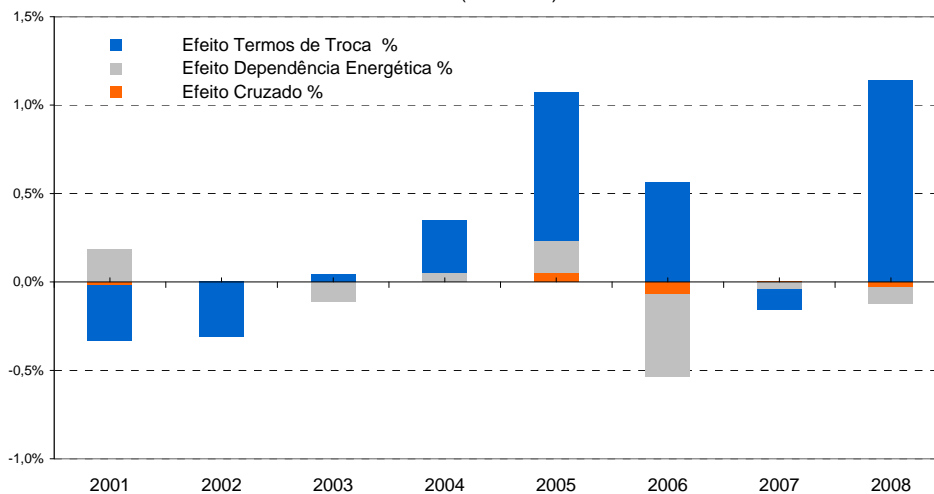
(a) Efeito termos de troca: (-) = melhoria; (+) = deterioração.

(b) Rácio entre o preço da energia importada e o deflador do PIB

Fonte: Cálculos do GEE

**Figura 3**

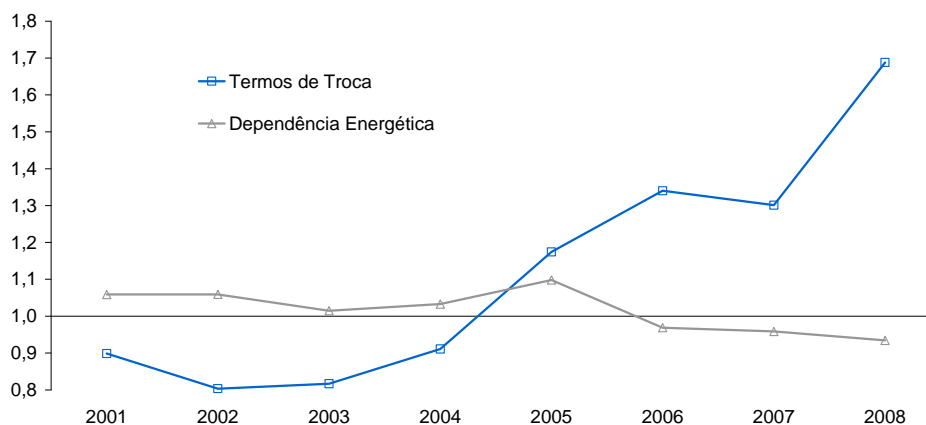
Variação do défice da Balança Energética e respectivos contributos  
(% do PIB)



Fonte: GEE

**Figura 4**

Termos de troca e Dependência Energética  
(níveis)



## 5. Conclusões

A evolução recente do défice da Balança Energética, que atingiu 4,9% do PIB em 2008, reflecte essencialmente a evolução dos termos de troca. Em matéria de dependência energética, no entanto, tem-se assistido recentemente a uma evolução favorável. Tal permitiu, em termos acumulados, uma poupança em importação de energia de cerca de 1% do PIB entre 2006 e 2008. O exercício não permite descortinar em que medida essa evolução reflecte aumento da capacidade de geração ou aumento da eficiência energética. Em qualquer dos casos, a redução da dependência energética constitui uma evolução positiva que, juntamente com a melhoria dos termos de troca em 2009, dará um contributo para a redução das necessidades de financiamento da Economia Portuguesa junto do exterior.

## Anexo

## Índices de Paasche das Importações de Bens Energéticos

## Intra + Extra EU

(dados estimados<sup>[2]</sup>)

	valores em 1000 Euros									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005 <sup>[3]</sup>	2006	2007	2008	
<b>Energéticos (Capº 27)</b>	<b>4.439.620</b>	<b>4.296.839</b>	<b>4.089.402</b>	<b>4.222.414</b>	<b>5.032.077</b>	<b>7.232.974</b>	<b>8.103.098</b>	<b>7.978.265</b>	<b>10.297.874</b>	
Índ. Valor	174,9	96,8	95,2	103,3	119,2	143,4	112,0	98,5	129,1	
Índ. Volume	99,2	104,0	102,5	98,3	103,6	108,8	94,7	97,3	98,6	
Índ. Preço	176,3	93,1	92,8	105,0	115,0	131,8	118,4	101,2	130,9	
Rep. amostra (%)	99,3	99,3	98,8	99,9	96,2	98,3	100,0	99,6	100,0	
<b>2000=1000</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005<sup>[2]</sup></b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	
Índ. Valor	100,0	96,8	92,1	95,1	113,3	162,5	182,0	179,2	231,4	
Índ. Volume	100,0	104,0	106,6	104,9	108,6	118,1	111,8	108,8	107,2	
Índ. Preço	100,0	93,1	86,4	90,7	104,9	137,6	162,8	164,8	215,7	

[2] Inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas.

[3] A taxa de variação anual em valor para 2005 foi calculada com dados declarados nos dois anos.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2000 a 2004 - dados declarados; 2005 a 2009 - incluem valores estimados abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas, no comércio intracomunitário.

## Índices de Paasche das Exportações de Bens Energéticos

## Intra + Extra EU

(dados estimados<sup>[2]</sup>)

	valores em 1000 Euros									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 <sup>[3]</sup>	2006	2007	2008
<b>Energéticos (Capº 27)</b>	<b>422.583</b>	<b>673.565</b>	<b>505.316</b>	<b>538.189</b>	<b>684.932</b>	<b>855.788</b>	<b>1.309.536</b>	<b>1.887.682</b>	<b>1.707.355</b>	<b>2.224.811</b>
Índ. Valor	-	159,4	75,0	106,5	127,3	124,9	152,9	144,1	90,4	130,3
Índ. Volume	-	93,7	81,5	115,6	119,7	104,9	117,7	118,8	84,7	103,2
Índ. Preço	-	170,1	92,1	92,2	106,3	119,1	129,9	121,3	106,7	126,2
Rep. amostra (%)		89,5	75,3	94,7	88,8	88,5	93,4	89,3	94,9	79,4
<b>2000=1000</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005<sup>[2]</sup></b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	
Índ. Valor	100,0	75,0	79,9	101,7	127,1	194,3	280,1	253,4	330,1	
Índ. Volume	100,0	81,5	94,1	112,6	118,2	139,2	165,4	140,1	144,7	
Índ. Preço	100,0	92,1	84,9	90,3	107,5	139,6	169,4	180,8	228,2	

[2] Inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas.

[3] A taxa de variação anual em valor para 2005 foi calculada com dados declarados nos dois anos.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2000 a 2004 - dados declarados; 2005 a 2009 - incluem valores estimados abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas, no comércio intracomunitário.

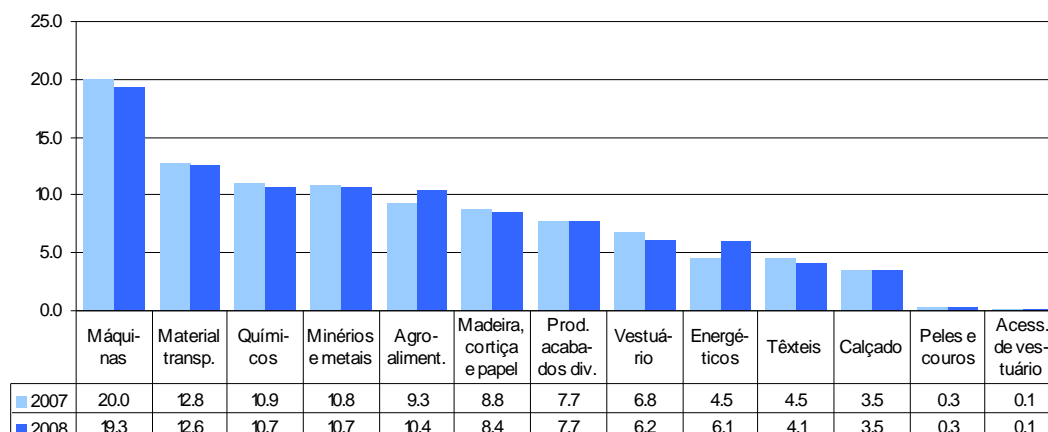
## Evolução recente das exportações<sup>1</sup> portuguesas por agrupamentos de mercadorias

Walter Anatole Marques<sup>2</sup>

Através do conjunto de figuras que se segue pretende-se analisar, sinteticamente, a evolução recente das exportações portuguesas de mercadorias por agrupamentos de mercadorias, incluindo uma comparação com a média da UE-15 e dos 12 Países do Alargamento, bem como o comportamento dos cinco principais mercados de destino das mercadorias portuguesas, mercados que cobrem, na generalidade dos agrupamentos, mais de 60% das respectivas exportações.

As mercadorias foram agrupadas em 13 conjuntos<sup>3</sup>, sendo dominantes os agrupamentos “Máquinas” (19,3% do total em 2008), “Material de Transporte” (12,6%), “Químicos” (10,7%), “Minérios e metais” (10,7%) e “Agro-alimentares” (10,4%). Os agrupamentos “Têxteis” e “Vestuário” totalizaram 10,3% do total, com pesos respectivamente de 4,1% e 6,2%, o do “Calçado” 3,5% e o dos “Produtos acabados diversos”, onde se inserem os produtos da cerâmica e do vidro e os aparelhos de precisão, entre outros, 7,7%. Os agrupamentos residuais das “Peles e couros” e dos “Acessórios de vestuário” representaram em 2008 respectivamente 0,3% e 0,1% do total das exportações (Figura 1).

**Figura 1 – Peso relativo dos agrupamentos de mercadorias na exportação total portuguesa 2007 e 2008**



Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário); 2007 - 3ª versão; 2008 - 1ª versão.

### 1 – Evolução trimestral das taxas de variação homóloga das exportações portuguesas em 2008, face às exportações da UE-15 e dos 12 Países do Alargamento<sup>4</sup>

A desaceleração das exportações de Portugal, da UE-15 e do conjunto dos 12 Países do Alargamento, é bem patente no 4º trimestre de 2008. Em termos globais, as exportações portuguesas decresceram 11,0% no 4º trimestre, face ao trimestre homólogo de 2007, acima da média da UE-15 (-7,5%) e do conjunto dos 12 Países do Alargamento (-7,1%) (Figura 1.1).

<sup>1</sup> Exportações aqui entendidas como o somatório das expedições para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

<sup>2</sup> Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas do Comércio Internacional. O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

<sup>3</sup> Agro-alimentares (Capº 01 a 24 da Nomenclatura Combinada), Energéticos (Capº 27), Químicos (Capº 28 a 40) Madeira, cortiça e papel (Capº 44 a 49), Peles e couros (Capº 41 a 43), Têxteis (Capº 50 a 60 e 63), Vestuário (Capº 61 e 62), Calçado (Capº 64), Acessórios de vestuário (Capº 65 a 67), Minérios e metais (Capº 25, 26 e 71 a 83), Máquinas (Capº 84 e 85), Material de transporte (Capº 86 a 89) e Produtos acabados diversos (Capº 68 a 70 e 90 a 99).

<sup>4</sup> Os dados relativos a Portugal incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Como se pode observar nas figuras que se seguem, verificaram-se descidas mais acentuadas do que as dos dois conjuntos de países comunitários nos agrupamentos “Químicos”, “Madeira, cortiça e papel”, “Minérios e metais”, “Vestuário”, e “Máquinas”.

Ocorreram também descidas no 4º trimestre de 2008, mas a taxas inferiores às da UE-15 e dos Países do Alargamento, nas exportações dos agrupamentos “Têxteis”, “Calçado”, “Material de transporte” e “Produtos acabados diversos”.

Decresceram ainda as exportações de “Energéticos” e dos agrupamentos residuais “Acessórios de vestuário” e “Peles e couros”.

Assinala-se um comportamento positivo, nas três vertentes, nas exportações do agrupamento “Agro-alimentares”, com Portugal a crescer acima da média da UE-15, mas abaixo dos Países do Alargamento.

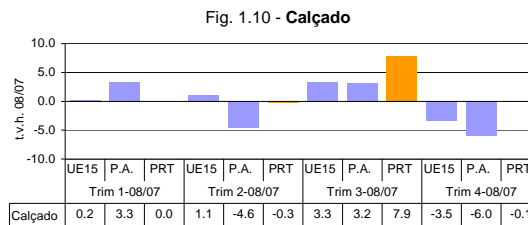
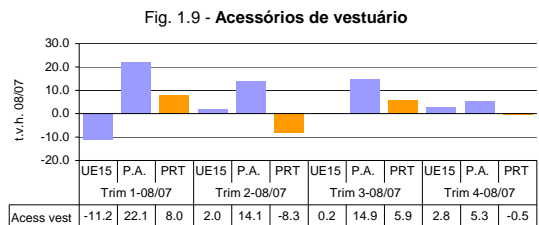
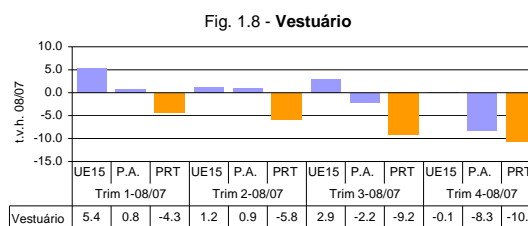
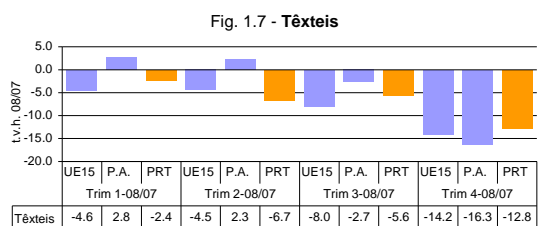
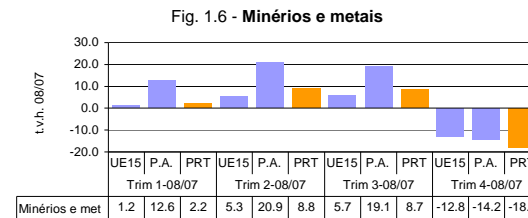
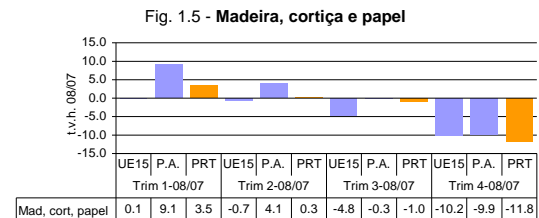
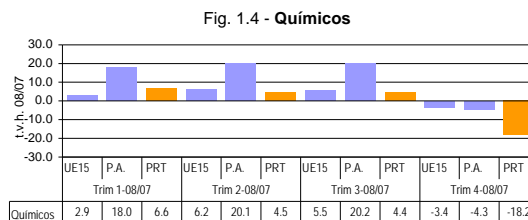
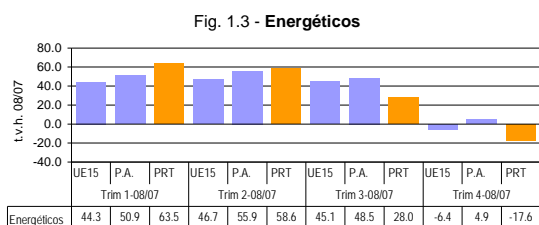
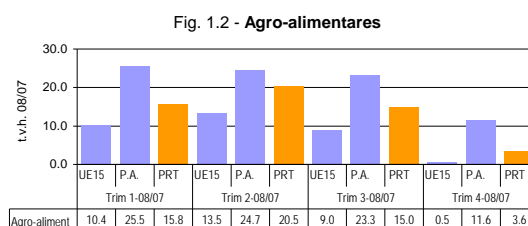
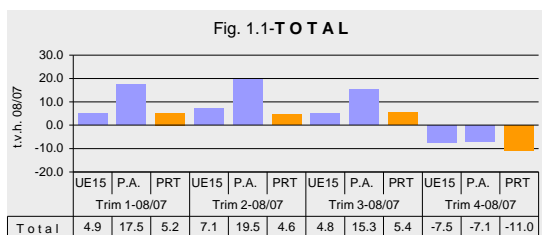


Fig. 1.11 - Peles e Couros

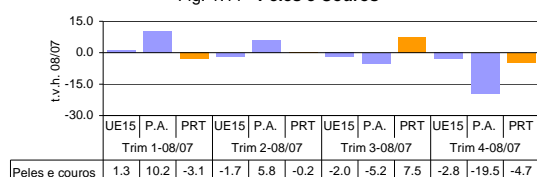


Fig. 1.12 - Máquinas

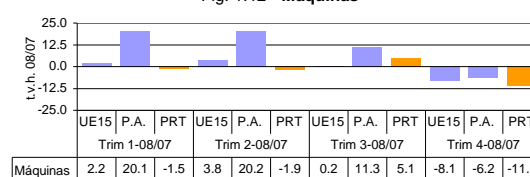


Fig. 1.13 - Material de transporte

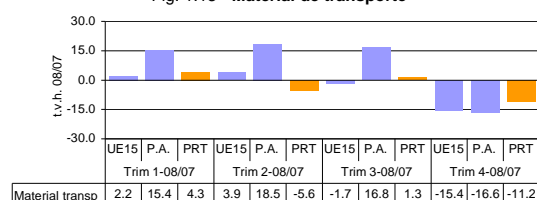
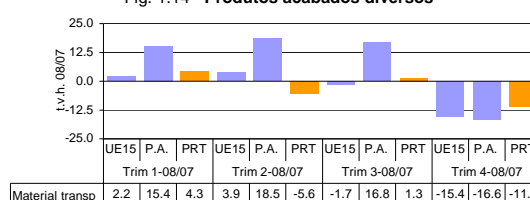


Fig. 1.14 - Produtos acabados diversos



[1] Exportações aqui entendidas como o somatório das Expedições para a UE com as Exportações para os Países Terceiros.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; Monthly data, nº 4/2009.

## 2 - Evolução do valor das exportações portuguesas por agrupamentos de mercadorias

### - Por trimestres, em 2007 e 2008 <sup>5</sup>

### - Por meses em 2008 e nos dois primeiros meses de 2009 <sup>6</sup>

Nos gráficos que se seguem, na coluna da esquerda encontra-se representada a evolução trimestral do valor das exportações portuguesas por agrupamentos de mercadorias, nos anos de 2007 e 2008.

Na coluna direita pode observar-se a evolução mensal destas exportações no ano de 2008 e nos dois primeiros meses de 2009.

A generalidade dos agrupamentos apresenta descidas sucessivas em valor nas exportações efectuadas no 3º e 4.º trimestre de 2008. A descida dos “Químicos” incidiu apenas no último trimestre do ano. A excepção foi o agrupamento “Agro-alimentares”, que registou uma tendência de crescimento sustentada ao longo de 2007 e 2008.

Após uma descida do valor das exportações no 3º trimestre de 2008, os agrupamentos “Têxteis” e os agrupamentos residuais “Acessórios de vestuário” e “Peles e couros”, apresentaram alguma recuperação no último trimestre do ano.

Na sequência de uma queda acentuada das exportações nos últimos meses de 2008, assistiu-se, em termos globais, a alguma estabilização nos dois primeiros meses de 2009. Continuaram a decair as exportações de “Energéticos” e de “Máquinas”.

No caso dos “Energéticos”, a queda reflecte a descida do preço do petróleo nos mercados internacionais e a paralisação da refinaria da Galp, de Sines, na 2ª quinzena de Janeiro na sequência de um incêndio.

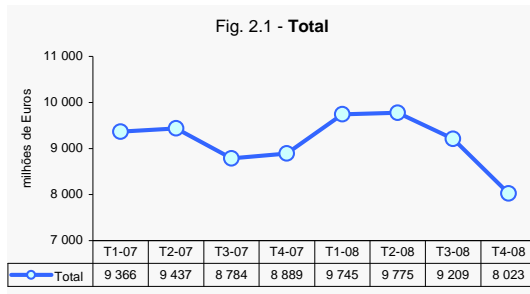
No caso das “Máquinas”, cerca de 60% da redução incidiu em 4 tipos de mercadorias: Circuitos integrados electrónicos (28,9%), Rádios, essencialmente para automóvel (12,6%), Cablagens (8,8%) e Partes de máquinas de escritório e informática (8,6%).

Nos restantes agrupamentos, como se pode observar nas figuras, verificou-se alguma estabilização ou mesmo uma pequena recuperação do valor mensal das exportações nos dois primeiros meses de 2009.

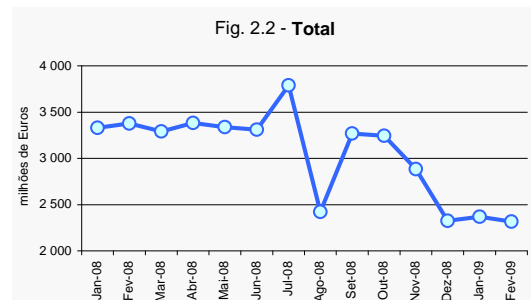
<sup>5</sup> Dados declarados, não incluindo estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário.

<sup>6</sup> Inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-resposta, no comércio intracomunitário. Estas estimativas são calculadas pelo INE a nível global por capítulo da Nomenclatura Combinada, e não desagregadas por mercados.

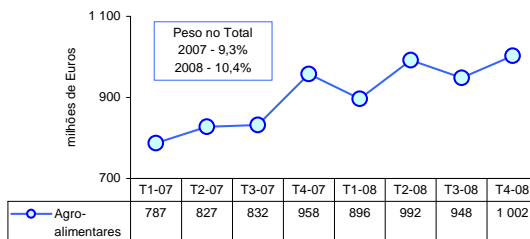
### Evolução trimestral em 2007 e 2008



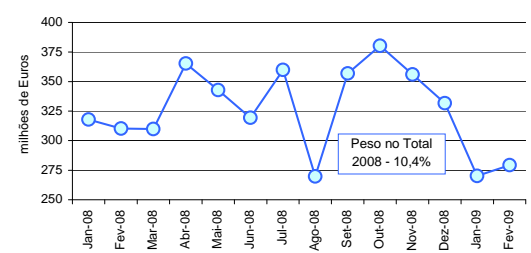
### Evolução mensal em 2008 e Jan e Fev 2009



### Fig. 2.3 - Agro-alimentares



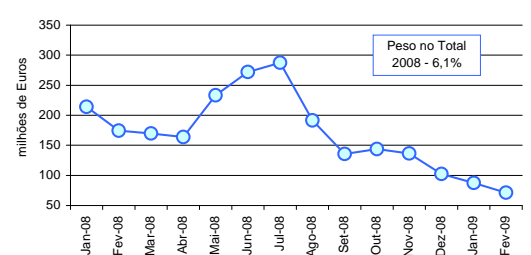
### Fig. 2.4 - Agro-alimentares



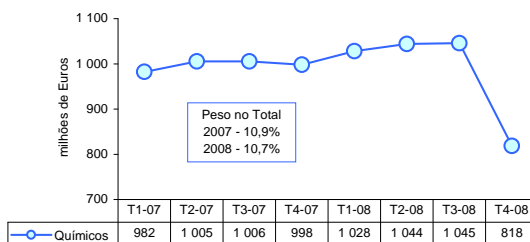
### Fig. 2.5 - Energéticos



### Fig. 2.6 - Energéticos



### Fig. 2.7 - Químicos



### Fig. 2.8 - Químicos

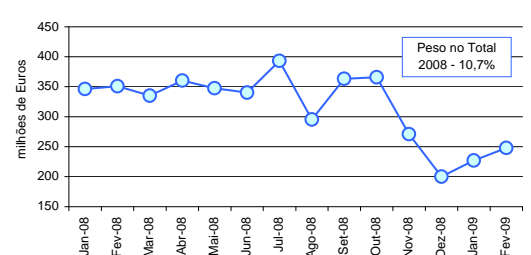


Fig. 2.9 - Madeira, cortiça e papel

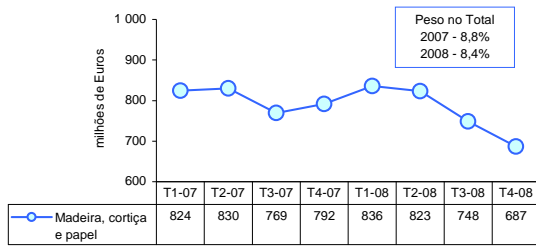


Fig. 2.10 - Madeira, Cortiça e Papel

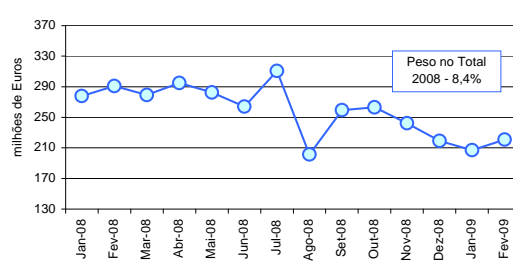


Fig. 2.11 - Minérios e metais

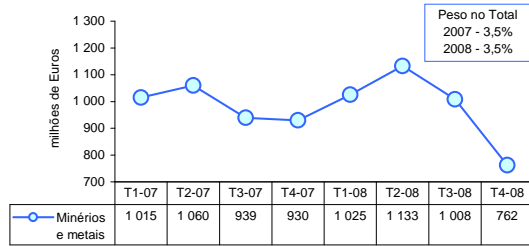


Fig. 2.12 - Minérios e Metais

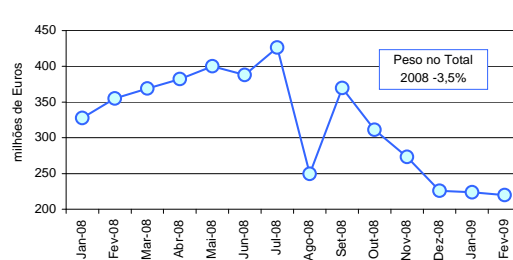


Fig. 2.13 - Têxteis

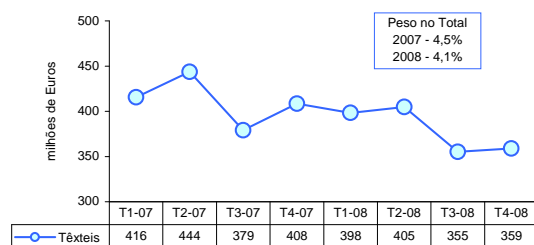


Fig. 2.14 - Têxteis

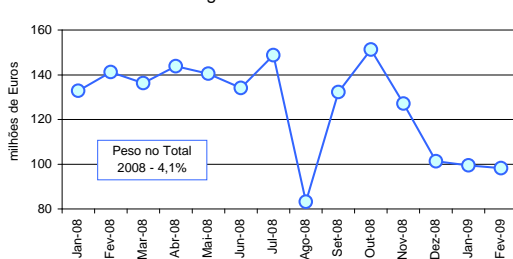


Fig. 2.15 - Vestuário

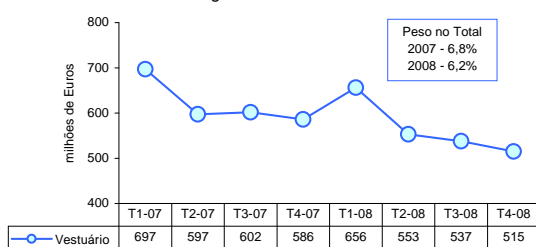


Fig. 2.16 - Vestuário

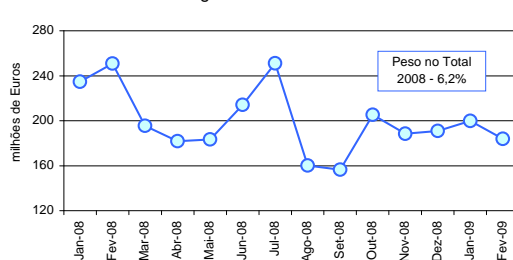


Fig. 2.17 - Acessórios de vestuário

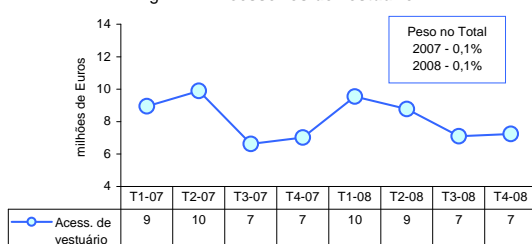


Fig. 2.18 - Acessórios de vestuário

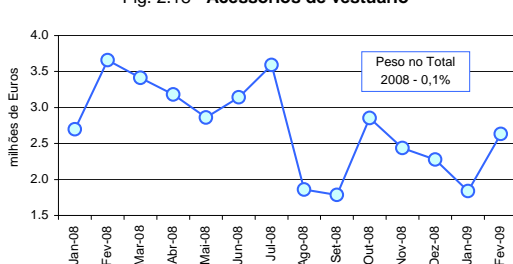


Fig. 2.19 - Calçado



Fig. 2.20 - Calçado

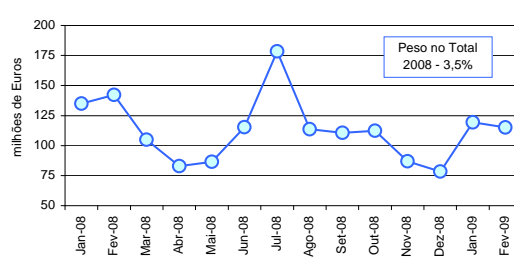


Fig. 2.21 - Peles e couros

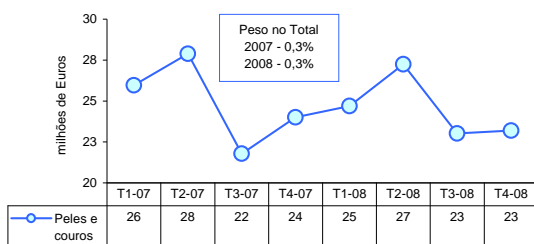


Fig. 2.22 - Peles e couros

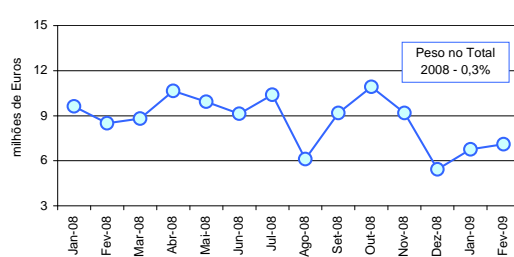


Fig. 2.23 - Máquinas

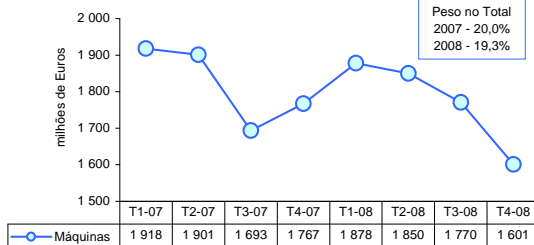


Fig. 2.24 - Máquinas

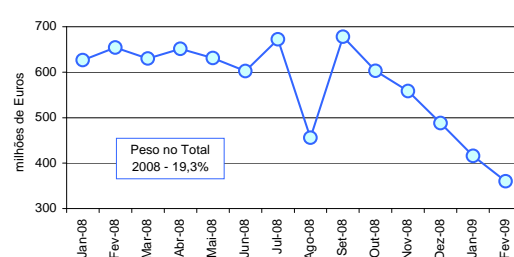


Fig. 2.25 - Material de transporte

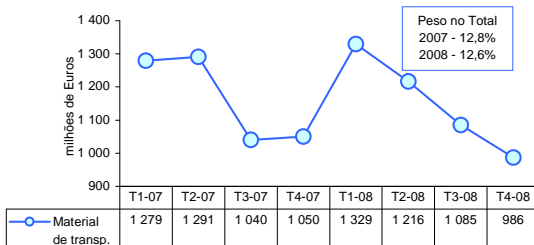


Fig. 2.26 - Material de Transporte

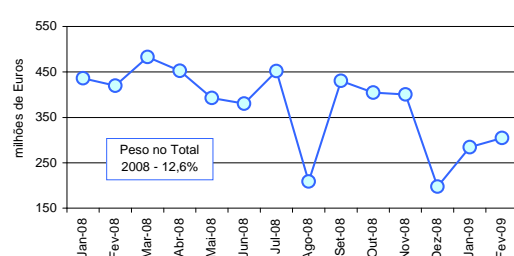


Fig. 2.27 - Produtos acabados diversos

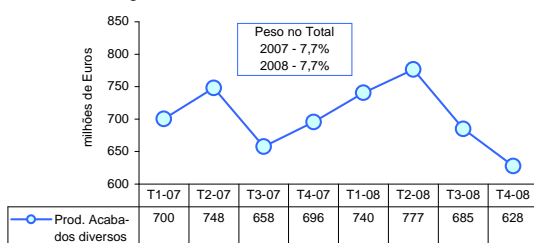
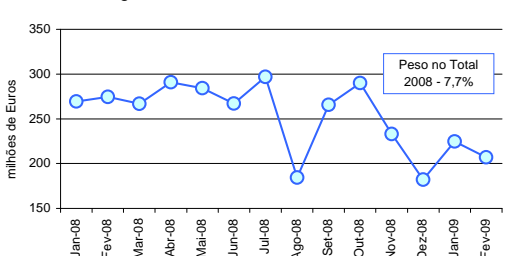


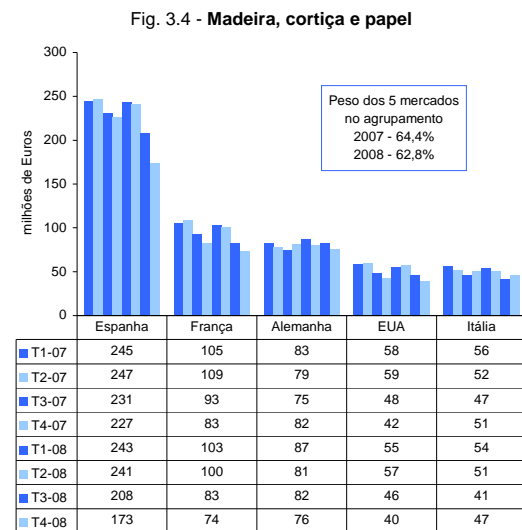
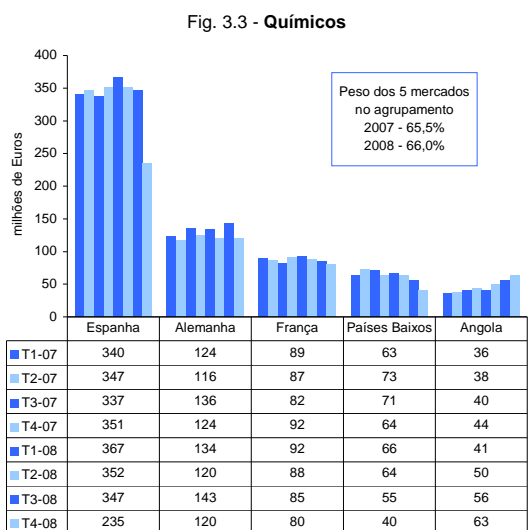
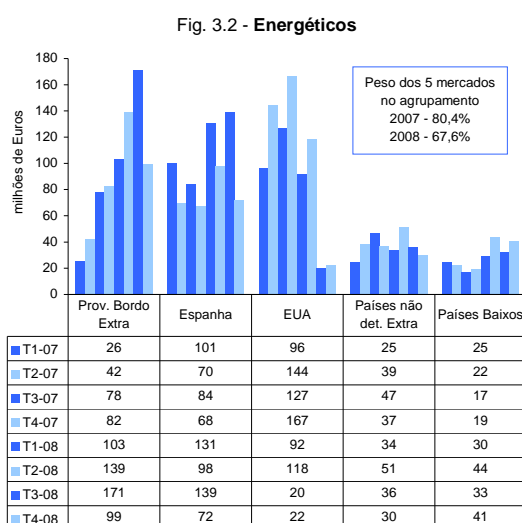
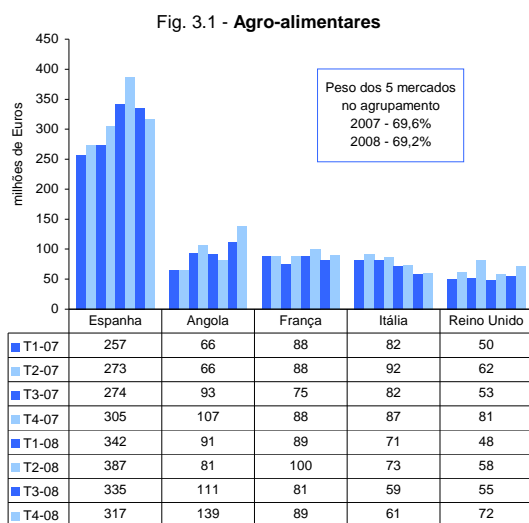
Fig. 4.28 - Produtos acabados diversos



### 3 - Evolução trimestral do valor das exportações portuguesas por agrupamentos de mercadorias nos 5 principais mercados de destino em 2007 e 2008 <sup>7</sup>

Excluindo o agrupamento “Energéticos”, a Espanha é o principal mercado de destino das exportações portuguesas nos restantes agrupamentos de mercadorias. Entre os 5 principais mercados de cada um dos agrupamentos considerados, que cobrem, na generalidade dos agrupamentos, mais de 60% das exportações totais, figuram a França (em 12 dos 13 agrupamentos), a Alemanha (10), Angola (8), Reino Unido (7), Itália (5), EUA (4), Países Baixos (3) e Singapura (1).

Nas figuras que se seguem pode observar-se a evolução trimestral do valor das exportações portuguesas para estes mercados, em 2007 e 2008, sendo de assinalar o crescimento geralmente sustentado das exportações para Angola, inclusive nos dois últimos trimestres de 2008.



<sup>7</sup> Os dados utilizados, relativos ao comércio intracomunitário, são dados declarados, não incluindo estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não respostas. Estas estimativas são calculadas pelo INE apenas a nível global, por capítulo da Nomenclatura Combinada.

Fig. 3.5 - Minérios e metais

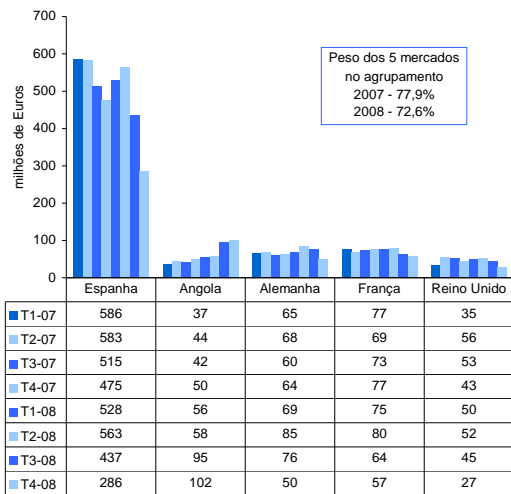


Fig. 3.6 - Têxteis

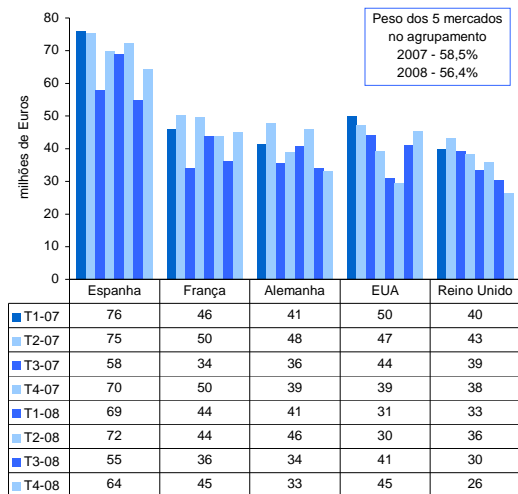


Fig. 3.7 - Vestuário

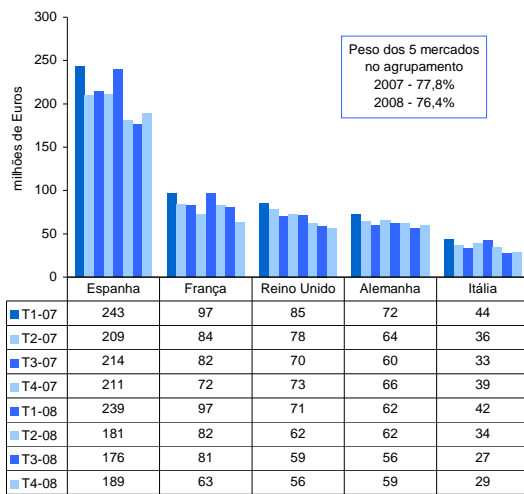


Fig. 3.8 - Acessórios de vestuário

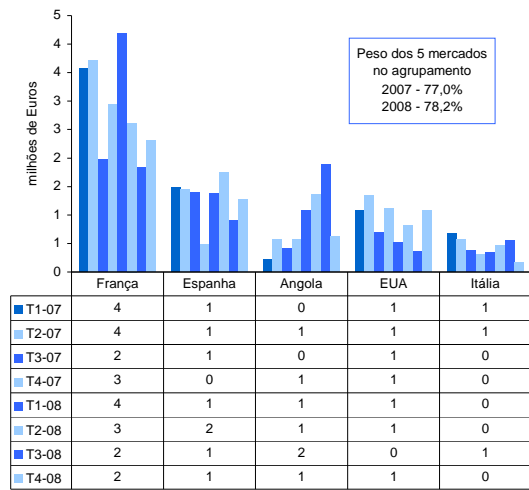


Fig. 3.9 - Calçado

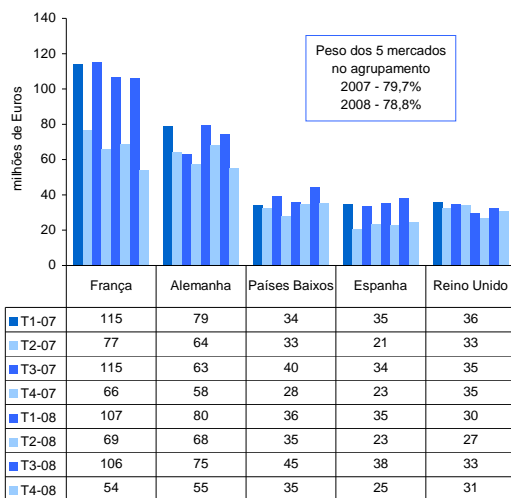


Fig. 3.10 - Peles e couros

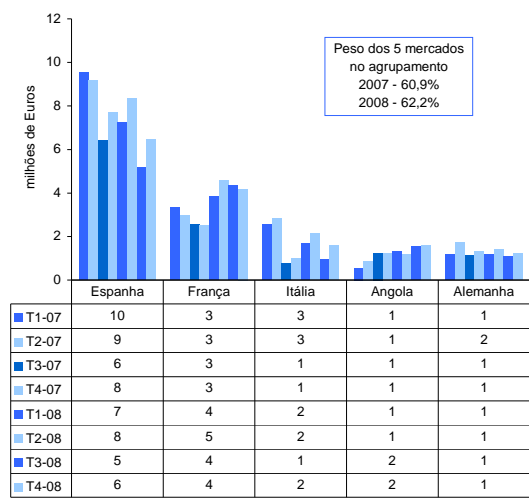


Fig. 3.11 - Máquinas

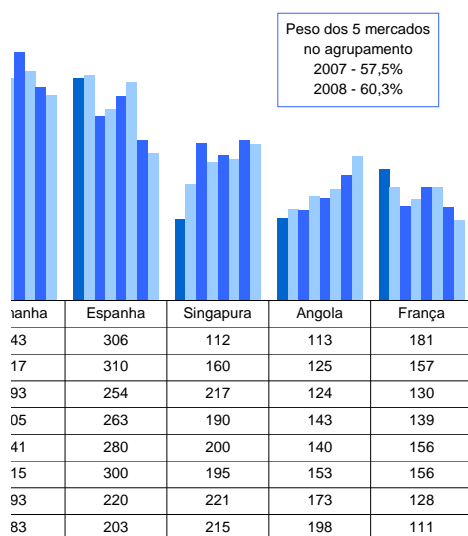


Fig. 3.12 - Material de transporte

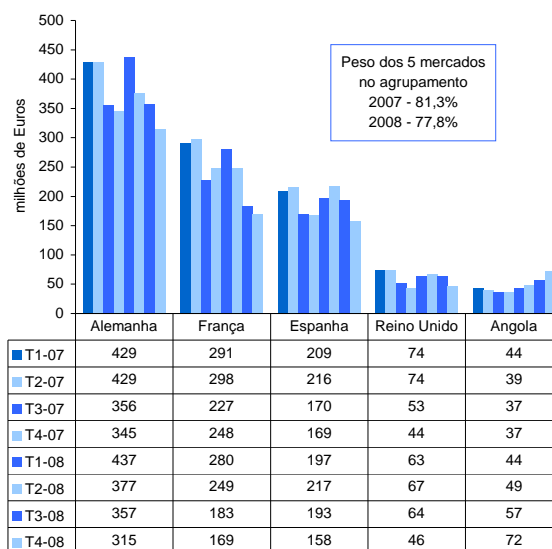
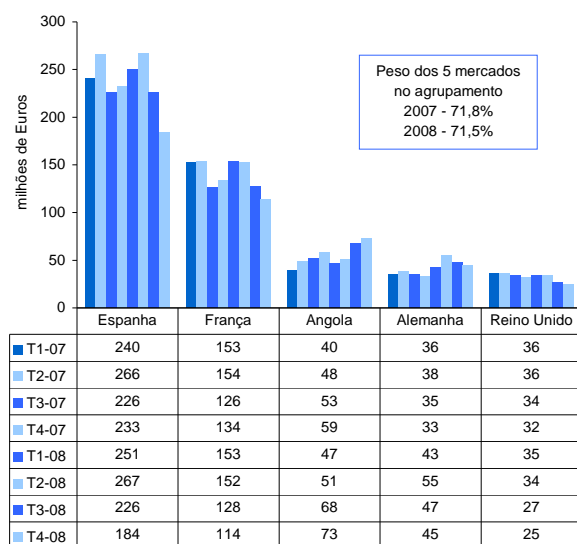


Fig. 3.13 - Produtos acabados diversos



Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário); 2007 - 3ª versão; 2008 - 1ª versão.

## Ensaio

### Avaliação da Fiabilidade Estatística do *Ease of Doing Business*

João Zambujal Oliveira<sup>1</sup>  
Ricardo Pinheiro Alves

#### 1. Introdução

O *Ease of Doing Business Index* (EDBI) pretende representar o ambiente de negócios num conjunto de 181 países pela utilização de 41 diferentes variáveis (ver Caixa 1). Este índice é usado na tomada de decisões de localização pelas empresas e na definição de políticas públicas de atracção de investimento em diferentes países, incluindo Portugal, sendo, por isso, importante garantir a validade da sua informação. A sua utilidade e relevância são confirmadas pela inclusão de informação do EDBI em várias publicações similares como o *World Competitiveness Yearbook* (IMD, 2009), o *Global Competitiveness Report* (WEF, 2008) ou o *Index of Economic Freedom* (Heritage Foundation, 2009).

Os objectivos deste estudo são validar, em termos estatísticos, a estrutura do EDBI e avaliar a sua fiabilidade para representar o ambiente de negócios em qualquer país. Não se pretende, por agora, confirmar a sua coerência com informação empírica ou teórica sobre Investimento Directo Estrangeiro (IDE). O estudo aplica a abordagem proposta por Nardo et al (2005) para a construção de indicadores compósitos e complementa a análise realizada pelo *Independent Evaluation Group* (WB, 2008) ao âmbito, transparência e fontes de informação usadas na elaboração do EDBI.

Essencialmente, são colocadas duas questões: A primeira é se os indicadores escolhidos conceptualmente (no total de 10) são os adequados para representar os sub-indicadores subjacentes (41); e a segunda é se os indicadores propostos, e agregados no EDBI, representam com alguma fiabilidade o fenómeno económico em causa. A secção seguinte apresenta a metodologia de avaliação de indicadores. A secção 3 aplica esta metodologia ao EDBI e a secção 4 apresenta as conclusões.

#### Caixa 1 – Descrição sumária do *Ease of Doing Business Index*

O relatório *Doing Business* (DB), apresentado pelo Banco Mundial (WBG, 2009), pretende reflectir o ambiente de negócios que um empreendedor encontra num determinado país. Utiliza informações factuais em relação às leis e regulamentos existentes e os custos associados para a comunidade empresarial. A informação é recolhida de forma padronizada para tornar os dados comparáveis, sendo usadas várias hipóteses que são aplicadas às variáveis em análise.

A construção do índice assenta em 10 áreas (indicadores) que medem variáveis não observáveis como, por exemplo, *Starting a Business*, e que resultam da agregação de grupos de variáveis (sub-indicadores) cujo valor é agregado no indicador. A estrutura do índice constituída pelos seus indicadores e sub-indicadores, num total de 41, encontra-se expressa no anexo 1.

#### 2. Metodologia

O modelo conceptual do EDBI prevê que todos os sub-indicadores contribuam de forma igual para a formação dos indicadores e, conseqüentemente, do índice geral. O relatório refere, sem explicitar, que os testes de estatística multi-variada aplicados ao índice não demonstraram a necessidade de alterar a igual ponderação dos sub-indicadores, concluindo que esta irrelevância comprova a robustez do índice. Nesse sentido, um dos testes que será feito ao modelo conceptual do EDBI é se os benefícios da constituição de um modelo com uma diferente estrutura produziram resultados significativamente mais robustos do que os resultados da estrutura conceptual com ponderações iguais.

<sup>1</sup> Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação (Direcção de Serviços de Análise Económica e Previsão). As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.

A abordagem seguida utiliza duas técnicas para analisar o grau de correlação entre as diferentes variáveis consideradas e, deste modo, responder concorrentemente às questões relacionadas com o número de indicadores apropriados e com a adequação da estrutura do índice ao fenómeno que se pretende representar (Nardo et al, 2005).

Primeiro, a análise factorial, que assenta num modelo linear de factores com  $y$  variáveis observáveis  $\phi_i$  (correspondentes aos sub-indicadores) que são função de  $x$  factores  $\Psi_j$  (correspondentes aos indicadores)

$$\phi_i = \kappa_{i1}\Psi_1 + \kappa_{i2}\Psi_2 + \dots + \kappa_{ix}\Psi_x + \varepsilon_i$$

$$(i = 1..x; j = 1..y)$$

onde  $\kappa_{ij}$  e  $\varepsilon_i$  denotam respectivamente, as cargas factoriais associadas aos factores  $\Psi_j$  e os resíduos. Esta análise pressupõe que os factores  $\Psi_j$  e os resíduos  $\varepsilon_i$  não são correlacionados entre si, nem com os resíduos e têm médias nulas. As variâncias são unitárias ou sem restrições conforme se trata de factores ou resíduos.

A análise factorial explica as covariâncias e as correlações existentes entre as variáveis que compõem o índice. A sua aplicação, neste caso, consiste na estimação de um modelo factorial usando componentes principais, donde resulta que os factores comuns a uma variável podem servir para explicar porções de variância e, ao mesmo tempo, covariâncias e correlações. Para se saber a percentagem da variância dos sub-indicadores explicada por dois ou mais factores comuns utiliza-se o cálculo das comunalidades.

O teste de esfericidade de *Bartlett* e a medida de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) permitem analisar a hipótese das variáveis não serem correlacionadas e concluir sobre a adequação da amostra para a aplicação da análise factorial. Os valores apresentados na Tabela 1 confirmam a adequabilidade dos dados apesar do valor obtido na medida KMO ser muito próximo do limite mínimo de aceitabilidade dos dados (0,5).

**Tabela 1: Medidas de adequabilidade e significância**

Medida de Kaiser-Meyer-Olkin		,580
Teste de Esfericidade	Approx. Chi-Quadrado	6432,493
	df	820
	Sig.	,000

A segunda técnica baseia-se no coeficiente alfa de *Cronbach* ( $\alpha_c$ ), que avalia a consistência interna dos indicadores de um modelo pela aferição da fiabilidade com que um determinado conjunto de sub-indicadores pode ser representado por um indicador ou por um índice agregado (*Cronbach*, 1951).

Esta abordagem permite validar a consistência do EDBI e de todos os indicadores nele agregados. O coeficiente  $\alpha_c$  resulta do rácio entre o produto, do número de sub-indicadores  $p$  e a correlação média  $\bar{r}$  dos sub-indicadores desses indicadores, e a soma de 1 com o produto da correlação média  $\bar{r}$  com o número de indicadores menos 1 ( $p-1$ ).

$$\alpha_c = \frac{p\bar{r}}{1 + (p-1)\bar{r}}$$

Quando os sub-indicadores têm variâncias muito diversas, a sua aplicação requer que se normalize previamente o seu desvio padrão para o valor de 1. O coeficiente  $\alpha_c$  cresce com o número de sub-indicadores e com a correlação de cada indicador. O seu valor oscila entre zero (sub-indicadores totalmente independentes) e um (sub-indicadores perfeitamente correlacionados). *Nunnally* (1978) sugere um valor aceitável de fiabilidade de 0,7, mas outros autores consideram que este nível pode oscilar cerca de 15%.

### 3. Análise de adequabilidade

#### 3.1. Validação do número de factores e de sub-indicadores

A estimação do número de factores relevantes para um índice tipo EDBI utiliza os seguintes critérios:

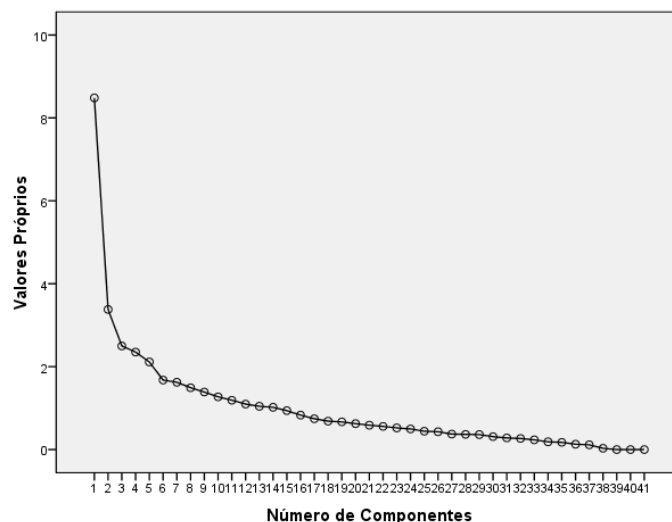
- Proporção da variância total associada a cada valor próprio, sendo utilizados apenas os componentes cujos valores próprios contribuem em maior proporção para a explicação da variância total. Como não existe um valor limite adoptamos para o presente estudo um valor percentual acumulado superior a 75% (Nunnally, 1978; Nardo et al, 2005);
- Valores próprios superiores a 1,00 (Mingoti, 2005). A escolha deste limite prende-se com o objectivo de incluir na análise os factores que representem no mínimo a variância de uma variável original.
- Observação do gráfico de declive, onde são representados de forma ordenada os valores próprios de todas as variáveis consideradas. O ponto no qual o gráfico começa a ficar achatado é considerado indicativo do número de factores a serem extraídos (Hair Jr. et al, 2005).

Após a normalização dos dados com vista à obtenção de variâncias unitárias nos factores e à construção da matriz de correlações, é possível calcular os valores próprios para obter o número de componentes ou factores significativos. A selecção do número de factores é feita com recurso ao critério de valor latente (Kaiser, 1958) resultando, de acordo com o padrão escolhido, em 14 factores comuns com capacidade explicativa sobre a variância dos sub-indicadores (Tabela 2).

**Tabela 2: Valores próprios para os principais factores dos sub-indicadores do DBI**

Factores	Valores Próprios			Soma dos Cargas ao Quadrado após rotação		
	Total	%Variância	Acumulada%	Total	%Variância	Acumulada%
1	8,482	20,688	20,688	4,607	11,237	11,237
2	3,380	8,244	28,932	3,135	7,647	18,884
3	2,498	6,093	35,025	3,106	7,576	26,460
4	2,352	5,737	40,762	2,718	6,630	33,090
5	2,113	5,154	45,916	2,389	5,828	38,918
6	1,677	4,090	50,006	2,381	5,808	44,726
7	1,624	3,960	53,967	2,327	5,675	50,401
8	1,492	3,640	57,607	2,099	5,121	55,521
9	1,388	3,385	60,992	1,795	4,379	59,900
10	1,273	3,104	64,096	1,720	4,195	64,096
11	1,191	2,904	67,000			
12	1,097	2,675	69,676			
13	1,044	2,545	72,221			
14	1,020	2,487	74,708			
15	,939	2,291	76,999			
16	,832	2,028	79,027			

A primeira parte da Tabela 2, relativa aos valores próprios, mostra que 14 factores representam 74,71% da variância total acumulada dos 41 sub-indicadores iniciais e que um modelo com 10 factores, como o *Ease of Doing Business Index*, perderia cerca de 10% desse poder explicativo. Pela observação do Gráfico 1, nota-se um declive muito acentuado para os factores 1 e 2, seguido de um abrandamento nos factores seguintes. A atenuação do declive é ainda mais evidente após o factor 6. A partir daqui, a contribuição marginal para a explicação da variância é decrescente, eliminando-se os restantes factores a partir do ponto em que a variância acumulada explicada supera os 75% (Tabela 2).

**Gráfico 1: Valores próprios para os sub-indicadores do EDBI**

A parte da variância que é explicada pelos factores comuns em mais do que um dos sub-indicadores subjacentes (denominada comunalidade) obtém-se pela soma do quadrado dos coeficientes de correlação dos factores que participam na explicação da variância de cada sub-indicador (Tabela 3).

**Tabela 3: Comunalidades dos sub-indicadores do EDBI**

SI	Com.	SI	Com.	SI	Com.
1	0,656	15	0,798	29	0,936
2	0,664	16	0,627	30	0,689
3	0,773	17	0,781	31	0,878
4	0,728	18	0,79	32	0,771
5	0,654	19	0,813	33	0,789
6	0,699	20	0,76	34	0,883
7	0,815	21	0,699	35	0,719
8	0,727	22	0,739	36	0,632
9	0,676	23	0,939	37	0,687
10	0,595	24	0,645	38	0,625
11	0,975	25	0,741	39	0,666
12	0,74	26	0,771	40	0,663
13	0,694	27	0,777	41	0,816
14	0,673	28	0,928		

Legenda: SI: Sub-indicador; Com.: Comunalidade

Através das comunalidades é possível identificar a vigor com que o índice agregado capta a variância de cada um dos sub-indicadores (Spearrit, 1996). Valores de comunalidade mais altos indiciam maiores possibilidades dos sub-indicadores se assumirem como bons representantes de um determinado fenómeno. Os valores indicados na Tabela anterior podem ser analisados face ao valor máximo inicial de 1 (explicação total da variância pelos factores comuns) e a um valor padrão de 0,50 (50% de variância explicada por factores comuns). Sendo a comunalidade construída a partir da correlação, pode exigir-se um valor superior ao estabelecido para a eliminação individual dos sub-indicadores (correlação de 0,3). Como nenhum dos sub-indicadores tem valores de comunalidade abaixo do valor padrão e o valor médio de comunalidade é 0,747, parece não existir a necessidade de eliminação de sub-indicadores.

Em suma, embora os sub-indicadores utilizados não levantem substanciais problemas na aferição da variância explicada pelos factores comuns (indicadores), o facto de ser necessário restringir o número de factores em 30% (correspondente à redução de 14 para 10 indicadores) tem como consequência mais relevante, a diminuição da representatividade do fenómeno *Ease of Doing Business*. Desta forma, as

evidências de redução do poder explicativo associado aos factores eliminados indiciam a existência de limitações ao nível da estrutura do EDBI.

### 3.2. Validação da correspondência entre o modelo EDBI e o modelo factorial

Para que o processo de validação da estrutura do EDBI seja possível é necessário que a análise considere apenas um número igual de factores (10). Esta redução resulta numa descida do nível da variância total explicada para 64,1% e numa diminuição da comunalidade de cada sub-indicador. A eventual necessidade da eliminação de sub-indicadores daqui resultante será detectada no âmbito do processo de correspondência entre o modelo conceptual e do modelo estatístico.

O passo seguinte é a optimização da distribuição dos sub-indicadores através de um processo de rotação ortogonal de forma a melhorar a interpretação dos resultados obtidos ao nível dos factores (Kline, 1994). Com o intuito de maximizar o número de sub-indicadores por factor e verificar a melhor correspondência entre as áreas do modelo EDBI e do modelo de factores, foram testados os métodos de rotação varimax e quartimax. Escolhida a rotação quartimax, por ser aquela que permite a manutenção de maior número de sub-indicadores, é possível realizar as correspondências entre os dois modelos com base nos pesos (cargas factoriais) aplicados a cada factor (sombreado na Tabela 4).

Para se comparar o modelo EDBI e o modelo factorial são retirados todos os sub-indicadores, um de cada vez, e é apurada a variância explicada perdida por esse facto (face ao aproveitamento total dos sub-indicadores). O anexo 2 indica os sub-indicadores que se mostraram dispensáveis na descrição da variância dos respectivos indicadores, e a respectiva perda de valor explicativo. Mostra ainda que em todos os indicadores do modelo EDBI existe pelo menos um sub-indicador que não contribui para explicar os fenómenos descritos. Como resultado das correspondências encontradas, a perda de valor explicativo ao nível dos indicadores varia entre 39% e 92% (Anexo 2) e a representatividade face aos fenómenos subjacentes revela-se, em geral, pouco sólida, com 80% dos indicadores com perdas de valor explicativo acima dos 70%.

Assim, as fundações dos indicadores revelam um baixo nível de robustez, já que 40% dos indicadores dependem apenas de um sub-indicador e 90%, de um ou dois sub-indicadores. Mesmo os sub-indicadores utilizados na explicação da variância dos indicadores evidenciam dificuldades, tendo 4 desses sub-indicadores cargas factoriais abaixo do valor padrão de 0,5. O estabelecimento de valores mínimos de carga factorial, ao nível do valor padrão de 0,30, levaria a que determinados fenómenos deixassem de estar representados (*Getting Credit*, *Protecting Investors* e *Closing a Business*). Desta forma, a utilização do modelo conceptual do EDBI significa uma perda substancial do valor explicativo dos sub-indicadores.

Em termos mais finos, o indicador mais penalizado é o *Protecting Investors* que perde 92% do valor explicativo dos seus sub-indicadores, sobrando apenas como variável descritiva da variância do fenómeno o *Investor Protection Index*. Os indicadores cuja variância se encontra mais adequadamente explicado foram o *Employing Workers* e o *Trading Across Borders*, onde se verifica uma perda de apenas 39%. Em ambos os casos apenas um sub-indicador fica desqualificado.

A correspondência entre o EDBI e o modelo factorial confirmou as deficiências da estrutura do índice, revelando a necessidade de realizar alterações ao nível da composição dos indicadores (agregação alternativa de sub-indicadores com o objectivo de minorar perdas de informação) ou da inversão dos valores dos sub-indicadores (nos casos em que assumem valores de correlação negativos).

Tabela 4: Correspondência entre o EDBI e o modelo factorial

Modelo Conceptual		Modelo de Factores										
IND	DES(SI)	SI	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
SB	Procedures (number)	1						0,62				
	Time (days)	2						0,43		0,63		
	Cost (% of income per capita)	3			0,33	0,49			0,31	0,35		
	Min. capital (% of income per capita)	4			0,69							
DCP	Procedures (number)	5	0,33				0,64					
	Time (days)	6	0,34							0,62		
	Cost (% of income per capita)	7										0,70
EW	Difficulty of Hiring Index	8		0,78								
	Rigidity of Hours Index	9		0,72								
	Difficulty of Firing Index	10		0,60								
	Rigidity of Employment Index	11		0,95								
	Firing costs (weeks of wages)	12									0,69	
RP	Procedures (number)	13										0,50
	Time (days)	14								0,59		
	Cost (% of property value)	15			0,61							
GC	Legal Rights Index	16			-0,54							
	Credit Information Index	17	-0,34		-0,48		0,41					-0,32
	Public registry coverage (% adults)	18					0,48					
	Private bureau coverage (% adults)	19	-0,47		-0,47							-0,33
PI	Disclosure Index	20						-0,70				
	Director Liability Index	21			-0,36		-0,47					
	Shareholder Suits Index	22			-0,67							
	Investor Protection Index	23			-0,51			-0,58			0,32	
PT	Payments (number)	24	0,44									
	Time (hours)	25					0,49					
	Profit tax (%)	26							0,73			
	Labor tax and contributions (%)	27		0,40			0,60					-0,30
	Other taxes (%)	28					0,90					
	Total tax rate (% profit)	29					0,90					
TAB	Documents for export (number)	30	0,77									
	Time for export (days)	31	0,88									
	Cost to export (US\$ per container)	32							0,74			
	Documents for import (number)	33	0,81									
	Time for import (days)	34	0,88									
	Cost to import (US\$ per container)	35	0,30						0,66			
EC	Procedures (number)	36	0,41		0,46				0,53		0,34	
	Time (days)	37									0,31	
	Cost (% of debt)	38				0,50						
CB	Time (years)	39	0,49									
	Cost (% of estate)	40							0,42			0,45
	Recovery rate (cents on the dollar)	41	-0,65									

### 3.3. Consistência entre indicadores e sub-indicadores

Para confirmar as conclusões acima apresentadas foi também realizado um teste de consistência entre indicadores e sub-indicadores. Entre os vários métodos disponíveis (e.g., *Boscarino et al., 2004; Raykov, 1998*), foi escolhida a abordagem mais comum para o efeito, a de *Cronbach (1951)*. O valor global obtido para o coeficiente  $\alpha_c$  foi 0,638. Ao nível individual, os resultados obtidos para o coeficiente alfa, após a remoção de cada um dos sub-indicadores (SI), descritos na Tabela 5, indicam baixos níveis de fiabilidade do EDBI, já que os valores se encontram abaixo do limite de 0,7%. A exclusão de alguns sub-indicadores (e.g., 7, 16, 17) leva a melhoramentos do índice, mas os ganhos de consistência obtidos não são muito significativos.

A Tabela 5 apresenta ainda, o coeficiente de correlação de *Pearson* entre cada sub-indicador e o indicador total sem a sua contribuição (ICCT). Esta informação é relevante quando se pretende

implementar uma estratégia de redução de dimensões, pois permite avaliar a consistência da medida realizada por cada sub-indicador, ao verificar se a sua contribuição é suficientemente efectiva para justificar a sua utilização. McHorney et al (1994) estabelecem que a relação entre sub-indicador e índice agregado deverá ser superior a 0,4, para que o sub-indicador continue a ser utilizado. No caso do EDBI, nota-se a existência de alguns sub-indicadores que não preenchem este requisito. Confirmam-se assim, evidências de indiferença na medida de consistência de alguns sub-indicadores, expostas pelas baixas contribuições para a explicação da variância do índice.

**Tabela 5: Resultados do coeficiente alfa de Cronbach para os sub-indicadores de EDBI**

SI	VEIRS	ICCT	$\alpha_c$	SI	VEIRS	ICCT	$\alpha_c$	SI	VEIRS	ICCT	$\alpha_c$
1	100,262	,365	,616	15	101,015	,327	,620	29	98,971	,433	,611
2	104,662	,143	,634	16	116,146	-,397	,672	30	98,463	,459	,609
3	97,662	,502	,606	17	113,145	-,262	,663	31	97,874	,491	,606
4	105,710	,091	,638	18	107,392	,009	,644	32	102,348	,259	,625
5	103,852	,183	,631	19	114,213	-,310	,666	33	97,244	,524	,604
6	100,731	,341	,618	20	111,572	-,189	,658	34	97,194	,527	,604
7	106,392	,058	,640	21	114,850	-,339	,668	35	100,254	,366	,616
8	100,216	,368	,616	22	111,954	-,207	,659	36	102,899	,231	,627
9	102,870	,232	,627	23	114,626	-,329	,668	37	104,885	,132	,634
10	100,834	,336	,619	24	101,844	,284	,623	38	100,125	,373	,616
11	98,288	,469	,608	25	101,408	,307	,621	39	99,935	,382	,615
12	104,026	,174	,631	26	102,725	,240	,626	40	101,406	,307	,621
13	102,842	,234	,627	27	108,155	-,028	,646	41	121,088	-,614	,687
14	103,791	,186	,630	28	101,804	,286	,623				

Legenda: SI: Subindicador;  $\alpha_c$ : Coeficiente Alfa; VEIRS; Variância da escala se o sub-indicador for removido; ICCT; Correlação do indicador com o resto da escala;

A abordagem global de *Cronbach*, com a consideração de todos os sub-indicadores, é complementada com a análise de consistência de cada um dos indicadores (áreas) definidos no modelo EDBI. O objectivo é validar os resultados da análise factorial e verificar a representatividade de cada um dos sub-indicadores na sua escala (indicador parcial ou índice global). A Tabela 6 mostra os resultados obtidos. Considerando um valor padrão de 0,5, superior ao sugerido por *Nunnaly* (1978), verifica-se que só 40% dos indicadores do índice são considerados eficazes na representação do fenómeno para que são utilizados no âmbito do EDBI.

No que diz respeito à homogeneidade de representatividade da mesma escala, pode observar-se que 90% dos indicadores contêm um ou dois sub-indicadores que parecem representar escalas ou indicadores diferentes (quando excluídos promovem um aumento do valor do coeficiente alfa). O único indicador onde todos os sub-indicadores se encontram na mesma escala é o RP - *Registering Property*. Mas este indicador apresenta valores do coeficiente alfa muito deficientes (0,391) no que se refere à sua consistência global.

No seguimento dos resultados anteriores, a análise de *Cronbach* expõe, mais uma vez, algumas inconsistências na escolha dos sub-indicadores. Isto traduz-se na acentuação da heterogeneidade das escalas e na diminuição da fiabilidade da representação dos respectivos indicadores e, consequentemente, do fenómeno *Ease of Doing Business*. Adicionalmente, a ineficaz contribuição de alguns sub-indicadores poderá justificar a sua eventual eliminação num processo de reformulação do EDBI.

**Tabela 6: Análise de consistência por indicador**

I	VE	$\alpha_c$	SINor	VEIRS	ICCT	CAIR
SB	6,128	,463	Z(1)	3,722	,364	,291
			Z(2)	3,973	,290	,367
			Z(3)	3,679	,378	,277
			Z(4)	4,882	,056	,578
DCP	3,926	,354	Z(5)	2,199	,245	,181
			Z(6)	2,213	,239	,193
			Z(7)	2,513	,130	,408
EW	12,294	,742	Z(8)	8,045	,573	,670
			Z(9)	8,564	,466	,711
			Z(10)	8,408	,498	,699
			Z(11)	6,570	,922	,522
RP	4,057	,391	Z(12)	10,295	,156	,815
			Z(13)	2,374	,222	,315
			Z(14)	2,350	,231	,298
GC	6,098	,459	Z(15)	2,333	,237	,285
			Z(16)	4,567	,124	,515
			Z(17)	3,095	,569	,046
			Z(18)	5,042	,012	,607
PI	8,522	,707	Z(19)	3,491	,430	,211
			Z(20)	6,018	,306	,752
			Z(21)	5,477	,437	,678
			Z(22)	5,862	,343	,732
PT	11,253	,560	Z(23)	3,686	,999	,279
			Z(24)	8,495	,302	,514
			Z(25)	8,109	,376	,479
			Z(26)	10,036	,034	,627
			Z(27)	9,653	,097	,603
			Z(28)	8,098	,379	,478
TAB	20,581	,850	Z(29)	6,621	,706	,306
			Z(30)	15,056	,583	,835
			Z(31)	13,665	,800	,793
			Z(32)	16,093	,435	,862
			Z(33)	14,061	,736	,806
			Z(34)	13,653	,802	,792
EC	4,003	,376	Z(35)	15,795	,476	,854
			Z(36)	2,278	,240	,244
			Z(37)	2,253	,250	,225
			Z(38)	2,472	,169	,382
CB	,912	-3,432	Z(39)	,962	-,535	-2,159 <sup>a</sup>
			Z(40)	,588	-,440	-4,803 <sup>a</sup>
			Z(41)	2,363	-,797	,307

Legenda: I: Indicador; VE: Variância da escala (Indicador); SINor: Normalização do sub-indicador; VEIRS: Variância da escala se o sub-indicador for removido; ICCT: Correlação do indicador com o resto da escala; CAIR: alfa de Cronbach se indicador removido

#### 4. Conclusões

O EDBI é um índice de alargada utilização pelos agentes económicos. O presente trabalho visou verificar a representatividade do conjunto de indicadores apresentados pelo EDBI relativamente às variáveis observáveis subjacentes. A abordagem seguida baseia-se em Nardo et al (2005) e utiliza a análise factorial por ser aquela que permite responder concorrentemente às questões relacionadas com o número apropriado de indicadores e com a adequação da estrutura do índice ao fenómeno que se pretende representar.

Os resultados apontam para limitações significativas na estrutura do *Ease of Doing Business Index*, designadamente ao nível da sua consistência. Um índice robusto deve ser constituído por indicadores que captem a variância associada ao conjunto das variáveis de origem. O EDBI não consegue assegurar a transferência dessa variância para um nível mais agregado sem perder uma boa parte do seu poder explicativo.

Ao nível das diferentes áreas, os indicadores considerados na representação do fenómeno *Ease of Doing Business* apresentam diferentes níveis de consistência. Em geral, os indicadores considerados aparentam ter dificuldade em reflectir adequadamente as dinâmicas associadas aos fenómenos que pretendem representar. As áreas cujos indicadores se revelaram mais consistentes são *Employing Workers* e *Trading Across Barriers*. As áreas *Protecting Investors* e *Closing a Business* evidenciam uma representatividade muito limitada.

Ao nível mais agregado, o EDBI revelou também pouco poder descritivo do fenómeno *Ease of Doing Business*. De facto, as medidas de consistência obtidas ficaram abaixo dos valores considerados adequados pela literatura. Parece claro que a representatividade de algumas variáveis subjacentes (sub-indicadores) ultrapassa as escalas (indicadores) consideradas no âmbito do EDBI. Estas conclusões são consistentes com as apresentadas por Hoyland e al (2008. p. 3), que consideram que os rankings elaborados com o EDBI “... hide the weak discriminating powers of the indicators”.

O aprofundamento e a continuação deste estudo passarão pela construção de um índice alternativo, que possa transmitir de forma mais fiável a evolução da facilidade em fazer negócios.

## 5. Referências

- Boscarino J., Figley C. & Adams R. (2004). Compassion Fatigue following the September 11 Terrorist Attacks: A Study of Secondary Trauma among New York City Social Workers. *International Journal of Emergency Mental Health*, Vol. 6, No. 2, 2004, 1-10.
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334.
- Hair, J., Anderson, R., Tatham, R. & Black, W. (1998). *Multivariate Data Analysis*. 5th. ed., Englewood Cliffs.
- Heritage Foundation (2009). *Index of Economic Freedom*. New York: Heritage Foundation.
- Hoyland, B., Moene, K., & Willumsen, K. (2008). *Be careful when Doing Business*. IFIwatchnet, [www.if WATCHNET.org/sites/ifiwatchnet.org/files/Doing%20Business\\_ESOPanalysis.pdf](http://www.if WATCHNET.org/sites/ifiwatchnet.org/files/Doing%20Business_ESOPanalysis.pdf).
- IMD (2009). *World Competitiveness Yearbook 2009*. Lausanne: International Institute for Management Development Ed.
- Mingoti, S. (2005). *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Kaiser, H. (1958). The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. *Psychometrika*, vol. 23, pp. 187-200.
- Kline, P. (1994). *An easy guide to factor analysis*. New York: Routledge.
- McHorney C., Ware J., Lu J. & Sherbourne C. (1994). The MOS 36-item short-form health survey (SF-36): III. Tests of data quality, scaling assumptions and reliability across diverse patient groups, *Med Care*, 32(4): 40-66.
- Nardo, M., Saisana, M., Saltelli, A., Tarantola, S., Hoffman, A. Giovannini, E. (2005). Handbook on constructing composite indicators: Methodology and user guide. *OECD statistics working paper STD/DOC(2005)*.
- Nunnally J. (1978). *Psychometric theory*. New York: McGraw-Hill.
- Raykov T. (1998). Cronbach's Alpha and Reliability of Composite with Interrelated Non-homogenous Items. *Applied Psychological Measurement*, 22.
- Spearrit, D. (1996). Carroll's model of cognitive abilities: educational implications. *International Journal of Educational Research*, 25(2) .
- WEF (2008). *The Global Competitiveness Report 2008-2009*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum.
- WB (2008). *Doing Business: An Independent Evaluation. Taking the Measure of the World Bank-IFC Doing Business Indicators*. Washington, D.C.: The World Bank.

## Anexos

Anexo 1: Lista dos Indicadores e Sub-Indicadores do Modelo EDBI

#I	Indicador	#SI	Sub-Indicador
SB	Starting a Business	1	Procedures (number)
		2	Time (days)
		3	Cost (% of income per capita)
		4	Min. capital (% of income per capita)
DCP	Dealing with Construction Permits	5	Procedures (number)
		6	Time (days)
		7	Cost (% of income per capita)
EW	Employing Workers	8	Difficulty of Hiring Index
		9	Rigidity of Hours Index
		10	Difficulty of Firing Index
		11	Rigidity of Employment Index
		12	Firing costs (weeks of wages)
RP	Registering Property	13	Procedures (number)
		14	Time (days)
		15	Cost (% of property value)
GC	Getting Credit	16	Legal Rights Index
		17	Credit Information Index
		18	Public registry coverage (% adults)
		19	Private bureau coverage (% adults)
PI	Protecting Investors	20	Disclosure Index
		21	Director Liability Index
		22	Shareholder Suits Index
		23	Investor Protection Index
PT	Paying Taxes	24	Payments (number)
		25	Time (hours)
		26	Profit tax (%)
		27	Labor tax and contributions (%)
		28	Other taxes (%)
		29	Total tax rate (% profit)
TAB	Trading Across Borders	30	Documents for export (number)
		31	Time for export (days)
		32	Cost to export (US\$ per container)
		33	Documents for import (number)
		34	Time for import (days)
		35	Cost to import (US\$ per container)
EC	Enforcing Contracts	36	Procedures (number)
		37	Time (days)
		38	Cost (% of debt)
CB	Closing a Business	39	Time (years)
		40	Cost (% of estate)
		41	Recovery rate (cents on the dollar)

## Anexo 2: Perda de poder explicativo associado aos sub-indicadores conceptuais

Indicador	Sub-Indicador	NSig
Starting a Business	Procedures (number)	x
	Time (days)	x
	Cost (% of income per capita)	
	Min. capital (% of income per capita)	
	%Var	0,75
Dealing with Construction Permits	Procedures (number)	x
	Time (days)	x
	Cost (% of income per capita)	
	%Var	0,77
Employing Workers	Difficulty of Hiring Index	
	Rigidity of Hours Index	
	Difficulty of Firing Index	
	Rigidity of Employment Index	
	Firing costs (weeks of wages)	x
	%Var	0,39
Registering Property	Procedures (number)	x
	Time (days)	
	Cost (% of property value)	x
	%Var	0,80
Getting Credit	Legal Rights Index	x
	Credit Information Index	
	Public registry coverage (% adults)	
	Private bureau coverage (% adults)	x
	%Var	0,78
Protecting Investors	Disclosure Index	
	Director Liability Index	
	Shareholder Suits Index	
	Investor Protection Index	x
%Var	0,92	
Paying Taxes	Payments (number)	x
	Time (hours)	x
	Profit tax (%)	x
	Labor tax and contributions (%)	x
	Other taxes (%)	
	Total tax rate (% profit)	
%Var	0,70	
Trading Across Borders	Documents for export (number)	
	Time for export (days)	
	Cost to export (US\$ per container)	x
	Documents for import (number)	x
	Time for import (days)	
	Cost to import (US\$ per container)	
%Var	0,39	
Enforcing Contracts	Procedures (number)	
	Time (days)	
	Cost (% of debt)	
	%Var	
Closing a Business	Time (years)	x
	Cost (% of estate)	
	Recovery rate (cents on the dollar)	x
	%Var	0,86





## Iniciativas e Medidas Legislativas



## INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

### 1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião do Conselho ECOFIN</p> <p>5 de Maio de 2009</p>	<p>Do debate ocorrido na reunião do Conselho ECOFIN, de dia 5 de Maio, destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li> <p>• <b>Sustentabilidade e Qualidade das Finanças Públicas:</b> O Conselho aprovou conclusões sobre questões relacionadas com a sustentabilidade de longo prazo e a qualidade das finanças públicas. Estas conclusões assentam no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos Grupos de Trabalho do Comité de Política Económica relativo ao Envelhecimento da População e à Qualidade das Finanças Públicas.</p> <p>Assim, as conclusões do Ecofin adoptam o relatório sobre o impacto do envelhecimento da população na despesa pública, destacando o impacto negativo dos desenvolvimentos demográficos no mercado de trabalho e no crescimento potencial da UE, bem como o aumento das despesas públicas relacionadas com o envelhecimento, em particular em pensões, cuidados de saúde e cuidados continuados. No caso da despesa em pensões, assiste-se a uma grande diversidade de situações entre os estados-membros. É ainda reiterada a necessidade de reforçar o compromisso de implementação de reformas adicionais nos sistemas de pensões e cuidados de saúde, bem como ao nível do mercado de trabalho. Relativamente à qualidade das finanças públicas, é destacada a importância da sua avaliação no contexto da Estratégia de Lisboa pós-2010 e a necessidade premente de aumentar a eficiência e eficácia da despesa pública face à actual crise económica e à menor margem orçamental, bem como os progressos alcançados no âmbito da disponibilização de dados de segundo nível relativos à despesa pública de acordo com a classificação por funções.</p> </li> <li> <p>• <b>Fiscalidade</b></p> <p><u>Taxas reduzidas de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA):</u> O Conselho aprovou uma Directiva que permite a utilização facultativa, numa base permanente, de taxas reduzidas de IVA para certos serviços de trabalho intensivo, incluindo os serviços de restauração, para os quais não haja nenhum risco de concorrência desleal entre os prestadores de serviços nos diferentes Estados. Adicionalmente, foi permitido a Portugal continuar a aplicar uma taxa reduzida de IVA às portagens nas pontes na região de Lisboa. Até ao momento, as referidas taxas só eram permitidas numa base temporária.</p> <p><u>Directiva do Tabaco:</u> O Conselho analisou um projecto de Directiva que visa actualizar as regras comunitárias sobre a estrutura e as taxas de impostos especiais sobre o consumo incidentes sobre o tabaco manufacturado. O projecto de Directiva destina-se a modernizar e a simplificar as regras existentes, tornando-as mais transparentes, e a assegurar um nível elevado de protecção da saúde pública. O Conselho Ecofin deverá continuar os seus trabalhos de forma a chegar a um acordo numa das suas próximas sessões.</p> <p><u>Comunicação sobre Good Governance em matéria fiscal:</u> O Conselho Ecofin tomou nota da apresentação por parte da Comissão de uma Comunicação sobre a promoção da <i>good governance</i> em matéria fiscal e foi também informado sobre os progressos na negociação de um acordo</p> </li> </ul>

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

com o Liechtenstein sobre medidas para combater a fraude fiscal. A Comunicação da Comissão analisa a questão da *good governance* em matéria fiscal – cooperação internacional em matéria de impostos e normas comuns – no contexto da actual crise económica e financeira e das recentes reuniões do G20. Em particular, a Comunicação analisa, no que diz respeito à fiscalidade directa, como a *good governance* poderia ser melhorada no seio da UE, os instrumentos que a Comunidade e os estados-membros têm à sua disposição para a promover a nível internacional e a possibilidade de uma acção mais coordenada dos estados-membros, de forma a apoiar, racionalizar e complementar as medidas tomadas nos fóruns internacionais, como a OCDE e a Nações Unidas.

- **Proposta para um regulamento do Conselho para alteração do Regulamento (CE) 332/2002 estabelecendo uma Facilidade de apoio financeiro de médio prazo à balança de pagamentos dos estados-membros:** O Conselho chegou a acordo relativamente ao Regulamento destinado a aumentar o limite máximo para os empréstimos ao abrigo do mecanismo de apoio de médio prazo à balança de pagamentos para os estados-membros não pertencentes à área do euro que se encontram em dificuldades financeiras. Assim, o limite máximo dos empréstimos passa de 25 mil milhões de euros para 50 mil milhões de euros. Simultaneamente, o Conselho acordou em prestar assistência de médio prazo à Roménia.
- **Anteprojecto de Orçamento (APO) relativo a 2010:** O Conselho tomou nota da apresentação da Comissão relativa ao ante-projecto de orçamento geral da UE, onde a recuperação económica é colocada no topo das prioridades, sendo 45% dos fundos canalizados para as medidas de apoio ao crescimento e ao emprego.
- **Ponto de situação sobre a regulamentação dos serviços financeiros:** O Conselho tomou nota dos progressos realizados nos seguintes dossiers relativos a serviços financeiros: (i) Directiva Solvência II, que estabelece requisitos de solvência para empresas de seguros, (ii) Regulamento das Agências de Notação de Risco, (iii) Directiva Relativa às Instituições de Moeda Electrónica e (iv) Regulamento sobre Transferências Transfronteiriças em Euros. A Presidência chegou a acordo com o Parlamento Europeu sobre estes quatro dossiers, em primeira leitura, o que permite que, assim que os textos estejam finalizados, o Conselho os aprove durante uma próxima sessão.

À margem da reunião do Conselho teve igualmente lugar o **Diálogo Ministerial com os países candidatos**. Este encontro tem lugar anualmente, reunindo os ministros das finanças e os representantes dos bancos centrais dos países candidatos à UE – Turquia, Croácia e Antiga República Jugulava da Macedónia – para um diálogo sobre política económica.

#### Adiantamentos do QREN a projectos de iniciativa municipal

O Governo decidiu criar melhores condições para acelerar a execução de projectos promovidos por municípios através da concessão de adiantamentos financeiros às autarquias no âmbito do QREN.

A medida, de carácter excepcional e temporário, insere-se nas iniciativas destinadas a relançar a economia e pretende beneficiar as pequenas e médias empresas, permitindo-lhes antecipar o arranque dos trabalhos e receber mais cedo os pagamentos devidos pelos bens e serviços a prestar, prevendo-se, por esta via, efeitos positivos no emprego e no produto.

Os adiantamentos destinam-se a projectos que se integram no âmbito dos Programas Operacionais Regionais do Continente (POR) e nas Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC) e atendem aos seguintes critérios:

Tipologia projectos elegíveis	
Requalificação Urbana	Parcerias para a Regeneração Urbana
	Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
	Pequenos aglomerados populacionais
Estratégia de Eficiência Colectiva	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (Provere)
	Pólos de Competitividade e Tecnologia
	Outros Clusters

Em contrapartida da atribuição do adiantamento, é exigido aos municípios que: iniciem a execução física dos projectos de investimento até 31 de Dezembro de 2009; concluam a execução financeira até 30 de Abril de 2011; cada projecto com adiantamento corresponda a uma despesa de investimento elegível superior a 250 000,00 euros.

#### Simplificação do regime de fusão e cisão de empresas

Foi aprovado, no Conselho de Ministros de 14 de Maio de 2009, o Decreto que procede à transposição da directiva comunitária que regula a matéria de elaboração e divulgação das contas anuais e consolidadas das sociedades comerciais, e adopta medidas de simplificação e eliminação de actos no âmbito de operações de fusão e cisão de empresas.

Em matéria de reestruturação empresarial, o diploma adopta novas medidas de simplificação e redução de custos administrativos de forma a tornar mais simples, mais rápidas e mais baratas as operações de fusão e cisão. Esta simplificação visa contribuir para o acréscimo da competitividade das empresas, bem como para a sua sobrevivência e manutenção de postos de trabalho, o que é especialmente relevante no actual contexto de crise financeira internacional.

Destacam-se os seguintes pontos:

- Estas operações passam a poder ser concluídas no prazo de 1 mês ao permitir-se que as empresas pratiquem, em simultâneo e num único momento, os três actos preliminares à fusão ou à cisão (registo do projecto de fusão, publicação do aviso aos credores e a publicação da convocatória da assembleia geral das sociedades).
- Permite-se que as empresas utilizem o procedimento de «fusão simplificada» para fusões por incorporação de sociedades detidas a 90% por outras, com garantia da posição dos sócios minoritários. Neste âmbito, disponibilizam-se modelos electrónicos de projecto de fusão ou de cisão às empresas.
- Em matéria de concessão de benefícios fiscais à reestruturação empresarial, criam-se mecanismos mais ágeis para uma mais rápida decisão da administração fiscal. Para o efeito, elimina-se a necessidade de dois pareceres de entidades públicas, mantendo-se o parecer prévio sobre a substância da operação de reorganização empresarial pela Direcção Geral das Actividades Económicas, que deve ser emitido no prazo máximo de 10 dias por via electrónica. Estas medidas permitem obter um ganho de cerca de 2 meses na decisão da administração fiscal sobre a concessão de benefícios fiscais.
- Finalmente, com o objectivo de reduzir os custos administrativos directos no âmbito de operações de fusão e cisão, as publicações passam a ser gratuitas e reduz-se substancialmente os preços dos registos a realizar nestas operações.

#### PME Investe IV

Na sequência das linhas PME Investe I, II e III, o Governo anunciou, a 14 de Maio, a linha de crédito PME Investe 4 no montante global de 400 milhões de euros. O objectivo é apoiar as empresas relativamente a situações de insuficiência financeira agravadas pela actual conjuntura negativa da

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

economia e dos mercados financeiros internacionais.

A PME Investe IV engloba duas linhas de crédito: uma dedicada às micro e pequenas empresas no valor de 200 milhões de euros, com uma taxa de juro igual à Euribor menos 0,25%, em que o Estado cobre 75% do risco de crédito; e outra para as empresas exportadoras no valor de 200 milhões de euros, com uma taxa de Euribor mais 1%, em que o Estado cobre 50% do risco.

As PME Investe I, II e III já foram utilizadas em 86%, representando 27 555 empresas apoiadas num valor global de 2.880 milhões de euros.

## 2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Estatuto das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro</i>	Foi aprovado, no Conselho de Ministros de 21 de Maio de 2009, o Decreto-Lei que aprova o Estatuto das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro. Este Decreto-Lei vem simplificar e unificar um conjunto diversificado de diplomas que regulam a vinha e o vinho na Região Demarcada do Douro (RDD), bem como actualizar a disciplina jurídica das denominações de origem, «Porto» e «Douro», e da indicação geográfica, «Duriense», revogando 15 diplomas, alguns do início do século passado. São ainda confirmados os limites da Região Demarcada do Douro e reforçada a disciplina relativa aos entrepostos com uma ligeira alteração e redimensionamento do Entreposto de Vila Nova de Gaia. Por último, é estabelecida a obrigatoriedade do engarrafamento na origem dos vinhos com denominação de origem «Porto» e «Douro».
<i>Armazenamento de Produtos de Petróleo</i> Portaria n.º 422/2009 - I Série n.º 77, de 21/04	Aprova, no âmbito do regime de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenagem de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis (Decreto -Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro), o estatuto dos responsáveis técnicos pelo projecto e pela exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis. Deste estatuto faz parte a definição dos requisitos de formação de base e experiência aplicáveis.
<i>Instalação e Exploração de Empreendimentos Turísticos</i> Despacho n.º 10376/2009 - II Série Parte C n.º 77, de 21/04	Determina, no âmbito do regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março), a isenção de quaisquer taxas devidas ao Turismo de Portugal, pela reconversão dos empreendimentos turísticos, empreendimentos de turismo no espaço rural e casas de natureza existentes nas novas tipologias e categorias consagradas naquele diploma. Determina ainda a obrigatoriedade de devolução aos promotores todas as taxas que até à presente data foram cobradas pelo Turismo de Portugal, I. P., no âmbito dos processos de reconversão já efectuados.
<i>Atribuição de Licenças de Emissão de Gases com efeito de Estufa</i> Portaria n.º 437-A/2009 - I Série n.º 80, de 24/04 (Suplemento)	Estabelece as regras relativas à atribuição de licenças de emissão a novas instalações. As regras agora estabelecidas têm por objectivo conseguir que a atribuição às novas instalações que venham a integrar o Comércio Europeu de Licenças de Emissão se processe de forma equitativa com as atribuições feitas às instalações que nele participam desde o início. Neste contexto, procede-se à revisão da determinação <i>a priori</i> dos factores a ter em conta para o cálculo das atribuições, designadamente dos coeficientes de emissão específicas (EE) e das taxas de utilização (TU). A presente portaria produz efeitos desde o dia 20 de Abril de 2009 e revoga a Portaria n.º 387/2006, de 21 de Abril.
<i>Reestruturação do Sector do Açúcar</i> Portaria n.º 441/2009 - I Série n.º 81, de 27/04	Estabelece as regras nacionais complementares das seguintes ajudas: - Ajuda à diversificação definida no Programa Nacional de Reestruturação do sector do açúcar; - Ajuda suplementar à diversificação definida no artigo 7.º do Regulamento n.º 320/2006, do Conselho da UE, de 20 de Fevereiro. Paralelamente, para permitir a dinamização da actividade agrícola opta-se por atribuir a ajuda suplementar à diversificação aos produtores de beterraba sacarina que deixaram de produzir beterraba em resultado da reestruturação da indústria, ajuda que envolve um total de 7,4 milhões de euros, e que deve ser concedida tendo por base os direitos de contratação que os produtores deixaram de possuir em função da renúncia de quota de açúcar da fábrica em cada ano da reestruturação. As candidaturas são apresentadas nas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), no prazo de 20 dias úteis a contar da data de publicação da presente portaria e utilizando o modelo disponível no sítio da Internet das DRAP.
<i>Gestão de Resíduos de</i>	Aprova a tabela de valores da prestação financeira relativa à Gestão de

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE)</i></p> <p>Despacho n.º 10780/2009 - II Série Parte D n.º 81, de 27/04</p>	<p>Resíduos de Equipamentos Eléctricos a vigorar para o biénio de 2008 -2009. A tabela de valores agora aprovada, pode ser objecto de actualização intercalar extraordinária sempre que se verifique necessidade de garantir o equilíbrio financeiro do sistema de gestão de REEE. O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.</p>
<p><i>QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 99/2009 - I Série n.º 82, de 28/04</p>	<p>Altera o diploma que define o modelo de governação do QREN para o período 2007-2013, determinando que a comissão de acompanhamento e a comissão de gestão do QCA III se mantêm em funções até 31 de Dezembro de 2009 (Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro). O presente diploma produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.</p>
<p><i>Estabelecimentos Comerciais</i></p> <p>Despacho n.º 10906/2009 - II Série n.º 83, de 29/04</p>	<p>Delega, no âmbito do regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais, nas Direcções Regionais de Economia (DRE) territorialmente competentes a coordenação do processo de autorização de instalação e de modificação de estabelecimentos comerciais, incluindo o apoio técnico e administrativo à entidade decisora. Pelo Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de Janeiro, a responsabilidade pela coordenação cabia à Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE), que agora delega na DRE.</p>
<p><i>Solidez Financeira das Instituições de Crédito</i></p> <p>Portaria n.º 493-A/2009 - I série n.º 98, de 8/05 (Suplemento)</p>	<p>Regulamenta os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, em matéria de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público. A referida lei estabeleceu medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros. O objectivo principal desse conjunto de medidas é assegurar a regularidade do financiamento da actividade económica. Assim, a presente Portaria vem estabelecer os termos em que deve ser instruído o processo de candidatura ao investimento público. Neste âmbito, determina que o pedido de acesso ao investimento público deve ser acompanhado da descrição da estratégia de utilização do investimento, em particular no que se refere ao contributo da instituição de crédito para o financiamento da economia (famílias e PME's). As instituições de crédito que pretendam recorrer ao investimento público para reforço do respectivo rácio de adequação de fundos próprios de base devem concretizar esse reforço até 31 de Dezembro de 2009, de acordo com um limite definido pelo Banco de Portugal (que não deve ser inferior a 8 %). A presente Portaria entra em vigor a 9 de Maio de 2009.</p>
<p><i>Sector Empresarial do Estado</i></p> <p>Declaração n.º 152/2009 - II Série Parte C n.º 90, de 11/05</p>	<p>Estabelece orientações do accionista Estado relativamente a representantes em empresas participadas. Considerando que o exercício da função accionista pelo Estado em empresas participadas deve obedecer aos mesmos princípios e regras que regem a sua actuação nas empresas públicas, através das orientações agora aprovadas pretende-se implementar princípios semelhantes aos estabelecidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, que aprovou as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado, tendo em vista o exercício responsável e activo da função accionista</p>
<p><i>Tramitação Electrónica dos Processos Judiciais</i></p> <p>Portaria n.º 458-B/2009 - I Série n.º 85, de 4/05 (Suplemento)</p>	<p>Fixa, no âmbito da Portaria n.º 1538/2008, de 30 de Dezembro, que regula vários aspectos da tramitação electrónica dos processos judiciais, um maior período de adaptação às novas funcionalidades do CITIUS. Assim, fixa em 1 de Setembro a data da entrega de peças processuais e documentos pelo Ministério Público exclusivamente por via electrónica, sem prejuízo da sua utilização facultativa, a título experimental, antes dessa data.</p>
<p><i>FIEAE - Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 104/2009 - I Série n.º 91, de 12/05</p>	<p>No âmbito do Programa PME Consolida, cria o Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas – FIEAE, Fundo autónomo destinado à aquisição de imóveis integrados no património de empresas e por elas utilizados no desenvolvimento da sua actividade. Visa a aquisição de imóveis a empresas, em especial PME, que são subsequentemente objecto de arrendamento, ou outra forma de cessão onerosa da utilização, a essas mesmas empresas, em termos que assegurem a sua continuada utilização no exercício das respectivas actividades. Pretende-se através do FIEAE apoiar empresas economicamente viáveis que enfrentem problemas de liquidez, conferindo-lhes, desta forma, os meios financeiros de que as mesmas careçam. O capital inicial do FIEAE é de € 100 milhões, sendo representado por 100 mil unidades de participação.</p>
<p><i>FACCE - Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 105/2009 - I Série n.º 91, de 12/05</p>	<p>Também no âmbito do PME Consolida, cria o Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas (FACCE). Este fundo visa reforçar as condições e os instrumentos de financiamento para a realização de operações de reestruturação, concentração e consolidação de empresas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), e de projectos de demonstrada valia económica de reestruturação empresarial, associações em participação ou outras formas de parcerias industriais e comerciais estáveis. O FACCE tem uma dotação orçamental de 175 milhões de euros e o Estado intervém como parceiro financeiro das PME nacionais envolvidas.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Crédito à Protecção da Habitação</i> Decreto-Lei n.º 103/2009 - I Série n.º 91, de 12/05</p>	<p>Cria uma linha de crédito extraordinária destinada à protecção da habitação própria permanente para pessoas ou famílias em situação de desemprego. Esta medida, de carácter extraordinário e transitório, destina-se aos actuais mutuários que se encontrem na situação de desemprego há, pelo menos, três meses. Esta linha de crédito destina-se a financiar, durante um prazo máximo de 24 meses, uma moratória no reembolso dos empréstimos à habitação própria e permanente, de valor equivalente a 50% da sua prestação mensal, até ao limite de 500 euros de redução. Findo o prazo da moratória, os mutuários reembolsam o crédito concedido pelo Estado, à taxa Euribor a seis meses deduzida de 0,5%. As operações de crédito, bem como os pedidos de documentos ou certidões que se revelem necessários para acesso e utilização da linha de crédito estão isentos de taxas emolumentares, comissões e despesas. O presente decreto-lei entra em vigor a 13 de Maio de 2009.</p>
<p><i>Código das Sociedades Comerciais</i> Lei n.º 19/2009 - I Série n.º 91, de 12/05</p>	<p>Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código do Registo Comercial. Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro, relativa às fusões transfronteiriças das sociedades de responsabilidade limitada. Transpõe também a Directiva n.º 2007/63/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro, na parte respeitante à exigência de um relatório de peritos independentes aquando da fusão ou da cisão de sociedades anónimas. Estabelece-se também o regime aplicável à participação dos trabalhadores na sociedade resultante da fusão. A presente lei entra em vigor em 11 de Junho de 2009.</p>
<p><i>Empresas de Animação Turística</i> Decreto-Lei n.º 108/2009 - I Série n.º 94, de 15/05</p>	<p>Estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos. Através deste novo regime pretende-se simplificar o acesso à actividade através de um balcão único, o Turismo de Portugal, I. P., e mediante o pagamento de uma taxa única, que isenta os agentes de outros procedimentos e despesas de licenciamento para o exercício da actividade. Paralelamente, cria o Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), Empresas de Animação Turística e Operadores Marítimo-Turísticos, organizado pelo Turismo de Portugal, I. P. No presente diploma, que reúne as normas de acesso à actividade, independentemente da modalidade de animação turística exercida, destacam-se três aspectos essenciais: (i) o facto de se viabilizar o acesso à actividade por parte de pessoas singulares, através da figura do empresário em nome individual, desde que cumpram requisitos exigidos às empresas, designadamente o pagamento da taxa de registo no RNAAT e a contratação de seguros com a cobertura mínima exigida para as empresas do sector; (ii) a eliminação da exigência de capital mínimo para as pessoas colectivas constituídas em sociedades comerciais; (iii) o reforço das exigências de qualidade, estabelecendo-se requisitos para o exercício da actividade, designadamente a obrigatoriedade de informação clara e transparente sobre as condições, características e preços dos serviços disponibilizados. O presente diploma entra em vigor em 14 de Junho de 2009.</p>
<p><i>Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR)</i> Despacho normativo n.º 19/2009 - II Série Parte C n.º 95, de 18/05</p>	<p>Determina que o termo final do prazo para a execução financeira e material dos projectos apoiados ao abrigo das diversas medidas do subprograma n.º 1, «Estruturação, qualificação e diversificação da oferta», é fixado em 31 de Março de 2009. Paralelamente, altera-se o período de comparticipação das despesas das acções do subprograma n.º 6, «Assistência técnica», regulado pelo disposto no Despacho Normativo n.º 8-D/2004, de 18 de Fevereiro, destinadas a financiar o apoio técnico e logístico à gestão do Programa, e o acompanhamento, fiscalização e controlo dos projectos financiados ao abrigo de todos os subprogramas do PIQTUR. O presente Despacho entra em vigor em 19 de Maio de 2009.</p>

## Abreviaturas Utilizadas



